

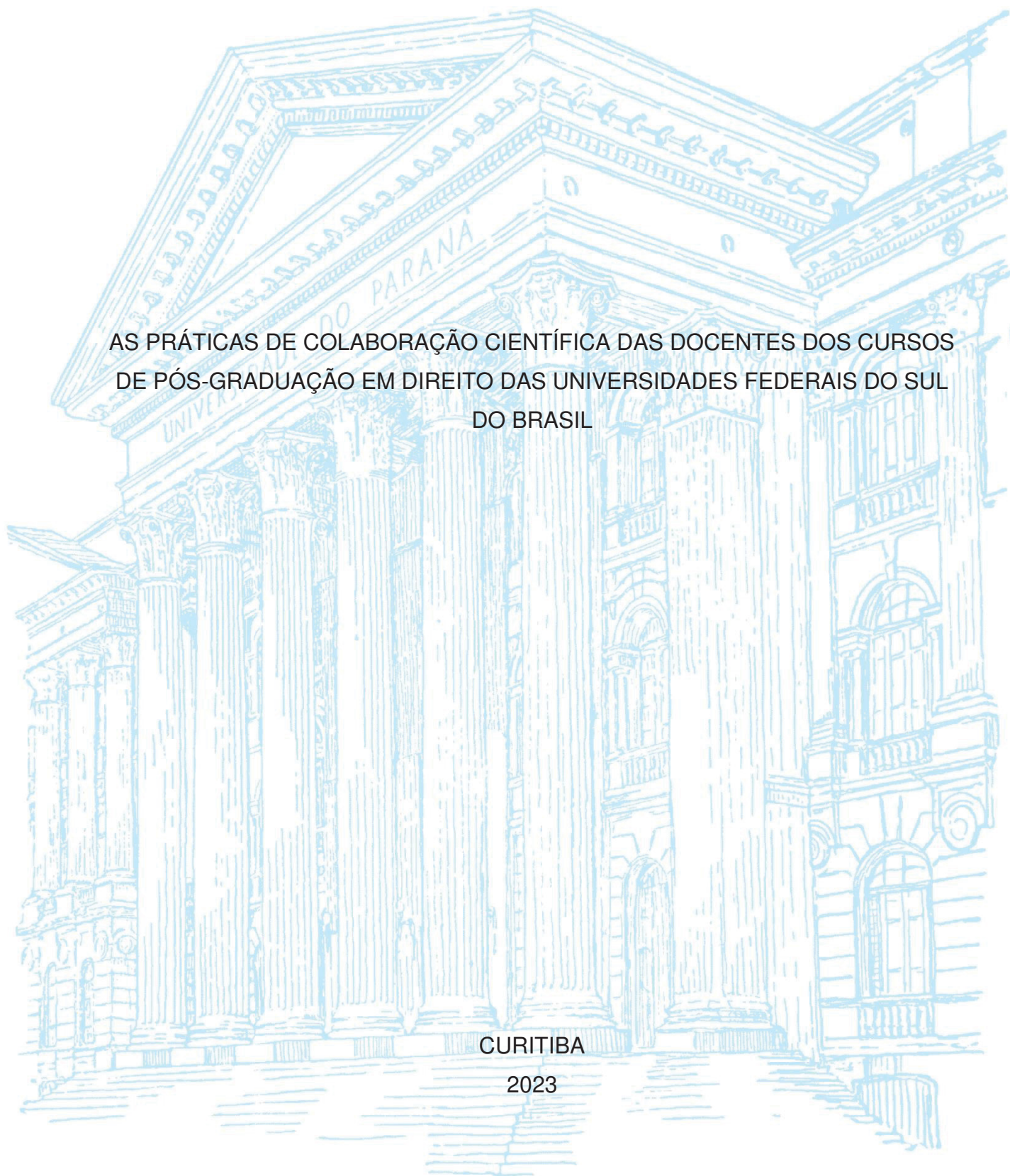
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRICIA SOUZA SANTOS DE REZENDE

AS PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA DAS DOCENTES DOS CURSOS  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL  
DO BRASIL

CURITIBA

2023



PATRICIA SOUZA SANTOS DE REZENDE

AS PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA DAS DOCENTES DOS CURSOS  
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL  
DO BRASIL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão da Informação.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Paula Carina de Araújo.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Rezende, Patricia Souza Santos de

As práticas de colaboração científica das docentes dos cursos de pós-graduação em direito das universidades federais do sul do Brasil / Patricia Souza Santos de Rezende. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Carina de Araújo.

1. Colaboração científica. 2. Direito. 3. Comunicação na ciência. 4. Pós-graduação - Corpo docente. I. Araújo, Paula Carina de. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Lidiane Herculano Graciosa CRB-9/2008

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GESTÃO DA INFORMAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PATRICIA SOUZA SANTOS DE REZENDE** intitulada: **AS PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL**, sob orientação da Profa. Dra. PAULA CARINA DE ARAUJO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Outubro de 2023.

Assinatura Eletrônica

25/10/2023 21:01:21.0

PAULA CARINA DE ARAUJO

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

25/10/2023 13:11:20.0

MILTON SHINTAKU

Avaliador Interno (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA)

Assinatura Eletrônica

25/10/2023 15:19:06.0

LEILAH SANTIAGO BUFREM

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

*Dedico esta pesquisa às mulheres destemidas que enfrentam as adversidades impostas pelo gênero e persistem na busca pelo conhecimento, esta dedicatória é um tributo à sua resiliência e determinação. Que cada passo dado em direção ao ensino seja uma vitória sobre os obstáculos, e que o caminho trilhado inspire outras a seguirem seus próprios sonhos e objetivos. Vocês são a prova viva de que a educação é a chave para a emancipação e a realização pessoal. Sigam em frente, pois o mundo é de vocês.*

## **AGRADECIMENTOS**

No percurso desta jornada, não posso deixar de erguer minha voz em gratidão. Primeiramente, agradeço a Deus, a fonte de toda luz e inspiração, por guiar meus passos e iluminar o caminho à frente.

À minha amada família. Em especial à minha irmã Viviane e sobrinhas Isabelli e Julia, cujos laços são o alicerce do meu ser, agradeço por serem a fonte inesgotável de amor, apoio e compreensão. Cada uma de vocês é a pintura mais bela na tela da minha vida.

Aos meus queridos filhos André e Arthur, que trazem sorrisos ao amanhecer e brilho às estrelas da noite, agradeço por serem a promessa do futuro e a razão do meu orgulho no presente.

Ao meu esposo José Afonso, cujo amor é o farol que guia meu coração em todas as tempestades, agradeço por ser o meu porto seguro, minha âncora na imensidão do mar. No qual me apoiou e encorajou continuamente, mesmo quando o meu olhar vagou por segundos em busca das respostas que ainda permeavam meus pensamentos.

Aos mestres e professores, em especial à banca, Professora Dra. Leilah Santiago Bufrem e Professor Dr. Milton Shintaku, com paciência e sabedoria, moldaram meu intelecto e abriram as portas do conhecimento, agradeço por cada semente de sabedoria plantada, que agora floresce em minha mente.

À minha Orientadora Professora Dra. Paula Carina de Araújo, cuja amizade aquece meu coração, expresso a minha profunda gratidão e admiração pelo apoio inestimável ao longo desta jornada acadêmica. Suas orientações sábias e encorajadoras foram fundamentais para o sucesso deste trabalho.

Aos amigos Paulo Collaço e Daiana Hellen Canato, tesouros preciosos que a vida me presenteou, agradeço por cada risada compartilhada, cada ombro amigo em momentos difíceis, e por serem a constelação brilhante que ilumina meu céu noturno.

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, duvidaram do meu potencial e sucesso. Suas dúvidas foram o combustível que precisei para provar a mim mesma do que sou capaz. Cada obstáculo superado foi uma confirmação de que o verdadeiro poder está em acreditar em si mesmo. Obrigada por me impulsionarem a alcançar o que parecia impossível.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná, a nossa UFPR. Que mantém aberta as portas do conhecimento para todos e todas que buscam a evolução acadêmica.

Assim, com o coração transbordando de gratidão, avanço neste novo capítulo da vida, consciente de que cada um de vocês é uma estrela que guia meus passos. Que o amor e a gratidão floresçam eternamente em nossos corações

*“[...] as mulheres estão excluídas, pela condição, de qualquer espécie de glória, e quando, por acaso, nasce uma com uma alma suficientemente elevada, não lhe resta senão o estudo para consolá-la de todas as exclusões e de todas as dependências às quais está condenada”*

*Madame du Châtelet*

## RESUMO

A colaboração científica é uma atividade crucial para a comunicação da ciência, promovendo a aproximação entre pesquisadores, instituições e países com objetivos científico similares. Objetiva caracterizar as práticas de colaboração científica entre as docentes dos cursos de pós-graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil. Procura responder à seguinte problematização: como se caracterizam as práticas de colaboração científica entre as docentes dos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil? Para atender a este propósito, foram estabelecidos objetivos específicos, a saber: reconhecer as práticas de colaboração científica por meio da revisão da literatura; contextualizar a configuração do corpo docente dos cursos de pós-graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil; identificar as práticas de colaboração científica por meio de coautoria das docentes; descrever a percepção das docentes estudadas nesta pesquisa sobre as práticas e colaboração científica. Esta pesquisa assume uma abordagem fenomenológica descritiva, que combina tanto métodos qualitativos quanto quantitativos, utilizando dados documentais obtidos na Plataforma de Currículo Lattes, além das entrevistas semiestruturadas. A amostragem foi selecionada de forma não probabilística intencional, uma escolha metodológica que se alinha aos objetivos desta pesquisa e à natureza do fenômeno estudado. Isso se dá pela necessidade de focar especialmente, nas docentes dos cursos de pós-graduação em direito das Universidades Federais do Sul do Brasil para atenderem aos objetivos da pesquisa. Os resultados obtidos nas entrevistas demonstram que há, de fato, a prática da colaboração científica por parte das docentes dos cursos de pós-graduação em Direito nas Universidades Federais do Sul do Brasil. Além disso, as docentes refletem sobre a importância de colaborar cientificamente no espaço acadêmico, ressaltando a relevância desta prática para o avanço do conhecimento na área do Direito e para a formação acadêmica das futuras gerações de pesquisadoras.

**Palavras-chave:** Colaboração Científica. Direito. Comunicação científica. Pós-graduação em Direito. Docência.

## ABSTRACT

Scientific collaboration is a crucial activity for the communication of science, promoting closer connections among researchers, institutions, and countries with similar scientific objectives. "In this context, this dissertation aimed to characterize the scientific collaboration practices among female professors in postgraduate Law courses at Federal Universities in Southern Brazil. It seeks to address the following issue: how are the scientific collaboration practices characterized among the faculty members of postgraduate programs (*stricto sensu*) in Law at Federal Universities in Southern Brazil?" To achieve this purpose, specific objectives were established, namely: recognizing the practices of scientific collaboration through a literature review; contextualizing the composition of the teaching staff in the postgraduate courses in Law at Federal Universities in Southern Brazil; identifying the practices of scientific collaboration through co-authorship of the faculty members; describing the perception of the faculty members studied in this research regarding the practices of scientific collaboration. This research takes on a descriptive phenomenological approach, combining both qualitative and quantitative methods, using documentary data obtained from the Lattes Curriculum Platform, in addition to semi-structured interviews. The sampling was selected in an intentional non-probabilistic way, a methodological choice that aligns with the objectives of this research and the nature of the phenomenon studied. This is due to the need to focus especially on teachers of postgraduate law courses at Federal Universities in the South of Brazil to meet the research objectives. The results obtained in the interviews demonstrate that there is indeed a practice of scientific collaboration on the part of the female faculty members in the postgraduate courses in Law at Federal Universities in Southern Brazil. Furthermore, the faculty members reflect on the importance of collaborating scientifically in the academic space, emphasizing the relevance of this practice for advancing knowledge in the field of Law and for the academic development of future generations of researchers.

**Keywords:** Scientific collaboration. Law. Scientific communication. Postgraduate studies in law. Teaching.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DOCENTES NAS UF DO SUL DO BRASIL (2022) .....	34
GRÁFICO 2 - VINCULAÇÃO DOS DOCENTES DENTRO DO PPGDS (2022).....	35
GRÁFICO 3 - DOCENTES E ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO UFSC (2022) .....	37
GRÁFICO 4 - DOCENTES E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO UFPR (2022) .....	38
GRÁFICO 5 - DOCENTES E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO UFPEL (2022).....	40
GRÁFICO 6 - DOCENTES E ÁREA DE CONCENTRAÇÃO UFRGS (2022).....	41
GRÁFICO 7 – DOCENTES E A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO FURG (2022) .....	42
GRÁFICO 8 – DOCENTES E A ÁREA DE CONCENTRAÇÃO UFSM (2022) .....	43
GRÁFICO 9 - GÊNERO .....	53
GRÁFICO 10 – UFSC X PERIÓDICOS (2023) .....	91
GRÁFICO 11 - UFPR X PERIÓDICOS (2023) .....	93
GRÁFICO 12 - UFRGS X PERIÓDICOS (2023) .....	95
GRÁFICO 13 – FURG X PERIÓDICOS (2023).....	97
GRÁFICO 14 – UFSM X PERIÓDICOS (2023).....	99
GRÁFICO 15 – UFPEL X PERIÓDICOS (2023) .....	101

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES - BDTD.....	18
QUADRO 2 - TIPOS DE COLABORAÇÃO CIENTÍFICA .....	23
QUADRO 3 - PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO SUL DO BRASIL (2022) .....	33
QUADRO 4 - ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA DOS PPGDS (2022) .....	35
QUADRO 5 - AMOSTRAGEM ANALISADA.....	56
QUADRO 6 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO – BRAPCI .....	57
QUADRO 7 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO - SCIENTOMETRICS .....	58
QUADRO 8 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO - WOS.....	59
QUADRO 9 - LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SCOPUS .....	60
QUADRO 10– PROFESSORAS MAIS PRODUTIVAS DA REGIÃO SUL.....	66
QUADRO 11- PRODUÇÃO POR TIPO DE DOCUMENTO .....	67
QUADRO 12 – ORIENTAÇÕES POR DOCENTES E POR NÍVEL.....	70
QUADRO 13 – DOCENTES DO PPGD DA FURG (2022) .....	73
QUADRO 14 – RANKING PPGD UFRGS (2022) .....	75
QUADRO 15 - RANKING PPGD UFPEL (2022) .....	78
QUADRO 16 – RANKING PPGD UFSM (2022).....	80
QUADRO 17 – RANKING PPGD UFSC (2022) .....	82
QUADRO 18 – RANKING PPGD UFPR (2022) .....	86
QUADRO 19 – CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	103
QUADRO 20 – QUESTÃO Nº 4 DA ENTREVISTA .....	104
QUADRO 21 – QUESTÃO N.º 5 DA ENTREVISTA .....	106
QUADRO 22 – QUESTÃO Nº 6 DA ENTREVISTA .....	107
QUADRO 23 – QUESTÃO Nº 7 DA ENTREVISTA .....	108
QUADRO 24 – QUESTÃO Nº 8 DA ENTREVISTA .....	110
QUADRO 25 – QUESTÃO Nº 9 DA ENTREVISTA .....	111
QUADRO 26 – QUESTÃO Nº 10 DA ENTREVISTA .....	112

## LISTA DE ABREVIATURAS

BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CI	Ciência da Informação
COLLNET	Collaboration in Science and in Technology
EaD	Ensino a Distância
EMI	Estudos Métricos da Informação
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GI	Gestão da Informação
GIC	Gestão da Informação e do Conhecimento
ICT	Informação Científica e Tecnológica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IES	Instituição de Ensino Superior
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PPGD	Programa de Pós-Graduação em Direito
PPGGI	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação
PPDGJS	Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social
UEL	Universidade Estadual de Londrina / PR
UF	Universidade Federal
UFAL	Universidade Federal de Alagoas / AL
UFBA	Universidade Federal da Bahia / BA
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas / RS
UFPR -	Universidade Federal do Paraná / PR
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul / RS
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina / SC
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria / RS
WoS	Web of Science

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
1.1 OBJETIVOS .....	17
1.1.1 Objetivo geral .....	17
1.1.2 Objetivos específicos .....	17
1.2 JUSTIFICATIVA .....	17
<b>2 COLABORAÇÃO CIENTÍFICA</b> .....	<b>20</b>
2.1 COLABORAÇÃO CIENTÍFICA: CONCEITOS E TIPOS .....	22
2.1.1 Importância da colaboração científica .....	24
2.1.2 A disseminação da informação científica .....	29
2.1.3 Informação científica .....	30
2.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO SUL DO BRASIL .....	32
2.2.1 O ensino e a pesquisa na pós-graduação em Direito no Brasil.....	43
<b>3 A DOCÊNCIA FEMININA</b> .....	<b>48</b>
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	<b>55</b>
4.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA.....	55
4.2 ETAPAS DA PESQUISA.....	57
<b>5 ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>65</b>
5.1 A PRODUTIVIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL	
65	
5.1.1 Indicadores de Orientação .....	69
5.1.2 Ranking individual de produções bibliográficas.....	72
5.1.3 Os periódicos mais representativos nas publicações dos PPGDs (UFSC, UFPR, UFRGS, UFPel, UFSM, FURG).....	91
5.2 A PERCEPÇÃO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES DO SUL DO BRASIL SOBRE AS PRÁTICAS DE COAUTORIA.....	102
5.2.1 Categoria das análises.....	104
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>117</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>134</b>
<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As universidades são organizações que produzem conhecimento científico que podem ser aplicados à sociedade. Gerir este conhecimento produzido requer a gestão desde a aquisição da informação até a sua distribuição, o que se caracteriza como o processo de gestão da informação, segundo Davenport (1998). Gerenciar as informações produzidas pelos cientistas nas universidades diz respeito a um tipo de informação específica, a informação científica.

A Gestão da Informação (GI) aplicada às universidades contribui de forma contínua para a atualização e inovação dos cursos ofertados, possibilitando a comunicação e o compartilhamento de informações científicas (Camboim; Paiva; Targino, 2016). Notoriamente, a GI atua em situações consideradas ambíguas propiciando às pessoas o acesso, participação e uso de informações que contribuirão para a resolução dessas situações, viabilizando a construção do conhecimento científico e social (Valentim, 2008). É necessário que as informações científicas possam ser utilizadas e reutilizadas pela comunidade na qual a universidade está inserida, permitindo a contribuição teórica ou prática por meio da orientação de discursos sobre determinados temas (Durante; Maurer, 2007).

As organizações públicas, como produtoras de conhecimento científico, têm aumentado seu estoque informacional por meio das redes de colaboração e redes de acesso à informação advindas de fontes disponíveis por meio da internet. E, esse fluxo tem exigido das universidades ordem produtiva e gerencial a fim de aperfeiçoar seu fluxo informacional (Ferreti; Alvares, 2015).

Segundo Ruas e Bax (2019), o fluxo informacional científico é toda publicação relativa ao trabalho que vem sendo desenvolvido por pesquisadores, sejam eles em periódicos especializados ou outra publicação formal, como por exemplo, os eventos científicos, levando-se em consideração a comunicação produzida neste caminho. Essa trajetória sucessiva de comunicação é chamada de fluxo informacional científico. Por meio desse fluxo, é possível que as organizações possam tomar decisões assertivas quanto à gestão administrativa e estrutural, além de possibilitar a geração de conhecimento como resultado do processo de transferir informações de um interlocutor para um destinatário, utilizando-se de ferramentas disponíveis para gerir e captar conhecimento dentro das universidades (Almeida, 2021).

Mapear a produção científica de uma instituição, bem como as relações estabelecidas entre os pesquisadores e seus parceiros é fundamental para promover

melhor gestão estratégica na tomada de decisão para diversas finalidades, entre elas: concessão de recursos por meio das agências de fomento e pesquisas; posicionamento da universidade em rankings nacionais e internacionais, além de embasar a pesquisa aprofundada sobre um domínio do conhecimento, as relações por ele estabelecidas e seu impacto. Dessa forma, é possível produzir estudos comparativos com outras áreas do conhecimento, tanto no âmbito nacional, quanto internacional (Souza, 2018).

A produção científica de pesquisadores gera indicadores de avaliação dos programas de pós-graduação (mestrado acadêmico, mestrado profissional e doutorado), por exemplo, por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) na avaliação de cursos de graduação presenciais e EAD. Nesta pesquisa o foco está sobre a colaboração científica, uma das formas de expressão do compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre pesquisadores que na literatura é entendida como trabalho intelectual coletivo de pesquisadores, instituições ou até mesmo países, com intuito de formar uma rede de colaboradores que unem esforços, reconhecem diferenças e semelhanças na produção do conhecimento (Grácio, 2018). Mais especificamente, as práticas de colaboração científica entre as docentes dos Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Direito do Sul do Brasil são objeto de estudo desta pesquisa.

Estudar a produção científica no domínio do Direito, a fim de analisar a produção científica e reconhecer o comportamento dos pesquisadores no que se refere à colaboração científica é desafiador, já que na literatura nacional não se encontram muitos estudos relacionados à produção científica jurídica. Entretanto, este também é um fator motivador para a pesquisa, uma vez que é um domínio amplo, com suas particularidades e que desperta interesse da comunidade geral e acadêmica. É importante ressaltar que a análise da coautoria, uma das expressões da colaboração científica, pode contribuir com o aumento da profissionalização da ciência e a reunião de conhecimentos e habilidades distintas de pesquisadores com o mesmo interesse científico, além de proporcionar a possibilidade de trabalhar com pesquisadores experientes (Serra; Ferreira, 2015).

Portanto, esta pesquisa pretende responder a seguinte questão: como se caracterizam as práticas de colaboração científica entre as docentes dos programas

de pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil?

## 1.1 OBJETIVOS

Esta pesquisa apresenta objetivo geral e quatro objetivos específicos, conforme descrição abaixo.

### 1.1.1 Objetivo geral

Caracterizar as práticas de colaboração científica entre as docentes dos Programas de Pós-Graduação (*stricto sensu*) em Direito das universidades federais do Sul do Brasil.

### 1.1.2 Objetivos específicos

a) reconhecer as práticas de colaboração científica por meio da literatura da área;

b) contextualizar a configuração do corpo docente dos cursos de pós-graduação em direito das universidades públicas federais do Sul do Brasil;

c) identificar as práticas de colaboração científica por meio de coautoria das docentes dos cursos de pós-graduação em direito das universidades federais do sul do Brasil;

d) descrever a percepção das docentes estudadas nesta pesquisa sobre as práticas de colaboração científica.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Uma das formas de justificar esta pesquisa, foi verificar a existência ou não de publicações (teses e dissertações) sobre o tema colaboração científica na pós-graduação em Direito nas Universidades do Brasil. Esta busca está representada no Quadro 1. A busca se deu na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), com mais de 500 mil dissertações e 210 mil teses, entre outros documentos. Cabe mencionar que a referente base de dados registra mais de 780 mil documentos na sua totalidade.

Quadro 1 - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD		
Busca	Estratégia de pesquisa	Total
1	“colaboração científica”	78
2	“colaboração científica” AND “pós-graduação” AND “docente”	64
3	“colaboração científica” AND “pós-graduação” AND “direito”	3
4	“coautoria” AND “pós-graduação” AND “direito”	18

A autora (2022)

Ao analisar os resultados obtidos, verificou-se que 15 registros se apresentavam em duplicidade. Visto que a exportação realizada pela base para o arquivo .csv não exportou os resumos e tampouco as palavras-chaves, foi necessário consultar os documentos, via repositório institucional.

Dentre os trabalhos analisados, 7 resultados trouxeram temas relacionados à colaboração científica na pós-graduação: Justino (2019); Galdo (2012); Oliveira (2017); Barbosa Neto (2011); Faria (2019); Osorio (2012); Silva (2018); coautoria na pós-graduação Lima, 2009. Entretanto, nenhuma pesquisa aborda a colaboração científica na área do Direito.

Compreende-se que há limitações do resultado desta busca quanto à base pesquisada, todavia, observa-se a oportunidade de contribuição de pesquisa do ponto de vista da ciência e gestão da informação para o domínio do Direito, o que fundamenta a justificativa científica desta pesquisa.

Há ainda relação direta do tema deste estudo com a linha de pesquisa Informação e Sociedade do PPGGI/UFPR, que estuda os fluxos e processos de comunicação do conhecimento, pois, a colaboração científica é uma forma de comunicar a informação produzida nas universidades por meio das ações de transmissão do conhecimento. Some-se a isso, o fato desta dissertação representar uma aproximação e um exercício inicial de reconhecimento das questões de gênero na produção científica no domínio do direito, o que demonstra uma preocupação do impacto das questões informacionais para a sociedade.

A autora desta pesquisa atua como gestora de informação em uma unidade de informação jurídica e, portanto, busca entender por meio da sua atuação como o processo de colaboração acadêmica se desenvolve antes da informação científica ser restituída à sociedade em geral e ainda se propõe a contribuir com estudos

interdisciplinares para a Gestão da Informação. Portanto, a atuação profissional levou à necessidade de aprofundar o conhecimento pessoal sobre o tema.

Esta pesquisa está organizada em quatro partes: planejamento da pesquisa, desenvolvimento e execução, redação, texto final e exposição dos dados.

## 2 COLABORAÇÃO CIENTÍFICA

A profissionalização da ciência teve início na era napoleônica, na França do século XVII, com a primeira teoria abrangente sobre colaboração científica e sendo uma resposta à profissionalização da ciência moderna, (Beaber; Rosen, 1979); tornando público todo conhecimento científico produzido nas universidades, pois até então não era sabido quem eram os cientistas, como chegavam a este título, ou qual era o tipo de trabalho que desenvolviam e para quem produziam, trazendo à tona muitas questões desconhecidas pela sociedade e para a comunidade científica (Vanz, 2009).

No Brasil, a ciência e a educação superior foram administradas e coordenadas por autoridades governamentais regidas pela coroa portuguesa, sendo a medicina, a engenharia e o curso de direito os prioritários pelos administradores e centralizadores desse sistema. Para que o estudante pudesse seguir carreira científica era necessário ter aproximação com cientistas experientes. Embora os cientistas fossem vistos com desconfiança pela sociedade e quase nenhuma crença de que a ciência pudesse se tornar objeto de poder, riqueza e desenvolvimento, tendo sobre ela, a ótica de que era apenas uma atividade cultural, ela era imprescindível para seguir carreira científica (Schwartzman, 2001).

Antes da primeira guerra mundial, países como a Alemanha, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha, uniram esforços a fim de viabilizar institutos de pesquisas e laboratórios industriais que viessem apoiar a ciência. Esses esforços tornaram crescente o desenvolvimento científico, principalmente na área química e fizeram da colaboração científica um interesse ainda no século XIX, viabilizando o trabalho coletivo de pesquisadores em benefício da ciência e da sociedade em geral (Spinak, 1996); e foi neste século, que houve diversas mudanças na organização e compartilhamento do conhecimento científico, como por exemplo o surgimento dos periódicos e a crescente produção bibliográfica (Oliveira, 2018).

Contudo, no final do século XIX, a ciência foi se desenvolvendo de tal forma que permitiu aos estudiosos se especializarem dentro de seus domínios científicos, possibilitando que diversas áreas do conhecimento fossem categorizadas em subcampos. A partir dessa divisão, surgiu então a necessidade de que novos periódicos especializados fossem produzidos para a disseminação do conhecimento e das investigações científicas que se davam naqueles novos subcampos. Essa

influência ainda se assemelha ao que conhecemos atualmente (Beaver; Rosen, 1979).

Todo este movimento informacional resultou num aumento significativo da quantidade de informação científica produzida. E foi então que, após a segunda guerra mundial, a Ciência da Informação (CI) nasce com o desafio de tratar o volume informacional crescente (Cassota *et al.*, 2017), tornando-se responsável por investigar as propriedades e o comportamento informacional, os fluxos de informação, acessibilidade e a transformação da informação útil, incluindo as mensagens científicas e uso da informação (Borko, 1968).

Dentro da Ciência da Informação surgiram as subáreas com foco específico para determinados estudos informacionais; essas subáreas foram: estudos da informação científica e tecnológica - ICT, gestão da informação e do conhecimento - GIC, políticas e economia da informação, estudos sobre representação da informação, estudos de usuários da informação e os estudos métricos da Informação -EMI (Oliveira, 2018).

Os estudos métricos da informação integram os campos da Bibliometria, Cientometria, Cibermetria e Webometria, Informetria, Patentometria e Altmetria (Grácio, 2020).

Incluídos nos EMI, estão os indicadores que podem mensurar e quantificar vários aspectos da informação científica; para Spinak (1998), os indicadores surgem da mensuração de insumos e dos resultados das investigações científicas, sendo definidos como ilustradores de um problema investigado. “A cientometria utiliza de indicadores com técnicas interdisciplinares da economia, estatística, administração e documentação” para investigar o crescimento quantitativo científico proporcionado pela comunidade investigada, assim como, do papel que ela desempenha na ciência, refletindo sobre o seu universo teórico, sua comunicação e entendimento dessa coletividade (Oliveira, 2018).

Estudos da Ciência da Informação que se referem à colaboração científica podem promover a mensuração da produção científica de determinado domínio; são primordiais para a compreensão do comportamento científico (Bento; Bittencourt, 2021).

Neste contexto, a colaboração científica estabelece um elo de comunicação entre autores e instituições tornando-a regular, relevante e potencialmente capaz de resolver problemas de alta complexidade, promovendo políticas públicas, econômicas

e sociais, se reafirmando como democrática, sustentável, de domínio e inclusão cultural, tornando-se tema de pesquisa de diversas áreas do conhecimento como a ciência da informação, a psicologia, os estudos sociais, dentre outras que despertam o interesse em mensurar a cooperação entre pesquisadores que focam o mesmo objetivo (Sonnenwald, 2008).

## 2.1 COLABORAÇÃO CIENTÍFICA: CONCEITOS E TIPOS

Grandes clássicos da literatura em Ciência da Informação debatem as definições para a colaboração científica. Katz e Martin (1997) definiram que o trabalho conjunto de pesquisadores com a finalidade de produzir conhecimento é considerado colaboração científica.

Segundo Vanz (2009), os colaboradores de uma pesquisa, necessariamente, precisam contribuir de forma significativa com o trabalho, incluindo as ideias principais, as hipóteses e a interpretação dos dados. Este quesito aponta que as participações menos expressivas, como os assistentes e técnicos, por vezes são suprimidos.

Ademais, na literatura há outros autores que descrevem a colaboração científica, inicialmente, com o trabalho intelectual coletivo de pesquisadores, instituições ou até mesmo países. Formando uma rede de colaboradores, unindo esforços que tendem a reconhecer semelhanças e diferenças a fim de produzir novas ideias (Grácio, 2018).

Para Sonnenwald (2008), a colaboração científica pode ser definida como a interação social de dois ou mais cientistas que compartilham ideias. Esses pesquisadores ainda podem trazer à colaboração metas individuais que vem se somar ao objeto de pesquisa, usufruindo deste processo para consolidar sua carreira, quando se trata de pesquisadores iniciantes. Portanto, compreende-se que as conexões que se estabelecem na colaboração científica tendem a tecer ligações intelectuais que se entrelaçam por meio das ideias compartilhadas pelos indivíduos que trabalham em prol de um objeto de pesquisa.

De acordo com Subramanyan (1983), vários tipos de colaboração científica podem ser identificados. Com base neste entendimento, elaboramos o Quadro 2:

Quadro 2 - Tipos de Colaboração Científica

<b>Colaboração científica</b>	<b>Descrição</b>
Professor/aluno	Colaboração no ambiente acadêmico.
Colaboração entre colegas	Descrita como a atuação de vários profissionais de diferentes áreas atuando no mesmo projeto de pesquisa.
Supervisor/assistente	Ocorre quando em grandes projetos, o pesquisador necessita de colaboração técnica especializada em equipamentos utilizados em laboratórios.
Pesquisador/consultor	Quando há a necessidade de colaboração de consultores para a coleta de dados. Contrata-se um consultor ou empresa de consultorias.
Colaboração entre organizações	Quando pesquisadores de diferentes organizações colaboram em conjunto com interesse mútuo. Sendo ela inter organizacional, gerenciada por agências governamentais.
Colaboração internacional	Ocorre com maior frequência em áreas da ciência como a matemática, física e química

FONTE: A autora (2022) com base em SUBRAMANYAN (1983)

A colaboração entre professores e alunos é comum na academia, visto que no Brasil, agências como a Coordenação de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) recomenda que os alunos da pós-graduação publiquem artigos, resumos expandidos, entre outros trabalhos científicos, em coautoria com seu orientador.

A colaboração científica entre colegas, pode ocorrer em projetos multidisciplinares, por exemplo, que contemplam a participação de profissionais das mais diversas áreas, reconhecida como intrainstitucional ou intramuros, pela proximidade física que este tipo de colaboração oferece (GRÁCIO, 2018), como os grupos de pesquisa.

Pesquisadores e consultores podem colaborar em projetos de ampla proporção havendo a necessidade de conhecimentos de diferentes domínios. As colaborações entre organizações podem ocorrer devido ao encontro de cientistas de diferentes instituições. Por fim, a colaboração internacional, consiste na reunião de cientistas de instituições de diferentes países com diferentes expertises, a fim de colaborar em grandes pesquisas de interesses mundiais, como ocorre nas áreas da saúde (Grácio, 2018).

As atividades de colaboração ainda são identificadas de acordo com o nível de participação dos envolvidos; estas atividades classificam-se entre técnicas e intelectuais. As atividades técnicas são exercidas por profissionais que operam equipamentos e materiais de alta complexidade e por vezes esta colaboração não é explícita no trabalho, entretanto a participação desses profissionais é mencionada na seção de agradecimentos da pesquisa. A segunda forma de classificação consiste na colaboração intelectual, pela qual há a contribuição de recursos intelectuais de conteúdos efetivando a colaboração na prática (Hilário; Grácio; Guimarães, 2018).

Segundo Subramanyan (1983), os níveis de colaboração científica podem variar de acordo com as disciplinas; sendo mais baixos nas ciências humanas, em que por vezes, o pesquisador trabalha de forma solitária.

A colaboração científica é uma forma de comunicação entre os pares; essa comunicação possibilita a criação de redes organizacionais que constituem relações sociais formais e informais desempenhando várias funções, principalmente, por assegurar o intercâmbio de informações sobre os trabalhos em andamentos e assim, contribuir com o desenvolvimento da ciência (Le Coadic, 1996).

### 2.1.1 Importância da colaboração científica

Tendo em vista que a colaboração científica propicia o fomento da comunicação científica e, através desta, o desenvolvimento da ciência como um todo, diversos indicadores de produção científica podem avaliar e mensurar o desenvolvimento científico de qualquer área do conhecimento (Andretta; Silva; Ramos, 2012).

Grácio (2018) aponta que a colaboração científica potencializa o crescimento profissional tanto quanto o desenvolvimento do conhecimento, considerando que diversos pesquisadores envolvidos num mesmo projeto possuem maior acesso aos

recursos informacionais e materiais. Neste sentido, a informação científica tende a crescer tornando-se acessível a outros pesquisadores com interesses mútuos.

Vanz e Stump (2010) listaram as razões de acordo com a literatura nacional e internacional, que levam os pesquisadores a colaborarem cientificamente, são elas:

- a) expandir a visibilidade científica do pesquisador, assim como, da ciência;
- b) produtividade crescente;
- c) operacionalização do tempo concedido na pesquisa;
- d) redução ao erro;
- e) ampliação de recursos que viabilizam as pesquisas;
- f) expansão do domínio em relação às temáticas pesquisadas;
- g) investir esforços em grandes problemas de pesquisa;
- h) ampliar a profissionalização da ciência;
- l) aumento da experiência científica por meio do contato com outros pesquisadores;
- j) possibilidade de realizar pesquisas multidisciplinares;
- k) construção associativista, evitando a competição;
- l) habilitar pesquisadores e orientandos;
- m) auferir opiniões externas a fim de confirmar um problema;
- n) disseminação da pesquisa;
- o) cumprir o cronograma entregando resultados à equipe;
- p) falar com entusiasmo da pesquisa para alguém;
- q) suprir a demanda de trabalhar em equipe.

Dentre as motivações listadas acima, ainda se pode considerar que no Brasil, as agências financiadoras impulsionam o trabalho de colaboração (Vanz, 2010). No exterior tal motivação parte das agências públicas e/ou privadas que exigem a colaboração interinstitucional como requisito para financiamento de pesquisas, podendo ser exemplificados pelo National Science Foundation Science & Technology Center, Industry/University Cooperative, Research Center e European Science Foundation Sixth Framework Programme (sonnenwald, 2008), uma vez que os pesquisadores também são avaliados pela quantidade de trabalhos produzidos (Lemos, 2005). Neste contexto, acontece a colaboração por meio da coautoria, pois este tipo de colaboração possibilita o compartilhamento de atividades, tempo e

recursos financeiros, além da valorização dos pesquisadores capazes de formar equipes produtivas e eficientes (Maia; Caregnato, 2008).

Bufrem (2010) categorizou em seu estudo, quatro vertentes da colaboração científica, sendo: a coautoria, redes de colaboração científica, tecnologias que favorecem a colaboração e ainda, os incentivos à colaboração do ponto de vista das políticas de fomento. Essa categorização permite identificar características peculiares no processo de interação humana, cujo objetivo é praticar a comunicação científica por meio da comunicação, da disseminação do conhecimento da socialização entre pesquisadores que consistem em interagir e colaborar.

Observa-se na colaboração científica a importância dos elementos sociais que a cercam, fazendo com que seja envolvida por elementos sociais que compreendem a ética, a competência, confiança e responsabilidade dos pesquisadores e das instituições às quais pertencem (Grácio, 2018).

Neste sentido é possível constatar que a colaboração científica possibilita a interação social e científica de pesquisadores por meio do envolvimento com o desenvolvimento das pesquisas realizadas pelo grupo. A interação envolvida nestes projetos é benéfica para a ciência, pois através desta cooperação se produz o conhecimento científico por meio das diferentes perspectivas e opiniões que se obtém quando há uma participação de mais envolvidos num mesmo projeto (Grácio, 2018).

Portanto, ao praticar a colaboração científica, normas sociais e de confiança se constroem entre os acadêmicos, gerando uma forma de capital social para a academia, contribuindo para que o fluxo de conhecimentos disponibilizados nos projetos se torne benéfico aos pesquisadores (Abbasi; Wigand; Hossain, 2014).

Katz e Martin (1997) pontuam que há três considerações a serem pensadas quando se trata de colaboração científica. A primeira é como medir a colaboração em pesquisa, seguida dos estímulos que contribuiram com formação do grupo e por fim, a comunicação e a proximidade física e social na capacidade de colaborar. Bufrem (2010) considera que os estudos sobre a colaboração científica devem examinar o impacto na ciência, grau de colaboração, produtividade e domínio científico.

Compreender a estrutura de como determinada área do conhecimento produz e dissemina a informação científica abre portas para a construção de novos saberes e novas ideias, gera novos conhecimentos e avaliação da comunicação científica da área estudada. Isso permite que as atividades acadêmicas realizadas nas universidades públicas cheguem ao público externo ou seja, até a sociedade e

transforme este local num espaço acessível e de grande potencial intelectual (Sobral *et al.*, 2021).

Pesquisadores que colaboram tendem a produzir um maior volume de conteúdo científico, portanto este aumento na produção contribui para uma maior disseminação da informação científica, resultando em trabalhos que por vezes, são mais citados do que os trabalhos produzidos de forma individualizada. A autoria múltipla tem impacto mais significativo nas citações recebidas (Spinak, 1996).

Segundo Katz e Martin (1997), a colaboração científica pode ser representada pela coautoria, embora, não necessariamente sejam sinônimas. Dois pesquisadores podem realizar uma pesquisa juntos, mas decidirem publicar seus resultados de forma independente ou ainda, desenvolverem trabalhos separados e, reuni-los com o propósito de publicação em coautoria. O autor ainda reflete sobre a questão hipotética em que três pesquisadores (denominados A, B, C), podem atuar em conjunto no desenvolvimento de uma pesquisa, porém os cientistas A e C, não publicariam artigos com B, ou vice-versa, tornando a colaboração científica, por meio da coautoria imparcial e imperfeita.

A coautoria representa interações científicas e ações coletivas na realização de uma pesquisa, culminando em publicações que simbolizam a colaboração científica (Abbasi; Wigang; Hossain, 2014).

O trabalho em coautoria envolve responsabilidade compartilhada dos autores pelo conteúdo a ser publicado, de forma que possa ser defendido por todos, tanto no domínio científico quanto acadêmico (Hilário; Grácio; Guimarães, 2018). Isso demonstra aproximações entre autores, instituições, conhecimento, ideias e até mesmo posicionamento geográfico (Bufrem, 2010).

Vanz (2009) já destacava a evolução tecnológica como atributo positivo para aproximação de pesquisadores e o acesso rápido à informação através das redes mundiais de computadores, o que possibilitou um desenvolvimento mais célere da colaboração científica. O crescimento das tecnologias da comunicação foi considerado como uma alavanca propulsora para a colaboração científica, visto que a internet estava se ampliando por meio das redes sem fio permitindo o acesso de baixo custo; oferecendo aos cientistas a oportunidade de se relacionarem independente da distância física entre eles.

Em seus estudos Jordan (2014) analisou as ferramentas: **Mendeley**, **Zotero** e **Academia.edu**, utilizadas por pesquisadores com a finalidade de criar redes

sociais, disseminação de conteúdos e informações científicas, assim como a interação entre os pares. Jordan sugere que estas ferramentas são de grande utilidade para acadêmicos e cientistas, pois proporcionam conexões independentemente da localização. Além disto, foram avaliadas como mediadoras da colaboração entre pesquisadores.

Os avanços tecnológicos têm efetivamente permitido a disposição da informação especializada em bases de dados, portais e redes sociais voltadas para a academia. Essa disponibilidade objetiva disseminar a informação científica, pesquisas, projetos e ainda possibilitar a interação entre pesquisadores de diversas idades, sejam eles veteranos ou iniciantes (Cassota *et al.*, 2017).

A colaboração científica e tecnológica tem sido objeto de estudo em âmbito global. Nos anos 2000, foi instituída na Alemanha, a *COLLNET – Collaboration in Science and in Technology*, uma rede mundial de pesquisas sobre a problemática (Vanz; Stumpf, 2010). Tal fato evidencia o interesse internacional pelo tema.

Esta pesquisa tem como foco a colaboração científica entre as docentes da pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito, nas universidades federais na região sul do Brasil. Nesta seção, serão apresentados exemplos de pesquisas que investigaram a colaboração científica desenvolvida por diferentes grupos, bem como as pesquisas que envolvem grupos da área do direito.

Sobral *et al.* (2021) descreveram em sua pesquisa as redes de colaboração científica no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade da Bahia (UFBA-BA). Os resultados revelaram que os docentes têm maior enfoque nas produções de Direito Civil e Direito Constitucional, e as publicações são disseminadas em periódicos de Qualis B1 e por vezes, em periódicos sem Qualis ou de outras áreas do conhecimento.

Jovanovich; Nogueira e Cavalcante (2019) apresentaram um estudo sobre as redes de colaboração científica, no ENANCIB, no qual o corpus da pesquisa foi a Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR). Os autores analisaram aos artigos publicados ao longo de 21 anos nas revistas institucionais da UEL, focando as áreas de Direito Negocial e Direito Público.

Assim como a área do Direito, outras áreas do conhecimento são objetos de estudo com o mesmo enfoque aqui apresentado. Bento e Bittencourt (2021) conduziram uma pesquisa, tendo como amostra o curso de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Pinheiro; Lisboa; Inomata (2021) analisaram em nível regional, o reconhecimento feminino por meio da produção científica na pesquisa. Vasconcelos e Farias (2020) publicaram artigo sobre colaboração científica, destacando a participação feminina na produção científica em Ciência da Informação. Melo e Oliveira (2006) estudaram a produção científica feminina na ciência brasileira, utilizando métricas aplicadas à colaboração científica.

### 2.1.2 A disseminação da informação científica

A principal ferramenta da comunicação acadêmica é a publicação dos resultados das pesquisas em periódicos científicos, principalmente àqueles indexados em bases de dados, pois passam por criteriosas avaliações e atendem a diversos critérios de qualidade (Duarte; Rodrigues, 2012).

No campo científico, as pesquisas acadêmicas representam a comunicação entre os pares constituindo de uma poderosa ferramenta de comunicação. Com o avanço das tecnologias, os suportes tradicionais de informação, anteriormente difundidos por meio das revistas impressas, encontraram nas publicações eletrônicas um novo dinamismo, rapidez e alcance, incorporando como elementos essenciais a linguagem documental e a facilidade na localização ágil e eficiente da informação (Ferreira *et al.*, 2009).

No Brasil, a qualidade e a circulação dos periódicos científicos são avaliadas e classificadas pela CAPES através dos estratos Qualis. Estes critérios são atribuídos somente para revistas que publicam pesquisas de docentes e discentes dos programas de pós-graduação avaliados pela CAPES (Ferreira *et al.*, 2009). Os estratos são classificados como: B5, B4, B3, B2, B1, A2 e o mais alto, A1. Há também o Qualis C (Feres, Oliveira, 2019).

Os programas de pós-graduação incentivam a produção de novos conhecimentos, assim como, a promoção do interesse pelos produtos científicos. Com isto, causa impactos e reconhecimentos entre os pares, o que resulta no fortalecimento da ciência e da inovação científica (Scochi *et al.*, 2012). Cabe às publicações científicas, impressas ou eletrônicas, disseminar as pesquisas para a sociedade, permitindo o acesso e o conhecimento dos resultados de trabalhos e ainda, permitir que esses resultados possam ser reutilizados e avaliados sob outras visões (Brofman, 2012).

Neste contexto, identifica-se dois tipos essenciais de formatos de periódicos que editam e publicam artigos científicos: os formatos editoriais fechados, com acessos remunerados ou associados e os formatos de acesso livre (Feres; Oliveira, 2019).

Feres e Oliveira (2019) publicaram trabalho em que investigam o desenho institucional dos periódicos acadêmicos no domínio do Direito. Eles identificaram o quantitativo de 127 revistas de acesso restrito e 743 eram de acesso aberto. O Qualis A1 predominava entre os periódicos de acesso aberto.

### 2.1.3 Informação científica

A palavra 'informação' tem origem latina e seu significado reside na representação de uma ideia, com objetivo de criar ou dar forma a alguma coisa. A informação pode ser uma simples comunicação entre pessoas e ela se destaca como algo imprescindível para o processo de evolução das sociedades. Através das mensagens transmitidas, as experiências comuns se transformam em consciências coletivas. Há assim, diferentes tipos de informação que variam desde a informação noticiosa até a informação científica (Cunha, 1985). Porém, para esta pesquisa, é crucial contextualizar e conceituar a informação científica.

No processo de comunicação científica, as atividades de compartilhamento do conhecimento estão diretamente ligadas ao acesso às informações produzidas por cientistas. A informação é considerada uma "mola propulsora das mudanças que movem a sociedade contemporânea" (Targino, 2007), visto que a comunicação científica desempenha um papel crucial no processo da produção e evolução da ciência (Caribé, 2015).

Ainda no século XVI, com o surgimento da ciência moderna, os cientistas começaram a se mobilizar para garantir o registro dos direitos autorais de suas experiências e descobertas. Para tal, eles recorriam à comunicação por meio de cartas, que representam os primeiros registros precursoras dos periódicos científicos (Queiroz; Moura, 2015).

Os periódicos científicos surgiram, então, na segunda metade do século XVII, inicialmente com a ideia de que haveria grande retorno financeiro na comercialização desse tipo de impressão. Racionalmente, havia a ideia de que a exposição de pensamentos numa publicação possibilitaria o debate coletivo e a descoberta de

novos acontecimentos. Isso considerando que o processo de comunicação ocorria principalmente por meio da transmissão verbal de informações, categorizada como informal, enquanto a comunicação escrita era formalmente disseminada e alcançava um público mais amplo. Observou-se, portanto, que a necessidade de comunicação por meio de publicações era a forma mais eficaz de alcançar o público que demonstrava interesse por informações científicas. Dessa forma, a comunicação científica foi formalizada por meio dos periódicos científicos (Meadows, 1999).

Solla Price (1974) destacou que a transformação da comunicação científica era a nova revolução informacional, comparável ao surgimento das revistas científicas. Isso porque a circulação da informação ocorreria de maneira acelerada, e a informação científica e tecnológica se tornaria a matéria-prima essencial para a sociedade. Neste contexto, é possível afirmar que a informação científica se tornou um recurso para os pesquisadores (Araújo, 2014).

Além disso, é importante ressaltar que a produção e comunicação da ciência estão intrinsecamente ligadas às comunidades científicas, aos editores e às bibliotecas. Isso envolve o cientista, que utiliza informações já publicadas para comunicar seus trabalhos, contribuindo para a espiral do conhecimento em colaboração com outros pesquisadores. Dessa forma, a comunicação científica desempenha um papel essencial para mover o ciclo e o fluxo informacional por meio da produção, comunicação e uso da informação (Xavier; Costa, 2010).

No Brasil, a ciência tem se desenvolvido principalmente nas universidades públicas. Este ambiente é singular e propício para a interação entre docentes e discentes, o que possibilita o acesso e a disseminação do conhecimento científico (Faria; Batista, 2020).

O espaço acadêmico desempenha um papel crucial no compartilhamento e na apropriação do conhecimento científico e tecnológico, desempenhando uma função indispensável para a sociedade. Isso porque contribui progressivamente para o desenvolvimento de uma nação. No entanto, isso só se torna possível quando a produção científica desses pesquisadores está acessível por meio de artigos, dissertações, teses e patentes, entre outras produções pertinentes ao âmbito acadêmico, especialmente, nos programas de pós-graduação (Palleta; Silva; Santos, 2014).

Os docentes podem colher benefícios ao manterem suas pesquisas e estudos em acesso aberto. Essa visibilidade amplia sua influência, especialmente ao

receberem prêmios e bolsas de estudos, o que os torna reconhecidos diante da sociedade científica. Além disso, possibilita que usuários e leitores ao redor do mundo acessem os dados de uma pesquisa, analisando-os e gerando novos conhecimentos (Pinheiro, 2014).

A gestão da informação é crucial para toda a produção científica, exigindo tratamento e garantindo acesso. Isso torna a informação científica um recurso que merece ser gerido de forma eficiente, contribuindo com o objetivo fundamental da gestão da informação: apoiar as tomadas de decisões e a implementação de estratégias de comunicação internas e externas (Braga, 2000). A comunicação científica é um processo desempenhado pelos cientistas para comunicar a criação de conceitos tanto para a sociedade científica quanto para a sociedade (Caribé, 2015).

A informação científica necessita de livre circulação para que possa ser visível e reconhecida, tornando possível acessá-la por meio de repositórios e periódicos *online*. A disponibilização do conhecimento científico é a única forma de levar a informação científica a todo e qualquer usuário através do acesso aberto nos mais diversos formatos documentais (impresso, cópia, *download* etc.), derrubando barreiras que impedem o baixo custo, o acesso à literatura científica, o fortalecimento do processo educacional e a circulação das pesquisas, além de promover o fortalecimento dos trabalhos e difusão do conhecimento dentro da comunidade científica, possibilitando o diálogo intelectual em direção ao conhecimento (Tabosa; Souza; Paes, 2013).

## 2.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NO SUL DO BRASIL

Em 1968, foi implementada no Brasil uma reforma organizacional do sistema de educação superior, com o objetivo de adotar o modelo estado unidense de ensino e pesquisas. Esta reforma eliminou o sistema de cátedras, que tinha raízes no modelo educacional francês, resultando na falta de uniformidade da carreira universitária brasileira, sem vínculo institucional com o corpo docente. Em outras palavras, os professores não eram efetivos e recebiam a autorização para iniciar o doutorado em até cinco anos após a sua contratação. Com essas reformas educacionais ocorrendo, outro passo importante foi a introdução de cursos anuais nas universidades, assim como a criação de instituições de pesquisas e os programas de pós-graduação que

vieram a outorgar os graus de mestre e doutor, fazendo destes novos modelos o padrão a ser seguido pelas instituições (Schwartzman, 2001).

A expansão e a concretização da pós-graduação no Brasil, ocorreram gradualmente, transformando as universidades em recintos capazes de produzir, consumir e distribuir conhecimento científico (Ortega; Brandão, 2020). Nos anos 1980, a CAPES foi legitimada como o órgão responsável por estruturar planos nacionais de desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. No entanto, desde a década de 1960, a CAPES já vinha desenvolvendo estratégias e metas em contribuição com a pós-graduação brasileira (Nobre; Freitas, 2017).

Embora, o ensino jurídico já houvesse intensificado suas raízes no país, nos anos 1980, havia poucos cursos de pós-graduação ofertados na área. Com o crescimento da pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito, nos anos 1990, a formação docente nas áreas clássicas do Direito, como constitucional, civil, direito público e privado, centralizada principalmente nas universidades públicas, passou a atrair docentes para as temáticas do direito ambiental, agrário e tecnológico, após alterações no sistema regulatório dirigido pela CAPES (Rocha; Leal; Ribeiro, 2021).

As regiões Sul e Sudeste dispõem de um quantitativo maior em cursos de PPGD em relação às demais regiões do Brasil, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mesmo quando somados os programas de outras regiões, Sul e Sudeste superam em quantidades. Vale ressaltar que os bacharéis em Direito têm sido preparados pela academia para o mercado de trabalho, inserindo-os na magistratura ou na advocacia, contribuindo ainda mais com a disparidade da pós-graduação *stricto sensu* entre as regiões brasileiras (Prado; Santos; Pereira Júnior, 2015).

Buscou-se, então, mapear os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em Direito, ofertados pelas universidades federais do Sul do Brasil, conforme se lê no Quadro 3.

Quadro 3 - Pós-Graduação em Direito no Sul do Brasil (2022)

UNIVERSIDADE/ESTADO	Nível de graduação	Conceito
Universidade Federal de Pelotas – UFPel/RS	Mestrado	3
Universidade Federal do Rio Grande – FURG/RS	Mestrado	3
Universidade Federal de Santa Maria – UFMS/RS	Mestrado	3

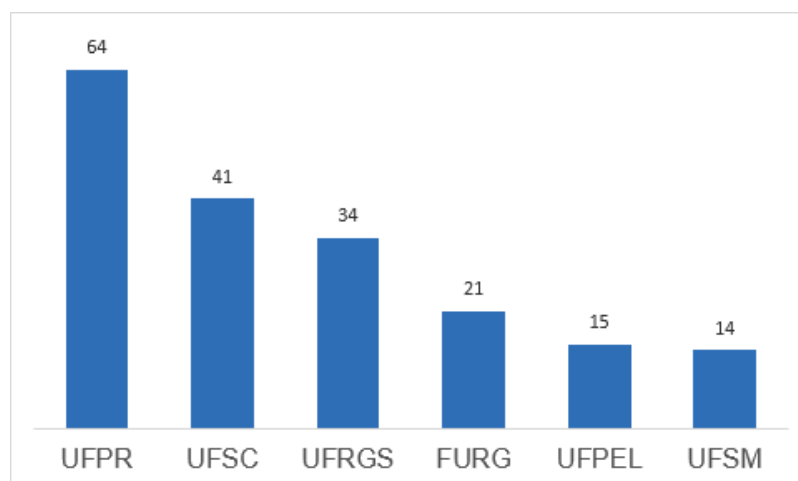
<b>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/RS</b>	Mestrado e Doutorado	5
<b>Universidade de Federal de Santa Catarina – UFSC/SC</b>	Mestrado e Doutorado	6
<b>Universidade Federal do Paraná - UFPR/PR</b>	Mestrado e Doutorado	6

FONTE: Site dos PPGD (2022)

As universidades, relacionadas no quadro acima, estão inseridas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Foram considerados os cursos com formação acadêmica e as universidades federais, bem como o conceito CAPES para os devidos programas de pós-graduação, descritos nas *homepages* dos cursos das universidades. Com exceção da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/RS, cujo site não disponibiliza tal informação e foi necessário requerer junto à secretaria do programa, as informações sobre o conceito aplicado pela CAPES.

Os dados referentes à quantidade de docentes nas universidades estão apresentados na Gráfico 1, no qual é possível visualizar que a UFPR conta com 64 professores em seu programa de pós-graduação em direito e justiça social. Na UFSC são 41 docentes na sua totalidade. A UFRGS conta com 34 docentes, na FURG são 21. A UFPEL tem 15 professores que contribuem com o PPGD e a UFSM conta com 14 docentes.

Gráfico 1 - Docentes nas UF do Sul do Brasil (2022)

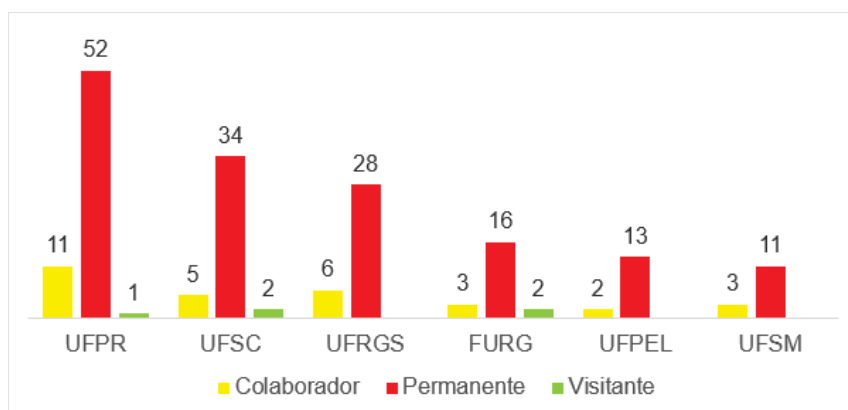


FONTE: Plataforma Sucupira (2022)

O Gráfico 2, faz refere-se à vinculação dos docentes aos programas de pós-graduação em que participam. Esses docentes são classificados como

colaboradores, permanentes e visitantes. Segundo documento de Área do Direito, produzido pela CAPES (2019), 78,7% dos docentes atuam em regime permanente, 17,7% são colaboradores e 3,6% são docentes visitantes. No entanto, observa-se que os PPGDs, objeto desta pesquisa, nem sempre cumprem essas diretrizes, pois nem todos os programas contam com docentes visitantes.

Gráfico 2 - Vinculação dos docentes dentro do PPGDs (2022)



FONTE: Plataforma Sucupira (2022)

A UFPR conta com 52 professores permanentes, 11 professores colaboradores e 1 professor visitante. Na UFSC há 34 docentes permanentes 5 colaboradores e 2 visitantes. Já na UFRGS encontram-se 28 docentes permanentes e 6 colaboradores, nenhum professor visitante foi listado. A FURG tem 16 professores permanentes, 3 colaboradores e 2 visitantes. A Universidade Federal de Santa Maria tem 11 professores permanentes e 3 docentes colaboradores, enquanto a UFPel conta com 13 docentes permanentes e 2 colaboradores.

No Quadro 4, estão especificadas as áreas de concentração dos PPGDs e as linhas de pesquisas ofertadas pelos programas de pós-graduação.

Quadro 4 - Áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGDs (2022)

UNIVERSIDADE	PPGD	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
UFSC	Mestrado	Direito Estado e Sociedade	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado
			Direito Privado, Processo e Sociedade de Informação

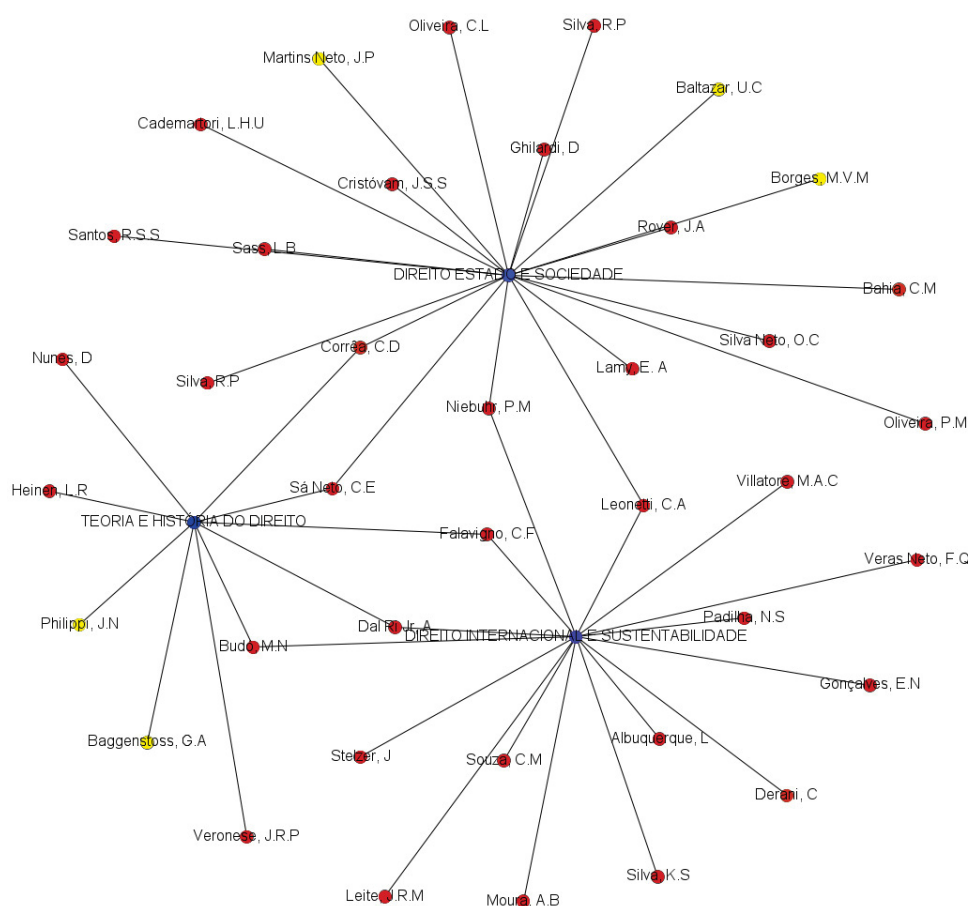
		Direito Internacional e Sustentabilidade	Direito Ecológico e Direitos Humanos
			Direito Internacional Econômico e Comércio Sustentável
		Teoria e História do Direito	Historicismo Conhecimento Crítico e Subjetividade
			Controle Social e Sistemas de Justiça
Doutorado	Direito Estado e Sociedade	Constitucionalismo, Democracia e Organização do Estado	
		Direito Privado, Processo e Sociedade de Informação	
UFPR	Mestrado e Doutorado	Direitos Humanos e Democracia	Cidadania e Inclusão Social
			Cooperativismo e Economia Solidária
		Direito do Estado	Direito, Poder e Controle
			Perspectivas da Dogmática Crítica
		Direito das Relações Sociais	Direito, Tutela e Efetividade
			Novos Paradigmas do Direito
UFPEl	Mestrado	Direitos Sociais	Estado e Constituição
			Direito e Vulnerabilidade Social
UFRGS	Mestrado e Doutorado	Fundamentos da experiência Jurídica	Fundamentos Dogmáticos da Experiência Jurídica / Dogmatic Fundamentals Of The Legal Experience
			Fundamentos Teórico-Filosóficos da Experiência Jurídica / Theoretical And Philosophical Foundations Of Legal Experience
			Fundamentos da Integração Jurídica / Legal Foundations For Integration

<b>FURG</b>	Mestrado	Direito e Justiça Social	Crime Cultura e Direitos Humanos
			Cidadania Educação Trabalho e Sustentabilidade
<b>UFSC</b>	Mestrado	Direitos Emergentes na Sociedade global	Direitos da sociobiodiversidade: desenvolvimento e dimensões da sustentabilidade
			Direitos na sociedade em rede: atores, fatores e processos na mundialização

FONTE: Site dos PPGD (2022)

A distribuição dos docentes, dentro das áreas de concentração dos PPGD está representada nos gráficos apresentados a seguir:

Gráfico 3 - Docentes e áreas de concentração UFSC (2022)



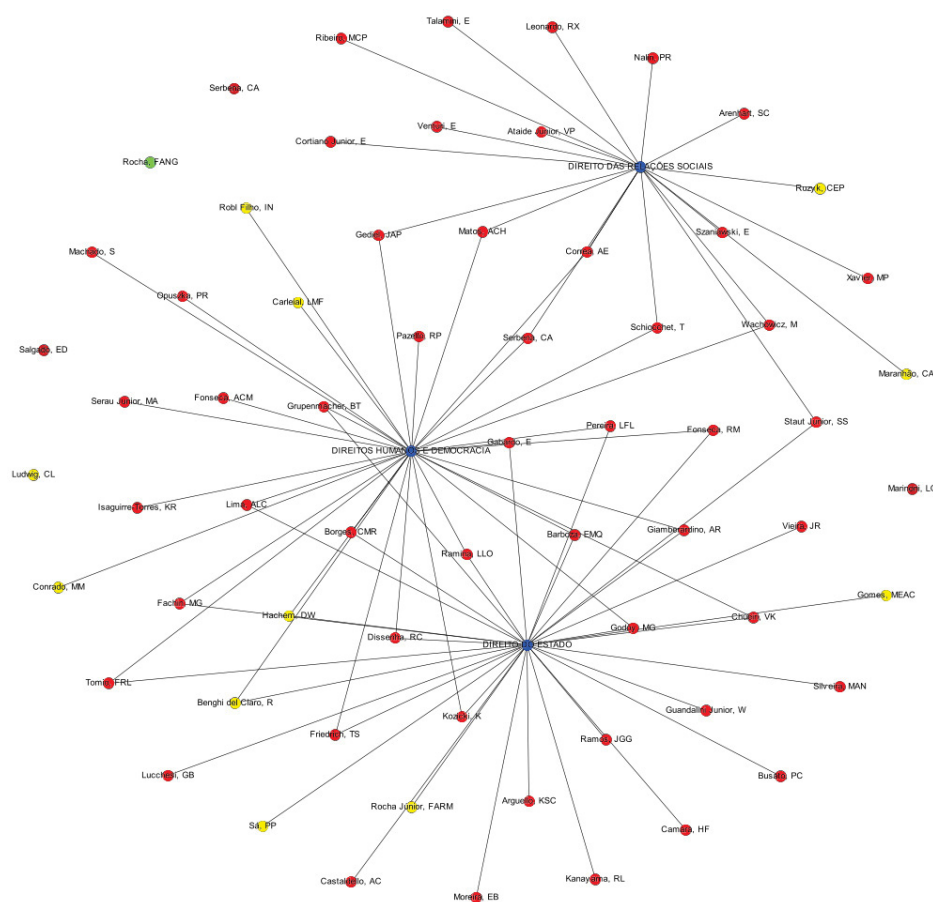
Fonte: site do PPGD/UFSC (2022)

Os docentes do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (conforme Gráfico 3) estão distribuídos em três áreas de concentração, representadas na figura pelos nós em azul na figura. Os docentes permanentes estão indicados pelos nós em vermelho, enquanto os docentes colaboradores são representados pelos nós em amarelo.

A área do “Direito Internacional e Sustentabilidade” conta com 16 docentes, seguida pela área de “Direito Estado e Sociedade”, com 17 professores permanentes e 3 colaboradores. Já a área de “Teoria e História do Direito” conta com 9 professores permanentes e 2 colaboradores. Dos 41 professores lotados na UFSC, 7 estão vinculados a duas áreas concentração simultaneamente.

No Gráfico 4, fica destacado como os docentes do PPGD da UFPR estão concentrados.

Gráfico 4 - Docentes e área de concentração UFPR (2022)

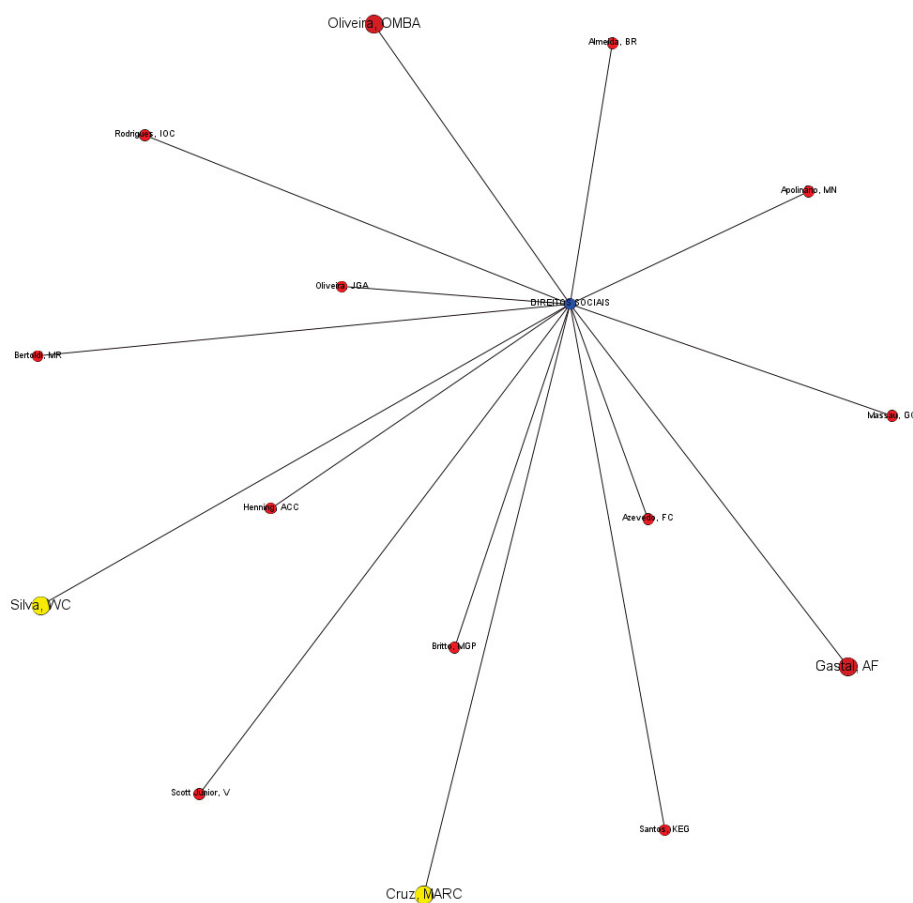


Fonte: Secretaria do PPGD/UFPR (2022)

A UFPR possui três áreas de concentração em seu PPGD: “Direitos Humanos e Democracia”, “Direito do Estado” e “Direito das Relações Sociais”. No Gráfico 4, as áreas de concentração são representadas pelos nós em azul. Os nós em vermelho indicam as vinculações dos professores permanentes, enquanto os nós em amarelo são os docentes colaboradores do Programa. A área de “Direito das Relações Sociais” tem vínculo com 17 professores permanentes e 2 colaboradores. Já a área de “Direitos Humanos e Democracia” conta com 28 professores permanentes e 5 colaboradores, e a área do “Direito do Estado”, com 28 docentes permanentes e 5 colaboradores. Dentre esses, 25 docentes estão lotados em duas áreas de concentração simultaneamente. Essas vinculações foram fornecidas pela secretaria do PPGD, por meio dos editais de ingresso ao programa. No entanto, ao comparar as informações do edital com as vinculações informadas na Plataforma Sucupira, identificou-se que 5 professores que fazem parte do programa não estão vinculados a nenhuma área de concentração, sendo 3 permanentes, 1 colaborador e 1 visitante. O docente visitante está representado pelo nó verde.

No que se refere à Universidade Federal de Pelotas – UFPel, o Gráfico 5 representa a vinculação dos docentes com as áreas de concentração do PPGD:

Gráfico 5 - Docentes e área de concentração UFPel (2022)

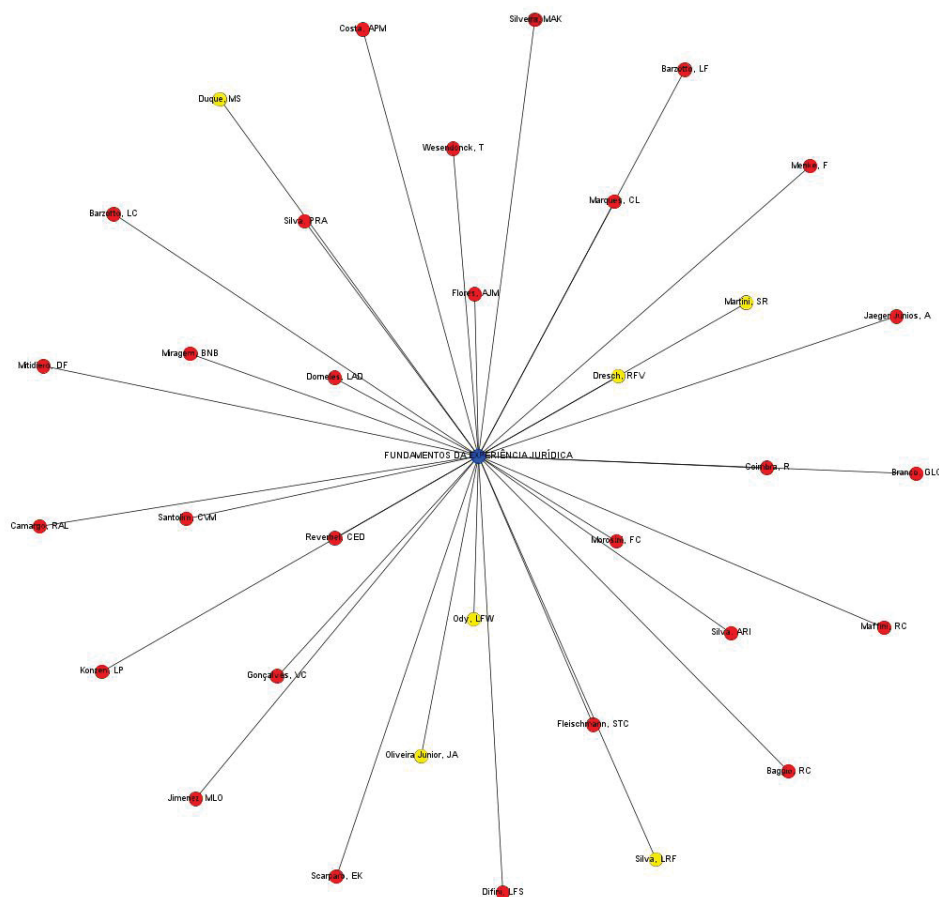


Fonte: site do PPGD/UFPel (2022)

O Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas, oferece a modalidade de mestrado acadêmico e possui uma única área de concentração, “Direitos Sociais” simbolizada pelo nó em azul. Nesta área, concentram-se 15 docentes permanentes, conforme pode ser visto na Gráfico 5, representados pelos nós em vermelho. Os docentes que colaboram com o PPGD estão representados pelo nó amarelo, totalizando 2 professores.

O Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS disponibiliza apenas uma área de concentração aos discentes tanto do mestrado quanto do doutorado, conforme Gráfico 6:

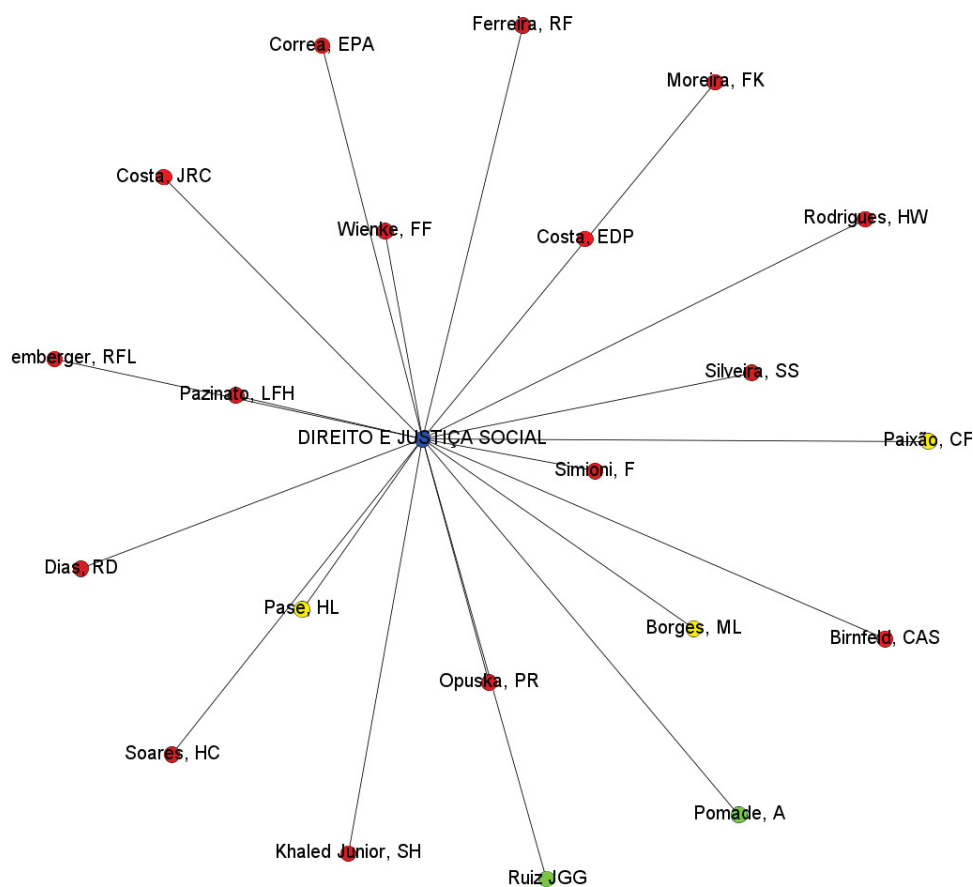
Gráfico 6 - Docentes e área de concentração UFRGS (2022)



Fonte: site do PPGD/UFRGS (2022)

No total, há 34 docentes vinculados ao PPGD/UFRGS, e todos estão diretamente ligados à área de concentração de pesquisas “Fundamentos da Experiência Jurídica”, conforme a Gráfico 6. O nó azul representa a área de concentração do PPGD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; os nós vermelhos representam os 28 docentes permanentes, e os nós em amarelo são os professores colaboradores, totalizando 6.

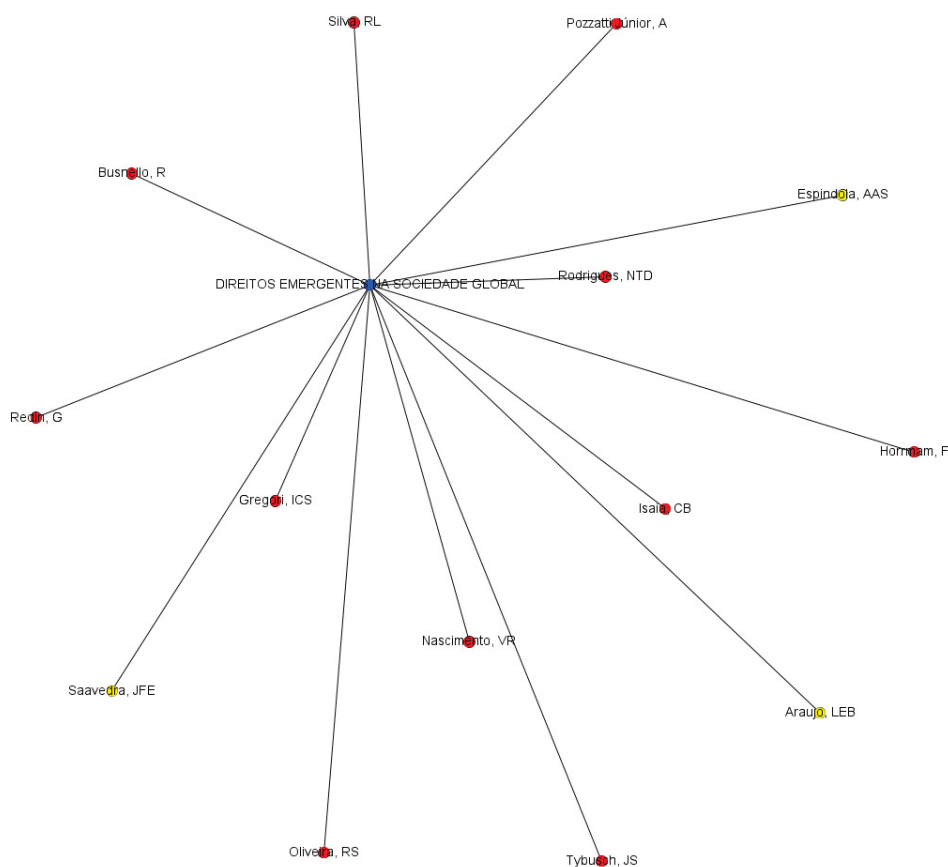
Gráfico 7 – Docentes e a área de concentração FURG (2022)



Fonte: site do PPGDJS/FURG (2022)

Conforme Gráfico 7, podemos visualizar a área de concentração da FURG/RS que também se limita a apenas uma área de concentração denominada “Direito e Justiça Social”, representada pelo nó de cor azul. Esta área principal do PPGD conta com a participação de 16 docentes permanentes dos cursos de Mestrado e Doutorado, identificados pelo nó vermelho. Os nós em amarelo correspondem aos professores que colaboram com o PPGD, totalizando 3. Os 2 professores visitantes estão destacados pelos nós em verde.

Gráfico 8 – Docentes e a área de concentração UFSM (2022)



Fonte: site do PPGD/UFSM (2022)

O PPGD da UFSM tem uma área de concentração no seu programa, intitulada “Direitos Emergenciais na Sociedade Global”, a qual está representada no Gráfico 8 pelo nó azul. São 11 docentes permanentes vinculados ao PPGD que estão inseridos nesta área e representados pelo nó vermelho, enquanto os nós em amarelo representam os 3 docentes colaboradores do PPGD.

### 2.2.1 O ensino e a pesquisa na pós-graduação em Direito no Brasil

O professor, em geral, é aquele profissional responsável por transmitir conhecimentos em diversas fases educacionais: infantil, fundamental, médio, superior, profissionalizante e técnico (Carvalho, 2011). Além disso, essa experiência transforma o docente em um multiplicador de acontecimentos adquiridos na

academia, tornando-o um replicador de ações vivenciadas, independentemente de serem pertinentes ou impertinentes (Oliveira, 2010).

Nobre e Fragale Filho (2004) discorreram sobre as especificidades do magistério jurídico, que diferem em seu desenvolvimento e prática quando comparadas às outras áreas do conhecimento. Sugerem também o debate qualitativo sobre a pesquisa científica no Direito. Segundo eles, essa abordagem faria do docente jurídico um incentivador da leitura, estudo e reflexão, instigando os alunos à curiosidade (Carvalho, 2011).

O ensino jurídico no Brasil, embora bastante consolidado, ainda carrega vertentes dogmáticas e positivistas difundidas no século XIX. Seus modelos tradicionais de ensino baseavam-se na forma tecnicista de transferência de ideias e conceitos. Além disso, durante muito tempo, havia uma crença de que profissionais com vasta trajetória tinham o domínio do conhecimento técnico, e esses eram considerados os docentes jurídicos aptos a transferir seus conhecimentos e saberes (Silva; Giorgi, 2018).

Andrade e Biermann (2021) corroboram com ideia tradicionalista do ensino jurídico no século XIX, afirmando ainda, que os mesmos procedimentos da escolástica portuguesa eram seguidos aqui no Brasil. Nesse contexto, o professor era considerado o detentor do conhecimento, enquanto o discente era visto como sujeito inculto, reforçando a proposta conservadora de ensino e aprendizagem à qual Paulo Freire (1987) se referiu como forma tradicional de transmitir o conhecimento jurídico, chamada de “ensino bancário”. Neste modelo, os discentes passam por avaliações periódicas com o objetivo de extrair todo o conhecimento que é depositado pelos docentes. No entanto, esse extrato representa apenas as ideias dos professores, não havendo a contribuição crítica dos discentes enquanto seres pensantes.

Neste modelo arcaico, não há questionamento nos ensinamentos que são repassados; apenas o domínio da lei e seus procedimentos é que devem regular todas as disciplinas que fazem parte da grade curricular, destituindo qualquer precaução quanto às necessidades de relações interpessoais. É suficiente apenas satisfazer as necessidades do mercado. Assim o processo de ensino foi sendo construído no decorrer do repasse dos conhecimentos e experiências de quem tinha, para os receptores e, conseqüentemente, para serem avaliados de acordo com a absorção das informações a fim de comprovar competência para exercer a profissão (Caldas, 2018). Entretanto, a sociedade moderna demanda ao indivíduo uma postura

profissional capaz de elaborar estratégias e solucionar problemas, não apenas de imitar pensamentos antes transmitidos por alguém (Andrade; Biermann, 2021).

Oliveira (2010) afirma que a maioria dos professores que atuam na docência jurídica não possui formação pedagógica. Muitas vezes cabe ao docente jurídico exercer cargos de juiz, promotor, advogado ou outra profissão além da docência, o que os torna uma espécie de professores emergenciais que só se voltam para a educação quando convidados à instrução acadêmica (Aguiar, 1999). Essa situação é similar às outras áreas do conhecimento, uma vez que a formação de mestrado e doutorado no Brasil tem pouca ênfase no desenvolvimento das competências pedagógicas.

Entretanto, a formação do docente vai além da competência técnica. É necessária uma aptidão didática para que ocorra o aprendizado de maneira ideal. O professor deve ser comprometido com seus alunos, visando proporcionar a eles o desenvolvimento como pessoas, cidadãos críticos e com capacidade de reflexão (Silva; Giordi, 2018). A formação humanista e os valores morais, aliados à valorização dos acontecimentos jurídicos e da sociedade, permitem a formação de profissionais qualificados (Soares; Sanches, 2010). Portanto, tem sido um desafio implementar uma prática pedagógica receptiva às necessidades humanas e globais, tendo o ensino e aprendizagem como fatores centrais para o discente (Ghirardi, 2012).

Compete ao professor de Direito a consciência da necessidade contínua em manter-se capacitado e em constante aprendizado, com intuito de atender as necessidades e exigências dos processos educacionais. Dessa forma, poderá proporcionar aos alunos ferramentas e recursos condizentes com uma realidade dinâmica, competência e eficiência que o processo de aprendizagem exige, tornando a troca de conhecimento recíproca, como uma via dupla. Neste processo, o discente identifica o efeito multiplicador da vertente metodológica, despertando interesse pelas técnicas de ensino jurídicas (Santos; Assis Junior, 2016).

Araújo e Schiocchet (2021) argumentam que a formação docente pode ser prejudicada, principalmente no ensino privado, quando não há enfoque na pesquisa jurídica. A pesquisa jurídica é peça fundamental, capaz de proporcionar o intercâmbio científico que ocorre em congressos, reuniões científicas, redes de colaboração entre pesquisadores e grupos de pesquisas. É de primordial importância que ela seja difundida no ambiente acadêmico, a fim de alcançar notoriedade e valorização frente aos institutos educacionais (Santos; Puga, 2019).

Realmente a ciência jurídica é bastante ímpar. Embora exista um esforço em mapear a sua literatura e produção científica, muita informação poderia ficar de fora dos mecanismos de detecção, pois uma grande parcela da pesquisa jurídica se apresenta em formato de parecer jurídico. Estes não possuem características descritiva ou explicativas, mas sim uma natureza opinativa e técnica, direcionada para alcançar a solução de um problema. Ocasionalmente, esses pareceres ainda poderão ser publicados em canais poucos convencionais, dificultando o acesso à informação e exigindo mais tempo de pesquisa para o encontrá-los. Toda essa produção é caracterizada como literatura cinzenta, ou “*grey literature*”, expressão em inglês consagrada em 1978 no Seminário de York no Reino Unido (Botelho; Oliveira, 2015). A literatura cinzenta é conhecida como o montante de informações científicas que não é facilmente alcançada pelos cientistas, devido ao fato de terem sido publicadas em canais que diferem dos habituais. Podem ser materiais de informações técnicas institucionais ou trabalhos produzidos em todos os níveis da educação superior, mas que não estão amplamente compartilhados. Por vezes, esses materiais são publicados em meios de comunicação de baixa divulgação e podem ainda, ser elaborados em idiomas dissemelhantes ao inglês que tem sido considerado o idioma científico mundial (Laufer, 2007).

Cabe à Ciência da Informação a apropriação dos fluxos, do estudo de políticas, comunicação e canais de difusão da informação, para propor estudos teóricos e aplicados que possam contribuir com os mecanismos de avaliação e recuperação da informação e pesquisa jurídica, abrangendo até mesmo os pareceres que podem ficar de fora dos levantamentos (Spera; Mugnaini, 2019)

Tradicionalmente no Brasil, a disseminação da pesquisa jurídica tem se sucedido por meio dos livros; muitas vezes são utilizados como ferramentas de interpretação de textos jurídicos, também conhecidos como doutrinas e manuais; esses se tornam os principais canais de divulgação da produção científica do conhecimento jurídico. No entanto, no atual cenário têm ocorrido mudanças significativas. Por exemplo, os programas de pós-graduação comunicam suas pesquisas e informações científicas por meio dos periódicos ligados aos programas (Santos; Puga, 2019).

Entretanto, Bedê e Sousa (2018) defendem que o aumento significativo de pesquisas veiculadas em periódicos não está sendo avaliado do ponto de vista qualitativo; há sobre elas o enfoque excessivo na produtividade, resultando em

publicações jurídicas restritas às pesquisas bibliográficas, com baixa ocorrência de pesquisas de campo. Estas últimas poderiam desconstruir teorias, experimentar novas hipóteses, agregar valores e atribuir em maior grau de cientificidade à pesquisa jurídica. Além disso, acredita-se que, para avançar ainda mais, a pesquisa jurídica deve ser realizada em parceria entre juristas e equipes multidisciplinares capazes de garantir efetividade nos resultados obtidos, a fim de contrapor o senso comum.

Denardi e Florêncio Filho (2017), argumentaram sobre a obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior (IES) em ofertar atividades de pesquisas, principalmente nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, cuja exigência é estabelecida em texto constitucional. Além disso, a pesquisa tem como advento a premissa educativa e o desenvolvimento de competências para inserir o aluno/discente na iniciação científica. Isso é investigado por meio da disciplina de Metodologia da Pesquisa, ministrada por docentes com formação sólida e epistemológica, a fim de guiá-los pelo caminho da investigação. Os autores ainda concluem que a pesquisa jurídica tem aspectos distintos das outras áreas do conhecimento e que a permuta de modelos metodológicos para a área do direito, não contribui com a realidade da pesquisa jurídica. Portanto, é necessário adaptá-lo para que a pesquisa jurídica não permaneça fechada diante das demais ciências, mas sim esteja qualificada a sugerir questionamentos e soluções para os problemas sociais.

### 3 A docência feminina

No século XV, o mundo passava por inúmeras transformações e a alfabetização das mulheres era vista como um processo de evolução indubitável, tornando-se uma exigência essencial para a sociedade. Na França do século XV, Christine de Pizan<sup>1</sup> tentou defender as mulheres e contestou a misoginia que predominava em diversos países da Europa, propiciando debates entre homens e mulheres sobre a polêmica e leviana crença de que as meninas eram mais frágeis fisicamente e intelectualmente em comparação aos meninos.

Christine de Pizan defendeu a ideia de que instrução acadêmica deveria ser igualitária entre meninas e meninos, argumentando que as crianças têm a mesma capacidade de aprender e compreender as ciências. Ao longo dos anos, registrou-se um desenvolvimento significativo no pensamento em relação à educação das mulheres. Como resultado disso, nos séculos seguintes, as mulheres foram sendo inseridas nas atividades técnicas e científicas, de forma excepcional. Essa evolução pode ser atribuída à Revolução Científica, que propiciou grande euforia pelas descobertas e invenções que explicam a ciência por meio de seus fenômenos naturais, desmistificando acontecimentos mágicos e religiosos (Tosi, 1998).

Aos poucos, as mulheres foram apropriando-se dos conhecimentos acadêmicos; participaram ativamente de diversas atividades científicas, no entanto, esse aprimoramento da ciência foi alcançado apenas para aquelas pertencentes às altas classes sociais. Esses raros privilégios aconteciam de forma clandestina; o trabalho e reconhecimento de suas atividades estavam sempre relacionadas com afazeres secundários. Raramente eram reconhecidas como colaboradoras ou assistentes de cientistas renomados; na maioria das vezes, tinham suas contribuições para a ciência ignoradas (Tosi, 1998).

Vivendo à margem do patriarcado<sup>2</sup>, cuja definição encontrada no dicionário<sup>3</sup> se refere a um sistema no qual os homens são o centro de uma sociedade e responsáveis pela transmissão de valores que os circundam; a figura feminina foi construída para satisfazer as aspirações econômicas de suas famílias. Tornou-se

---

<sup>1</sup> <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/cristina-de-pizan/>

<sup>2</sup> <https://www.dicio.com.br/patriarcado/>

<sup>3</sup> <https://www.dicio.com.br/patriarcado/>

uma moeda de troca para casamentos vantajosos, reafirmando a ideia de que o matrimônio era uma ascensão social, assim como a garantia de hereditariedade de uma descendência capaz de manter o poder daqueles que dominavam as instituições sociais existentes, como a igreja, a escola e a família. Neste contexto o ser feminino seguia vivendo sob a tutela do marido que detinha todos os poderes e as vontades sobre a sua tutelada (Resende; Oliveira; Oliveira et.al., 2021).

Essas questões de aprisionamento social, em que as mulheres mantinham suas vozes em silêncio, foram propícias para que movimentos contrários ao comportamento existente movimentassem a sociedade para lutar em prol do desencarceramento feminino. Assim como para que houvesse regeneração do que se pensava sobre a educação, os direitos sociais e direitos políticos; reflexões pautadas na ideia de emancipação feminina afloraram os movimentos feministas (Macedo, 2022).

No Brasil, o feminismo ganhou força na segunda metade do século XIX com as organizações e movimentos sufragistas que discutiam diversas pautas envolvendo as mulheres. Entre elas, o direito à educação para além da formação doméstica à qual elas vinham sendo submetidas de modo exclusivo. Influenciado pelas mulheres da alta sociedade, muitos debates foram iniciados acerca da instrução feminina e sua independência diante da sociedade. Coube a essas mulheres invocar o direito de acesso ao ensino superior para poderem exercer as carreiras da medicina, da área jurídica e das engenharias, até então, de acesso exclusivo dos homens. Mesmo diante de tantas reflexões sendo debatidas, o sistema escolar ainda era retrógrado e mantinha como prioridade o ensino das disciplinas de prendas domésticas. Estas matérias eram tidas como de grande importância para a mulher, uma vez que a mulher deveria se ocupar com a maternidade e o matrimônio. Em nenhum momento estas disciplinas se assemelhavam àquelas que eram ofertadas aos meninos na mesma idade escolar, sendo insuficiente no quesito do ensino igualitário (Macedo, 2022).

Embora, em 1835, sob o reinado de Dom Pedro II, a cidade de Niterói já tivesse recebido as primeiras alunas em seu sistema de ensino, somente em 1938 a educadora Nísia Floresta Brasileira Augusta<sup>4</sup> fundou a primeira escola para meninas no Rio Grande do Sul (Resende; Oliveira; Oliveira et.al., 2021). Beltrão e Alves (2009)

---

<sup>4</sup> <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/>

afirmaram que, para as mulheres frequentadoras das escolas primárias, cabiam apenas o ensino dirigido aos conteúdos morais e sociais, lembrando-as do seu papel de futuras esposas e mães. Todavia, eram inúmeras as barreiras que as cercavam no ensino secundário, impossibilitando-as de chegar ao ensino superior. Ora as disciplinas não as formavam para este acesso; ora, as dominações, sobretudo masculinas, impediam-nas ao ingresso na academia. Àquelas que conseguiam chegar à educação secundária (atual ensino médio), ficavam restritas a aprender o magistério, formando-se Professoras do ensino primário. Às mulheres foi negado o acesso ao ensino superior, não havendo discentes nas primeiras turmas dos cursos de Engenharia, Medicina e Direito.

No final do século XIX, as mulheres começaram a se destacar como Professoras nas escolas primárias sob a tutela do Estado, e a recente república brasileira expandia o ensino público. Destaques notáveis ocorreram nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde 50% das vagas no quadro de professores passaram a ser ocupadas pelo gênero feminino. No decorrer do século XX, a presença feminina na docência foi se consolidando, especialmente, no que diz respeito à educação básica, sendo de grande constância na educação infantil, fundamental e média. Dados obtidos em 1997, por meio do Primeiro Censo do Professor, já apontavam 87,7% dos profissionais na educação básica eram mulheres de mulheres enquanto 14,1% eram do gênero masculino (Vianna, 2001).

Dados do Censo Escolar<sup>5</sup> (2021), apontam que, na educação infantil, 96,3% das docentes são do gênero feminino. No ensino fundamental, 88,1% são mulheres, e no ensino médio a diferença é de apenas 9,4% entre os gêneros, sendo as mulheres a maioria e ocupando 57,7% das cadeiras educadoras das escolas. A presença feminina na docência das séries do ensino básico é incumbida às mulheres pelo fato de carregarem, historicamente, as características da maternidade da delicadeza e da proteção para com o outro, classificando essas atribuições sociais como exclusivamente femininas ratificadas pelo discurso da vocação (Araújo, 2016).

Entretanto, ao estudarmos a inserção das mulheres na docência do ensino superior, nada se assemelha ao ensino básico e ficamos longe da equidade de gênero (Nunes; Piná; Silva 2020).

---

5

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf)

Abrimos um adendo para ressaltar que as mulheres ocupam grande parte das vagas discentes no ensino superior, estando preferencialmente inseridas nos cursos das áreas humanas e licenciaturas, evidenciando uma divisão de gênero quando comparada às áreas da engenharia e tecnologias que têm a ocupação genuinamente masculina. No eleitorado brasileiro a representatividade feminina ocupada mais da metade desse público, entretanto, quando se trata de cargos políticos essa representatividade não é expressiva, confirmando que a mulher é subjugada à primazia masculina (Nunes; Piná; Silva 2020).

Contudo, quando abordada a temática sobre as carreiras acadêmicas entre professores universitários de gêneros masculinos e femininos, depara-se um campo bastante peculiar, especialmente quando comparado às carreiras fora da academia. As instituições de ensino superior, principalmente as universidades públicas, são consideradas pela legislação<sup>6</sup>, como instituições pluridisciplinares, dedicadas ao ensino, à pesquisa e aos cursos de extensão, com autonomia para criar cursos próprios e administrar contratos de trabalhos para os docentes. As funções desses docentes variam de acordo com a estabilidade, remuneração e tempo dedicado à pesquisa e ao ensino. Podem estar, em maior ou menor grau, vinculados a mais de um departamento e ingressam na carreira através de concurso. Estudos indicam que, frequentemente, as mulheres ocupam cargos nas carreiras iniciais e menos valorizadas dentro das academias (Moschkovich; Almeida, 2015). Além disso, Maschkovich e Almeida (2015) descrevem que existem vários fatos organizacionais que afetam de forma desigual o tratamento de gênero na execução das atividades profissionais, incluindo medidas na carga de trabalho ou de natureza nas atividades necessárias para promoção ou progressão na carreira. Essas considerações criam uma espécie de distinção entre as colaboradoras do gênero feminino e masculino.

Convém contextualizar historicamente o surgimento dos cursos de Direito, sob o Império de Dom Pedro I, no ano de 1823; uma vez que este é o domínio de interesse desta pesquisa. O Visconde de São Leopoldo (Feliciano Fernandes Pinheiro), resenhou uma resolução solicitando a criação de uma universidade no Brasil, que pudesse dispor de, pelo menos, dois cursos jurídicos com a finalidade de sanar as vacâncias dos cargos de juízes e advogados existentes. No entanto,

---

<sup>6</sup> <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/127-perguntas-frequentes-911936531/educacao-superior-399764090/116-qual-e-a-diferenca-entre-faculdades-centros-universitarios-e-universidades>

somente em 11 de agosto de 1927, enquanto ministro do Império, o Visconde consegue persuadir o Imperador e promulgar a Carta de Lei (s/nº). Assim, foram criados os cursos de Direito na cidade de São Paulo e Olinda, que posteriormente, mudou-se para Recife. A admissão para os cursos requiritava idade mínima de 15 anos completos e aprovação em língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional, moral e geometria. Os estudos se davam por cinco anos e então eram constituídos aos formandos o título de bacharéis em Direito (Silva, 1998).

Ainda que os cursos jurídicos tenham surgidos no Brasil no século XIX, somente no século XX admitiu-se a primeira Professora na faculdade de Direito em São Paulo, a docente Esther de Figueiredo Ferraz<sup>7</sup> e no Recife, a Professora Bernadete Neves Pedrosa.<sup>8</sup> As dificuldades em se fazer pesquisa jurídica fez das Professoras atuantes no ensino jurídico, repetidoras de conteúdos doutrinários alinhados aos padrões machistas e elitizados, impossibilitando-as de expor suas visões, contudo, fazendo das legislações brasileiras, estudos embrionários quando observadas sob o ponto de vista feminino (Salgado, 2016).

A inserção de mulheres na docência na área do direito se deu gradativamente; até que nos anos 1980, houve um aumento da participação feminina como docentes nas universidades brasileiras. Esse avanço foi possível devido à crescente escolarização nas universidades, na qual mais mulheres foram ingressando na academia. Isso foi propiciado pelos avanços industriais ocorridos no país nesta mesma década, associado aos movimentos feministas iniciados no século XIX e que continuamente se expandiam. Estava em curso um movimento filosófico irreversível acompanhado de uma via de mão única, sem retorno, buscando eliminar um sistema baseado no preconceito, no machismo e na discriminação, e transformação do contexto político (Araújo, 2016).

O conservadorismo e os valores patriarcais que permeiam a sociedade em geral têm deixado legados negativos para as mulheres, especialmente para aquelas que atuam na área do direito. Este fenômeno esconde o discurso de igualdade legal e cavalheirismo patriarcal diante de uma sociedade, cujos valores são predominantemente machistas, mesmo quando há mulheres integrando inúmeras

---

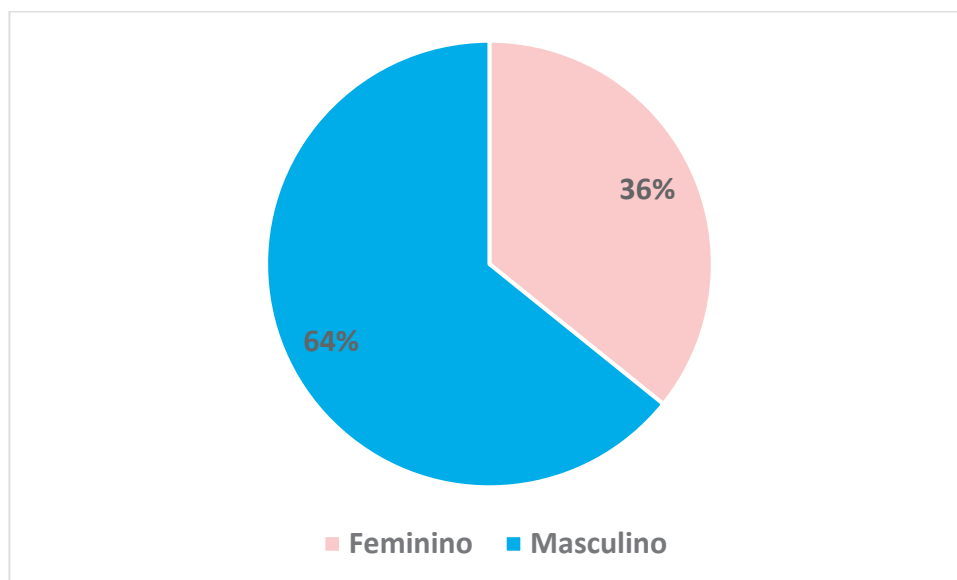
<sup>7</sup> <https://www.migalhas.com.br/quentes/235253/as-mulheres--e-o-direito--historias-de-pioneirismo>

<sup>8</sup> [https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset\\_publisher/x1R6vFfGRYss/content/1965-primeira-professora-de-direito-no-recife/590249](https://www.ufpe.br/arquivocj/curiosidades/-/asset_publisher/x1R6vFfGRYss/content/1965-primeira-professora-de-direito-no-recife/590249)

profissões e atividades jurídicas como a docência, a advocacia, a magistratura, o estágio e as serventúrias da justiça. Cabe esclarecer que se entende por machismo toda prática dita, gesticulada ou intencionalmente projetada contendo violência física ou psíquica com intuito de menosprezar ou suprimir a mulher de determinados meios. As definições para o machismo podem ser encontradas em diversos posicionamentos psicológicos, sociais e históricos e têm contribuído com o mascaramento das desigualdades que a mulher tem enfrentado no campo do Direito. Por vezes, são citados um ou dois nomes de sucesso afim de promover o destaque profissional, como se fossem regras, camuflando barreiras enormes que ainda necessitam ser rompidas pelas mulheres (Salgado, 2016).

Das diversas profissões da área do direito que podem ser exercidas pelas mulheres, esta dissertação tem como foco a docência feminina nos cursos de pós-graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil. A partir dessa amostra, identificou-se um total de 189 docentes atuando na pós-graduação *stricto sensu* em Direito, sem a distinção de gênero. A divisão por gênero está representada na Gráfico 9.

Gráfico 9 - Gênero



FONTE: A autora (2022)

Graficamente expostos na Gráfico 9, os dados revelam que apenas 35% das docentes nos Programas de Pós-Graduação em Direito – PPGD nas Universidades

Federais localizadas no Sul do Brasil são mulheres. Em contrapartida, os docentes de gênero masculino ocupam mais de metade das vagas, representando 65%. Este dado, corroborado pela literatura até então apresentada, confirma o predomínio do gênero masculino na área do Direito, refletindo na menor presença de Professoras atuantes nas faculdades. A posição da figura feminina é conseqüentemente revogada diante da falta de representatividade em que ocupa prevalecendo a majoritariedade masculina (Salgado, 2016).

As Pesquisas de Andrade (2019) e Salgado (2016) envolvendo observatórios, apontam que o gênero masculino é mais predominante nas cadeiras docentes das faculdades de direito no Brasil. Esses mesmos estudos evidenciam que o Direito é uma área onde o machismo se faz presente em diversos aspectos, refletindo na dificuldade de igualdade salarial entre homens e mulheres, professores e Professoras, bem como nas oportunidades de promoções profissionais e qualificação educacional (Salgado, 2016).

O trabalho de Jaqueline Leta (2014) lança luz sobre o aspecto crucial no cenário científico brasileiro: as dificuldades enfrentadas pelas mulheres cientistas. Este estudo identificou que podem existir diferenças no desempenho de homens e mulheres na ciência brasileira. No entanto, há muitas evidências de que existem diversos mitos para justificar a que os homens são mais produtivos cientificamente do que as mulheres. Permanece, no contexto científico do século XXI, a ideia de que as mulheres são coadjuvantes no desempenho das atividades científicas, o que resulta em menos prestígio e possibilidades de ascensão nas carreiras.

Grossi et.al. (2016), também apresentam pesquisa sobre a prática feminina na ciência brasileira, investigando o perfil da participação das mulheres na realização de pesquisas. Observou-se que há uma maior quantidade de mulheres nas áreas das Ciências Humanas, Biológicas e Saúde, enquanto um menor número de mulheres se apresenta nas áreas da Engenharia. Estes estudos apontam os desafios de busca da sociedade em promover a igualdade de oportunidades de gêneros nas acadêmicas. No entanto, eles vêm contribuir na melhoria da compreensão e do debate sobre a importância da participação das mulheres na ciência, além de despertar a adoção de medidas que possam ampliar a participação do gênero feminino em áreas onde os homens são mais presentes.

## 4 MATERIAL E MÉTODOS

Esta seção destina-se a relatar a metodologia que foi aplicada para o desenvolvimento das etapas da pesquisa, conforme explicitado a seguir.

### 4.1 CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

A pesquisa apresentada nesta dissertação é de natureza fenomenológica descritiva. Que conforme Gil (2021), são estudos que enfatizam a descrição das consciências cotidianas. Por meio deste estudo, foram analisadas as práticas de colaboração científica entre as docentes dos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito do Sul do Brasil. Conforme Bufrem (2001), quando combinadas as abordagens qualitativas e quantitativas, há uma complementação na concretização dos resultados. A amostragem se deu de forma não probabilística intencional, que é quando o pesquisador escolhe a amostra a ser estudada por julgamento de critérios e objetivos definidos para a pesquisa em andamento (Richardson, 2017), no caso desta pesquisa, as docentes dos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito do Sul do Brasil.

Esta amostra foi escolhida para complementar os estudos já desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa Informação, Direito e Sociedade (INFOJUS) da UFPR. Desde 2019 a produção científica dos docentes dos PPGDs do sul do Brasil é estudada por integrantes do grupo de pesquisa, o que tem proporcionado resultados que instigam ainda mais a pesquisa nesse domínio.

Compreende-se que a produção do conhecimento nas universidades seria um dos pilares centrais da promoção da cidadania, pois é diante da pesquisa que se promove o ensino, se alcança o conhecimento e investiga alguma situação ou problema (ZAMBERLAN, 2019). Estuda a dinâmica da produção de conhecimento, em especial da colaboração científica, em um domínio específico, possibilita conhecê-lo de forma mais profunda e auxilia para revelar suas características teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Quadro 5 - Amostragem analisada

<b>Instituição</b>	<b>Programa de Pós-Graduação</b>	<b>Estado</b>	<b>Professoras no PPGD</b>	<b>Professoras entrevistadas</b>
UFRGS	Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFRGS	Rio Grande do Sul	10	0
FURG	Programa de Pós- Graduação em Direito e Justiça Social – PPGDJS/FURG.	Rio Grande do Sul	7	0
UFPel	Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFPel.	Rio Grande do Sul	7	0
UFSM	Programa de Pós-Graduação em Direito PPGD/UFSM	Rio Grande do Sul	6	1
UFSC	Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UFSC	Santa Catarina	16	1
UFPR	Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGD/UFPR	Paraná	22	3

FONTE: A autora (2022)

No Quadro 5, podemos compreender a quantificação das docentes do gênero feminino dentro dos PPGDs das Universidades que fazem parte desta pesquisa. Foram enviados e-mails para todas as 68 docentes dos programas de pós-graduação em Direito das universidades Federais do Sul do Brasil. Obtivemos, efetivamente, a participação de 5 (cinco) docentes.

## 4.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para o reconhecer as práticas de colaboração científica por meio da literatura da área, primeira etapa da pesquisa, iniciou-se o levantamento dos temas: ‘colaboração científica’ e ‘informação científica’. Essa busca se deu por meio de pesquisa nas seguintes bases de dados: *Web of Science (WoS)*, BRAPCI e *Scopus*. Concomitantemente, a busca também foi realizada no periódico *Scientometrics*, com o objetivo de caracterizar, segundo a literatura, os conceitos de Colaboração Científica e Informação Científica. Os conteúdos foram buscados nessas bases de dados, pois entende-se que elas são as bases com maior especificidade em resultados atuais sobre o tema. Também foram levadas em consideração as linhas de domínios, partindo das bases específicas como a BRAPCI e periódico *Scientometrics*, para as bases mais genéricas como *WoS* e *Scopus*.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de janeiro a maio de 2022. Foi adotada a estratégia de utilizar os termos sempre entre aspas (“ ”) para melhorar a recuperação da informação pesquisada.

De acordo com os quadros 5, 6, 7 e 8 é possível visualizar as estratégias de busca para cada base de dados e periódico.

Quadro 6 - Levantamento Bibliográfico – BRAPCI

Campo de buscas	Filtro				Resultado
	Estratégia de busca	Área do conhecimento	Idioma	Ano	
Título Resumo palavras-chave texto completo Autores	“scientific collaboration”	Ciência da Informação	inglês	1972-2022	87
	“colaboração científica	Ciência da Informação	português	1972-2022	158
	“colaboraci3n científica”	Ciência da Informação	espanhol	1972-2022	57
	“scientific information”	Ciência da Informação	inglês	1972-2022	225
	“informa33o científica”	Ciência da Informação	português	1972-2022	402
	“informaci3n científica”	Ciência da Informação	espanhol	1972-2022	143

FONTE: A autora (2022)

A BRAPCI é uma base de dados brasileira especializada na área da Ciência da Informação. Para efetuar pesquisas na BRAPCI, é necessário que seja feita no idioma desejado, pois a base não tem um campo de escolha do idioma. Cada estratégia de busca foi traduzida para o idioma que se pretendia pesquisar, sendo o inglês, o espanhol e português.

O recorte temporal considerado para esta base, foi desde o primeiro ano disponível (1972) até o primeiro semestre de 2022, período final da pesquisa. Considerando também todos os campos disponíveis para a recuperação da informação sendo eles: título, resumo, palavras-chave, texto completo e autores. A pesquisa se deu por meio das palavras-chave: “scientific collaboration”; “colaboração científica”; “colaboraci3n científica”; “scientific information”; “informa33o científica”; “informaci3n científica”

Quadro 7 - Levantamento Bibliogr3fico - SCIENTOMETRICS

Campo de buscas	Filtro				Resultado
	Estrat3gia de busca	3rea do conhecimento	Idioma	Ano	
artigos	“scientific collaboration”	Subdiscipline Livrary Science	ingl3s	1978-2022	840
	“scientific information”			1978-2022	1.329

FONTE: A autora (2022)

O peri3dico *Scientometrics* tem abrang3ncia internacional, focando suas publica33es em ci3ncias sociais aplicadas, ci3ncia da informa33o e ainda, em 3reas multidisciplinares como: engenharia, gest3o, tecnologia, meio ambiente, agr3rias, sa3de e biol3gicas, sociais e humanidades.

O levantamento bibliogr3fico realizado neste peri3dico se deu pela especificidade de assuntos publicados, contemplando efetivamente a 3rea de ci3ncia da informa33o. As estrat3gias de buscas foram realizadas com a utiliza33o do termo entre aspas (“ ”) sendo eles: “*scientific collaboration*” e “*scientific information*” a fim de refinar as buscas. Considerando que o peri3dico tamb3m possui v3deos e livros, direcionou-se a pesquisa para artigos de peri3dicos publicados na subdisciplina da Ci3ncia da Informa33o que 3 a Biblioteconomia. O idioma definido para a busca foi o ingl3s, partindo do pressuposto, que o peri3dico 3 estrangeiro e configurado neste

mesmo idioma. O recorte temporal definido foi de 1978 data de publicação do primeiro volume, até março de 2022, quando a publicação já se encontrava no 127º volume. Este periódico possui um único volume anual, com diversos números ao longo de cada anuário.

Quadro 8 - Levantamento Bibliográfico - WoS

Campo de buscas	Filtro				Resultado
	Estratégia de busca	Área do conhecimento	Idioma	Ano	
Todos os campos	"scientific collaboration"	nenhum	inglês	nenhum	4.653
artigos	"scientific collaboration"	information science library science	inglês	2018-2019-2020-2021-2022	174
Todos os campos	"colaboração científica"	information science library science	português	nenhum	0
artigos	"scientific information"	information science library science	inglês	2018-2019-2020-2021-2022	164
Todos os campos	"scientific collaboration" AND "postgraduate"	nenhum	inglês	nenhum	77
Todos os campos	"scientific collaboration" AND "professor"	nenhum	inglês	nenhum	42

FONTE: A autora (2022)

As pesquisas realizadas na base de dados Web of Science (WoS), seguiram duas estratégias. A primeira foi utilizar uma busca genérica sem aplicação de qualquer filtro, fazendo uso da palavra-chave em inglês "scientific collaboration". Sem o uso de filtros obteve-se um resultado generalizado dentro de outras áreas da ciência, das quais não era objeto de estudo dessa pesquisa.

Com intuito de refinar o resultado da pesquisa optou-se por incluir na segunda estratégia de busca, filtro apropriado e combinado para acentuar os resultados. Para tal, foi determinado que o recorte temporal seria inicialmente em 2018 finalizando com 2022 a fim de recuperar os documentos mais recentes publicados pelo periódico,

seguido da área do conhecimento “Information Science Library Science”, no idioma inglês.

Partindo dessa mesma estratégia, modificando apenas o idioma para o português (“colaboração científica”) não se obteve nenhum resultado, visto que mesmo a base de dados tendo estrutura bilingue para os filtros, os resultados não foram positivos.

No que se refere à busca para o termo “scientific information” (inglês), foram aplicados filtros para refinar os resultados, já que a base de pesquisa é multidisciplinar e os filtros auxiliam na especificidade dos resultados. Não foi registrado resultado da pesquisa para “informação científica” no idioma português, pois o único resultado para a busca, foi um artigo que se encontrava nos resultados da estratégia em inglês (“scientific information”).

Outras estratégias adotadas como “scientific collaboration AND postgraduate e “scientific collaboration AND professor, não resultaram em dados relevantes, visto que a maioria dos artigos se repetiam. Optou-se por analisar apenas 12 artigos com condições de contribuir com essa pesquisa.

Quadro 9 - Levantamento Bibliográfico SCOPUS

Campo de buscas	Filtro				Resultado
	Estratégia de busca	Área do conhecimento	Idioma	Ano	
Título Resumo palavras-chave	“scientific collaboration”	nenhum	inglês	nenhum	2.832
	“scientific collaboration”	Social science	inglês	2018-2019-2020-2021-2022	333
	“colaboração científica	nenhum	português	nenhum	18
	“scientific information”	nenhum	inglês	nenhum	30.158
	“scientific information”	Social science / Article / keyword	Inglês / português	2018-2019-2020-2021-2022	31

FONTE: A autora (2022)

Para a base de dados Scopus foram estabelecidas as mesmas estratégias de recuperação da informação. Aplicou-se, ao desenvolvimento das pesquisas, filtros competentes para afunilar as respostas. Partindo de estratégias generalizadas, ou seja, sem aplicação de filtros para que houvesse resposta abrangente de resultados,

para estratégias específicas com aplicação de filtros para recuperação de material que mais se aproximava da área da ciência da informação, na qual se pretendia pesquisar.

Após a coleta de material bibliográfico nas bases selecionadas (*WoS*, *BRAPCI*, *SCOPUS*) e do periódico (*Scientometrics*), houve a exportação dos materiais em planilha .csv, posteriormente, buscou-se reunir todos os resultados em planilha de dados (excel), a fim de tratar esses dados.

Os dados foram divididos entre resultados para “colaboração científica” e “informação científica”. Colaboração científica totalizou 1.685 artigos, que foram tratados com o intuito de eliminar as publicações duplicadas entre as bases e até mesmo dentro de cada base. Com esse tratamento, resultaram 789 artigos. A partir desse resultado, foram alisados os artigos que não possuíam palavras-chave e resumos, excluindo desse quantitativo 205 artigos, restando 584 para análise.

A terceira análise foi em busca da área de conhecimento em que os artigos estavam inseridos, para tal, foram excluídas as seguintes áreas do conhecimento: economia, demografia, sistema de comunicação, indústria biossimilar, jornalismo, sociologia, saúde, química, biomedicina, linguística, biodiesel, auditorias, contábeis, farmácia, agropecuária, psicologia, educação física, fonoaudiologia, artigos que tratavam a colaboração científica entre países como a Rússia, Irã, Espanha, Chile, China e Alemanha, assim como, artigos cujos idiomas eram o russo e o mandarim.

Partindo das análises citadas, o resultado obtido foi de 53 artigos que puderam colaborar com o referencial teórico desta pesquisa, tendo sido analisados os resumos e as palavras-chave que traziam os tipos e conceitos de colaboração científica.

No tocante à “informação científica” foram obtidos 2.058 artigos. O Tratamento desses dados foram os mesmos aplicados para analisar o tema “colaboração científica”. Reunindo todos os resultados em planilha única. Seguindo da exclusão de artigos duplicados entre as bases e nas bases, 352 itens se repetiam.

Dos 1.706 restantes 120 foram exportados para a planilha sem os resumos, títulos, palavras-chave e ausência do nome do autor. Posteriormente analisaram-se 1.694 artigos focando a área do conhecimento na qual esses artigos estavam inseridos e excluindo: saúde, ciências agrárias, ciências biológicas, biotecnologias, ciências nucleares, arquivologia, marketing, meio ambiente, nutrição, astronomia, engenharia florestal, tecnologia da informação e agroecologia (1.091), restando para

análise de título, resumo e palavra-chave 603 artigos. A partir desse quantitativo utilizaram-se 13 artigos que conceituavam e tipificavam a informação científica.

Nas duas estratégias de buscas, “colaboração científica” e “informação científica”, buscou-se analisar os artigos que refletiam a definição do conceito e teoria dos temas pesquisados, com a finalidade de alimentar a revisão teórica deste trabalho. Ainda vale ressaltar que os estudos de casos, também foram excluídos quando se tratava de análises pontuais de países e instituições, conforme já explicado, procurando ao máximo manter aquelas pesquisas e estudos que se relacionavam com a área da ciência da informação.

Para contextualizar a configuração do corpo docente dos cursos de pós-graduação em direito das universidades federais do Sul do Brasil, segunda etapa da pesquisa, foi utilizado a consulta às páginas de cada programa de pós-graduação. Analisaram-se as informações sobre os e as docentes e inseridas em planilha de *software Excel*. Para complementar esses dados, ainda foi utilizada a Plataforma Sucupira<sup>9</sup> a fim de tornar os dados fidedignos, que porventura, pudessem estar desatualizados. Este levantamento também teve como objetivo, a comprovação da vinculação dos docentes com os programas de pós-graduação.

A terceira etapa consistia em identificar as práticas de colaboração científica por meio de coautoria, portanto, foram extraídas da Plataforma de Currículos Lattes<sup>10</sup>, por meio da ferramenta ScriptLattes<sup>11</sup> os currículos de todas as docentes que fazem parte esta pesquisa. Esta ferramenta extrai informações públicas disponíveis no Lattes, permitindo a visualização e tratamento de dados. A partir desses dados foi possível mapear: autoras mais produtivas, tipos de produções bibliográficas; os periódicos com maior frequência de publicações; a quantidade de orientações promovidas pelas Professoras e áreas de pesquisa das autoras. Para descrever a percepção das docentes estudadas nesta pesquisa, sobre as práticas de colaboração científica, em atendimento à quarta etapa da pesquisa e objetivo específico assim definido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A). Assim como Bardin (2016), entendemos que a entrevista é uma fonte verbal de riquíssimo material qualitativo e que não dispensa a integralidade verbal das falas, respeitando todas as

---

9 <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

10 <https://Lattes.cnpq.br/>

11 <http://scriptLattes.sourceforge.net/>

nuances proferidas pelas entrevistadas. Além das hesitações, risos, silêncios e as intervenções e estímulos dos entrevistadores.

Portanto, há dois conjuntos de dados que subsidiam as análises nesta pesquisa: os dados da Plataforma de Currículo Lattes e os dados dos depoimentos das entrevistas semiestruturada.

Utilizando a ferramenta *ScriptLattes*, foram extraídos os dados públicos disponíveis no Currículo Lattes e organizados em uma planilha no Excel para o subsequente tratamento das informações<sup>12</sup>. Com esta ferramenta, torna-se possível identificar a produção bibliográfica, orientações, projetos de pesquisas, premiações, titulações e redes de colaboração, além da geolocalização de pesquisadores. O *scriptLattes*, em potencial, reduz o tempo necessário para a coleta, organização e análise de dados, possibilitando a identificação de autorias e coautorias na produção científica (Hayashi, 2013).

Após o tratamento das informações em planilha no Excel, foi possível a identificação de produções bibliográficas individuais das docentes mais produtivas de cada PPGD. Além disso, foi viável obter um panorama geral dentro dos programas, permitindo a identificação de indicadores como número de produções científicas por docente de cada universidade e a quantidade de orientações, assim como os periódicos científicos mais utilizados pelos PPGDs na disseminação da sua produção científica.

As entrevistas foram construídas de forma semiestruturadas, que seguindo a abordagem de Flick (2009). Nesse tipo de entrevista, as perguntas são orientadas pela teoria e alinhada com as hipóteses em estudo. A coleta de dados foi realizada de forma remota, por meio de entrevistas online, utilizando a ferramenta de reuniões *Google Meet*. Todas as reuniões foram gravadas com consentimento das entrevistadas para permitir a posterior transcrição das informações coletadas. Essas transcrições foram tratadas em ferramenta de texto de acesso aberto (.odt), possibilitando que, futuramente em momento oportuno, esses dados possam ser compartilhados em contribuição com a ciência aberta, com devida ressalva de dados que possam identificar as participantes.

---

<sup>12</sup> A extração dos dados foi feita pelo Prof. Dr. Jesús P. Mena-Chalco da Universidade Federal do ABC e enviados para esta pesquisadora por e-mail em planilhas em formato csv.

As perguntas direcionadas às entrevistadas foram elaboradas em conformidade com os objetivos específicos desta pesquisa. Os temas abordados nas entrevistas incluíam colaboração científica, coautoria e questões de gênero na colaboração científica. As transcrições foram minuciosamente analisadas e, em diversas ocasiões, foram realizadas releituras com intuito de interpretar as opiniões expressas pelas entrevistadas. A codificação da entrevista ocorreu por meio da unidade de contexto, seguindo a metodologia proposta por Bardin (2016). Esta técnica busca identificar a forma implícita da temática existente nas respostas das entrevistadas. Através desta análise, foi possível recortar e interpretar as respostas e identificando os temas que correspondiam às perguntas feitas durante a entrevista. A interpretação dos dados coletados, ainda foram relacionadas com textos científicos da atualidade, foram fundamentadas em argumentos pertinentes, evitando o excesso de subjetividade (Bufrem, 2020).

## 5 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram tratados conforme a sua especificidade: os obtidos pela Plataforma Lattes foram tratados em planilha do Microsoft Excel, enquanto os dados das entrevistas, foram transcritos em documentos de texto no formato .odt. Cada entrevista teve em média 20 minutos. É importante ressaltar as análises referentes à produção científica das docentes se limitam à produção por elas declarada em seus currículos Lattes.

### 5.1 A PRODUTIVIDADE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL

Em cumprimento da terceira etapa da pesquisa que consistia em extrair da Plataforma Lattes os currículos das Professoras que fazem parte do corpo docente das Universidades Federais do Sul do Brasil, foi utilizada a ferramenta *ScriptLattes*. Nesta etapa da pesquisa obtivemos o auxílio do pesquisador Professor Jesús Pascual Mena Chalco, para a extração dos dados. Para recuperação dos currículos elaborou-se uma lista em arquivo txt com o nome das docentes e com o número de identificação de cada na Plataforma Lattes, bem como a sua vinculação com o PPGD de origem. Não foi definido nenhum limite temporal para a extração de dados, objetivando a recuperação da produção científica completa registrada na plataforma.

Após a extração de cada currículo foi construída planilhas em *Excel* de cada PPGD com o objetivo de analisar os dados existentes por programa. Na planilha foi segmenta cada dado referente ao tipo de publicações, periódicos publicados, orientações acadêmicas, autorias, coautorias, ISSN dos periódicos e periodicidade de publicação. Com esses dados em mãos, foi elaborada uma segunda planilha compilando os dados de cada PPGD e partindo das informações agrupadas, identificou-se 68 (sessenta e oito) Professoras lotadas nos programas de pós-graduação em Direito das Universidades do Sul do Brasil e que exercem a função de docentes permanentes (54), colaboradoras (11) e visitantes (2). Esses dados deram origem ao Quadro 10 que lista as 10 (dez) Professoras mais produtivas na região Sul.

Os dados referentes à produção bibliográfica das docentes mais produtivas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), Universidade Federal e Pelotas (UFPe), Universidade Federal de

Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR) estão descritas no Quadro 10.

Quadro 10– Professoras mais produtivas da Região Sul

IDENTIFICAÇÃO ACADÊMICA				ÁREA DE PESQUISA		PRODUÇÃO CIENTÍFICA
Vinculação	Instituição	Posição	Docente	Grande Área	Área	Prod. Bibliográfica
Permanente	UFRGS	1ª	Claudia Lima Marques	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	749
Permanente	UFSC	2ª	Josiane Rose Petry Veronese	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	358
Permanente	UFPR	3ª	Marcia Carla Pereira Ribeiro	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	353
Permanente	UFSC	4ª	Joana Stelzer	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	342
Permanente	FURG	5ª	Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	282
Colaboradora	UFRGS	6ª	Sandra Regina Martini	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	278
Permanente	UFSM	7ª	Rosane Leal da Silva	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	247
Permanente	FURG	8ª	Sheila Stolz da Silveira	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	228
Colaboradora	UFSM	9ª	Angela Araújo da Silveira Espindola	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	203
Permanente	UFPR	10ª	Melina Girardi Facchin	Ciências Sociais Aplicadas	Direito	185

Fonte: a autora (2023)

As produções bibliográficas totalizadas no Quadro 10 é a soma de toda publicação em periódicos, livros, capítulos de livros, resumos e participações em congressos. Foram levantados os dados das docentes que fazem parte do corpo permanente, colaborador e visitante dos programas de pós-graduação em direito das universidades federais do Sul do Brasil. Os referenciais foram extraídos da plataforma Lattes, por meio da ferramenta *ScriptLattes*.

As 10 (dez) Professoras que mais se destacam em produção bibliográfica tem vínculo institucional com as universidades UFRGS, UFSC, UFPR, UFSM. A docente Claudia Lima Marques (UFRGS) se destaca com 749 publicações em periódicos, livros, capítulos de livros, participações em congressos e publicações de resumos.

A docente Josiane Rose Petry Veronese (UFSC) está na segunda posição com 358, seguida pelas Professoras Marcia Carla Pereira Ribeiro (UFPR) com 353 publicações, Joana Stelzer (UFSC) com 342 e Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (FURG) totalizando 282 publicações.

Concomitantemente, a UFRGS volta a aparecer no Quadro 10 com a docente colaboradora Sandra Regina Martini que teve a sua produção bibliográfica identificada em 278. A UFSM ocupa a 7ª posição com a Professora Rosane Leal da Silva cuja produção bibliográfica foi de 247.

Sheila Stolz, é a 8ª Professora mais produtiva classificada no Quadro 10, ela está vinculada à Fundação Universidade do Rio Grande (FURG) com a totalidade de 228 trabalhos ao longo de sua carreira acadêmica. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) está representada pela Professora Angela Araújo da Silveira Espindola na 9ª posição e podemos observar que a docente tem 203 publicações bibliográficas no total.

A Professora Melina Girardi Fachin, se destaca na 10ª posição entre as mais produtivas, por ter registrado em seu currículo Lattes 185 trabalhos.

Destaca-se que as universidades UFPR, FURG, UFSM, UFSC e UFRGS possuem duas representantes cada, dentre as mais produtivas do Sul do Brasil.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPeI), é a única instituição que não figura como vínculo institucional das dez docentes mais produtivas.

Quadro 11- Produção por tipo de documento

Perfil			Produção bibliográfica				
Instituição	Posição	Docente	Artigos	Cap. em Livros	Livros	Participação em eventos	Resumos
UFRGS	1ª	Claudia Lima Marques	160	208	112	265	4
UFSC	2ª	Josiane Rose Petry Veronese	68	200	76	13	1
UFPR	3ª	Marcia Carla Pereira Ribeiro	134	91	72	19	37
UFSC	4ª	Joana Stelzer	86	95	27	103	31

FURG	5 <sup>a</sup>	Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	114	104	23	31	10
UFRGS	6 <sup>a</sup>	Sandra Regina Martini	108	105	43	19	3
UFSC	7 <sup>a</sup>	Rosane Leal da Silva	51	78	9	75	34
FURG	8 <sup>a</sup>	Sheila Stolz da Silveira	39	96	31	42	20
UFSC	9 <sup>a</sup>	Angela Araújo da Silveira Espindola	46	32	10	14	101
UFPR	10 <sup>a</sup>	Melina Girardi Facchin	54	103	22	3	3

Fonte: a autora (2023)

Ao olhar para o Quadro 11 observa-se que as produções bibliográficas das 10 docentes mais produtivas das universidades federais do Sul do Brasil, é representado por trabalhos publicados em revistas científicas, capítulos em livros, autoria de livros, participações em eventos científicos e a publicação de resumos. Estes trabalhos somados foram apresentados no Quadro 10.

A primeira colocada neste *ranking* é Professora Cláudia Lima Marques que está vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e tem sob sua autoria artigos em periódicos (160), capítulos em livros (208), livros de sua autoria (112), participação em eventos científicos como congressos, conferências e simpósios (265) e resumos (4).

A Professora Josiane Rose Petry Veronese contribuiu com artigos (68), capítulos em livros (200), livros (76), participações em eventos científicos (13) resumos (1). Josiane ocupa a 2<sup>a</sup> colocação no ranking.

A docente Marcia Carla Pereira Ribeiro que atualmente está relacionada ao corpo docente da UFPR, é a terceira docente mais produtiva dentre as Professoras que fazem parte desta pesquisa; ela já publicou artigos (134), capítulos em livros (91), obras (72), contribuições em eventos (19), resumos (37).

Na UFSC, Joana Stelzer se destaca como a Professora mais produtiva, ocupando a quarta posição no Quadro 11. Suas publicações extraídas da plataforma Lattes consistem em: artigos (86), capítulos em livros (95), obras (27), eventos (103) e resumos (31).

Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, que leciona na FURG, conquistou a quinta posição. Ela já publicou artigos (114), capítulos em livros (104), livros (23), atuação em eventos (31) e resumos (10).

Com a publicação de artigos (108), capítulos em livros (105), livros (43), eventos (19) e resumos (3) e ocupando o sexto posicionamento está a Professora da UFRGS, Sandra Regina Martini. A sétima posição é ocupada pela Professora Rosane Leal da Silva da UFSM. Sua produção científica inclui artigos (51), capítulos em livros (78), livros (9) colaborações em eventos (75) e resumos (34).

A Professora Sheila Stolz da Silveira contabilizava até a coleta de dados desta pesquisa os seguintes trabalhos: artigos (39), capítulos em livros (96), livros (31), eventos (42) e resumos (20), em favor desta produção a Professora Sheila ocupa a oitava posição entre as dez mais produtivas das universidades federais do Sul do Brasil.

Na nova posição estabelecida no Quadro 11 consta a docente da UFSM Angela de Araujo Silveira Espindola, cujos trabalhos consistem em: artigos (46), capítulos em livros (32), livros (10), participações em eventos (14) e resumos (101).

Quadro 11 que representa a produção científica por tipo autoral das dez Professoras mais produtivas entre as docentes das universidades federais do Sul do Brasil que oferecem programa de pós-graduação em Direito, é finalizado com a análise da atuação da Professora Melina Girardi Fachin, docente da pós-graduação da UFPR. A Professora Fachin possui uma notável produção, destacando-se de 54 artigos de periódicos, 103 capítulos em livros, 22 livros de sua autoria, além de contribuições em 3 eventos e 3 resumos.

Denota-se que a produção científica destas Professoras é caracterizada, em grande medida, por publicações em periódicos científicos, através da disseminação de artigos, e pela contribuição em livros, por meio de capítulos redigidos. Essa diversidade de produção demonstra o engajamento e a contribuição dessas docentes para a área do Direito.

### 5.1.1 Indicadores de Orientação

Foram recuperados e analisados também, os dados disponíveis nos Currículos Lattes que se referem às atividades de orientação das docentes que fazem parte desta pesquisa. Foram avaliados os registros de orientação em pós-doutorado, doutorado, mestrado, especializações, graduação e iniciação científica.

Os dados foram organizados no QUADRO 12 considerando o volume total de orientações, somados todas as supervisões registradas pelas docentes em seus

perfis individuais de Currículo Lattes. Estes dados representam a quantidade de orientações das 10 docentes mais produtivas do Sul do Brasil.

Quadro 12 – Orientações por docentes e por nível.

PERFIL			ORIENTAÇÕES						
Vinculação	Instituição	Docente	Pós-doutorado	Dr.	Msc.	Esp.	Grad.	Inic. Cient.	TOTAL
Permanente	UFRGS	Claudia Lima Marques	4	43	57	175	65	302	646
Permanente	UFSM	Rosane Leal da Silva	0	0	29	22	224	28	303
Permanente	FURG	Raquel Fabiana Lopes Sparemberger	3	1	64	44	124	30	266
Permanente	UFPR	Marcia Carla Pereira Ribeiro	6	20	57	3	106	54	246
Permanente	FURG	Sheila Stolz da Silveira	1	0	11	72	41	98	223
Permanente	UFRGS	Roberta Camineiro Baggio	2	7	12	6	137	31	195
Permanente	UFSC	Joana Stelzer	0	11	18	36	101	24	190
Permanente	UFRGS	Ana Paula Motta Costa	0	4	18	12	120	29	183
Permanente	UFPeI	Ana Clara Correa Henning	0	0	12	39	63	59	173
Permanente	UFPR	Clara Maria Roman Borges	0	10	17	1	111	28	167

Fonte: a autora (2023)

A Professora Cláudia Lima Marques (UFRGS) foi identificada com o maior número de orientações registradas dentre as docentes que atuam nas universidades federais do Sul do Brasil. Sob a sua supervisão há orientações no Pós-Doutorado (4), Doutorado (43), Mestrado (57), Especialização (175), Graduação (65) e Iniciação Científica (302), totalizando 646 coparticipações em trabalhos que formaram profissionais e novos docentes. A docente também foi a mais produtiva entre as docentes pesquisadas neste estudo.

A Universidade de Santa Maria (UFSM) está representada pela Professora Rosane Leal da Silva, como a segunda docente com maior número de orientações (QUADRO 12). Esta Professora está vinculada ao PPGD da instituição onde é oferecido o curso de Mestrado e os registros apontam que ela orientou mestrandos (57), especialistas (175), graduandos (65) e iniciadores científicos (28) sendo assim, 303 supervisões acadêmicas.

Raquel Fabiana Lopes é docente com vínculo permanente na Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), onde parte do seu trabalho como Professora é orientar pesquisas nos mais diversos cursos relacionados à área do Direito. Os registros contemplam orientações no pós-doutorado (3), doutorado (1), mestrado (64), especialização (44), graduação (124), iniciação científica (30). Na terceira posição do Quadro 12, as supervisões da Professora Raquel somam 266 orientações.

Na quarta posição do Quadro 11 como a Professora com maior quantidade de orientações está a docente da UFPR, Marcia Carla Pereira Ribeiro. Foram supervisões em pós-doutorado (6), doutorado (20), mestrado (57), especialização (3), graduação (106) e iniciação científica (54), totalizando 246 supervisões acadêmicas. Em seguida, foram analisados os dados disponibilizados pela Professora Sheila Stolz da Silveira (FURG). As informações relatadas pela Professora consistem em orientações de pós-doutorado (1), mestrado (11), especialização (72), graduação (41) e iniciação científica (98), ao total de 223 colaborações na academia.

A UFRGS é representada na sexta posição do Quadro 12 pela Professora Roberta Camineiro Baggio. Foram recuperados os dados de orientações em pós-doutorado (2), doutorado (7), mestrado (12), especialização (6), graduação (137) e iniciação científica (31), sob um total de 195 coparticipações e contribuições na formação de profissionais do direito e de novos docentes.

A Professora Joana Stelzer desenvolve suas atividades docentes na UFSC. Sob sua orientação já se formaram doutores (11), mestres (18), especialistas (36),

graduandos (101), iniciação científica (24), perfazendo um total de 190 orientações. A Professora Joana está na sétima posição do Quadro 12.

A Professora Ana Paula Motta Costa, na oitava posição do Quadro 12, teve analisado o seu perfil orientador e foi constatado que suas orientações estiveram presentes no doutorado (4), mestrado (18), especialização (12), graduação (120), iniciação científica (29). Totalizando 183 orientações.

A UFPel é representada na nona posição pela Professora Ana Clara Correa Henning. Esta docente já orientou mestrados (12), especialistas (39), graduandos (63), iniciadores da ciência (59). Ao todo foram 173 orientações.

Na décima posição do Quadro 12, está a Professora da UFPR, Clara Maria Roman Borges, que sob sua orientação formou-se doutores (10), mestres (17), especialistas (1), graduandos (111), iniciadores científicos (28). No desenvolvimento da função de orientadora, a Professora Clara Maria orientou 167 alunos.

#### 5.1.2 Ranking individual de produções bibliográficas

Nesta pesquisa também é analisada a produção bibliográfica individual das docentes que estão vinculadas ao programa de pós-graduação em Direito das Universidades do Sul do Brasil. Para tal, foram analisados os perfis individuais das docentes para recolher os dados que se referiam à produção bibliográfica.

Os quadros a seguir demonstram detalhadamente as informações individuais de cada docente em seu respectivo Programa de pós-graduação. Foram considerados os dados que refletem a quantidade de artigos de periódicos, livros, capítulos de livros, participações em congressos e resumos de autoria das docentes vinculadas a UFRGS, FURG, UFPel, UFSM, UFSC e UFPR, a soma de todos os trabalhos definiram as posições das docentes dentro do *ranking*. Não se estabeleceu limite temporal para anos iniciais da coleta das informações, pois, buscou-se ter o acesso ao maior número de publicações registradas no currículo Lattes considerando todos os anos já registrados, no entanto, foi considerado o ano de 2022 como limite final, visto que, 2023 ainda está em curso. As docentes lotadas no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), onde é oferecido o curso de Mestrado em Direito e Justiça Social, estão listadas no Quadro 12 em ordem decrescente de produção bibliográfica, ou seja, a docente maior produção para a aquela com o menor registro de produção extraído da Plataforma Lattes. As docentes lotadas neste PPGD formam o quantitativo de sete Professoras.

Quadro 13 – Docentes do PPGD da FURG (2022)

PPGD - FURG							
	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Raquel Sparemberg	114	23	104	31	10	282
2	Sheila Stolz da Silveira	39	31	96	42	20	228
3	Liane Francisca Huning Pazinato	23	15	11	13	4	66
4	Cassiane de Freitas Paixão	7	4	5	10	24	50
5	Fabiane Simioni	16	1	18	2	2	39
6	Adelie Pomade	14	2	11	7	0	34
7	Marcia Leite Borges	8	0	5	13	5	31

Fonte: a autora (2023)

Em primeira posição no Quadro 13 que se refere ao PPGD da FURG, está a Professora Raquel Sparemberger com 114 artigos de periódicos, 23 livros, 104 capítulos de livros, 31 participações em congressos e 10 resumos. Todas as publicações de Raquel Sparemberger contribuíram com a Grande Área da Ciências Sociais Aplicadas, tendo como Área o Direito. A produção científica desta Professora se iniciou em 1996 e o ano final da coleta de dados foi 2022.

A docente Sheila Stolz da Silveira ocupa a segunda colocação dentre as Professoras do PPGD da FURG. Sua produção bibliográfica teve início em 1996 e até final de 2022 totalizava 9 artigos de periódicos, 31 livros, 96 capítulos de livros, 42 participações em congressos e 20 resumos. Suas publicações estão inseridas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e a área do Direito.

A Professora Liane Francisca Huning Pazinato, cuja produção bibliográfica iniciou em 2001 tem 23 artigos de periódicos, 15 livros, 11 capítulos de livros, 13 participações em congressos e 4 resumos. Esta Professora ocupa a terceira colocação entre as mais produtivas do PPGD da FURG e a grande área de concentração de suas publicações é a Ciências Sociais Aplicada e área do Direito

Dentre as análises dos currículos das docentes lotadas no PPGD da FURG, identificou-se na quarta posição a Professora Cassiane de Freitas Paixão com publicações inseridas na Grande Área das Ciências Humanas tendo como Área a Sociologia. Sua produção bibliográfica consiste em 7 artigos de periódicos, 4 livros, 5 capítulos de livros, 10 participações em congressos e 24 resumos. A docente iniciou suas publicações em 2006 e para esta pesquisa foi considerado os dados disponíveis no currículo Lattes até 2022. 3No caso da quinta posição do Quadro 12 destaca Fabiane Simioni, Professora permanente vinculada ao PPGD da FURG. Sua trajetória na produção bibliográfica começou em 1999 e, até a data limite da coleta de dados para esta pesquisa (2022), a docente havia registrou autoria de 16 artigos de periódicos, 1 livro, 18 capítulos de livros, participou de 2 congressos e teve 2 resumos publicados.

Logo após, temos a única Professora visitante no PPGD da FURG, Adelle Pomade. Suas contribuições para o conhecimento jurídico foram realizadas na área das Ciências Sociais Aplicadas, no âmbito do Direito. Os trabalhos dispostos na plataforma Lattes de autoria da Professora Adelle foram contabilizados a partir de 2012. Entre suas publicações bibliográficas estão descritos 14 artigos de periódicos, 2 livros, 11 capítulos de livros e participações em 7 congressos. Não foram recuperados registro de publicações de resumos.

Na última posição do Quadro 13 referente ao PPDG da FURG, encontra-se a Professora Macia Leite Borges. Em seu currículo Lattes, constam 8 artigos de periódicos, 5 capítulos de livros, 13 participações em congressos e 5 publicações de resumos. Não foi identificado a autoria de livros e tão pouco a descrição da grande área ou subáreas no qual a docente tem contribuído. A análise temporal do currículo de Marcia Leite Borges recuperou dados de 2014 a 2022.

A Universidade Federal do Rio Grande (FURG) tem 21 docentes afiliados ao programa de pós-graduação em Direito, sendo que apenas 7 delas são do gênero feminino.

Quadro 14 – Ranking PPGD UFRGS (2022)

PPGD - UFRGS							
	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Claudia Lima Marques	160	112	208	265	4	749
2	Sandra Regina Martini	108	43	105	19	3	278
3	Luciane Cardoso Barzotto	43	14	59	9	2	127
4	Ana Paula Motta Costa	50	12	47	15	2	126
5	Vanessa Gonçalves	18	1	14	19	0	52
6	Roberta Baggio	19	3	20	5	0	50
7	Tula Wesendonck	21	5	15	3	1	45
8	Simone Fleischmann	20	7	16	0	0	43
9	Lisiane Ody	12	10	10	0	5	37
10	Martha Jimenez	12	2	18	4	0	36

Fonte: a autora (2023)

Os dados coletados apontam que o PPGD da UFRGS é composto por dez Professoras do gênero feminino. No Quadro 14 elas foram listadas em ordem numérica. A Professora mais produtiva no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde é ofertado os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em mestrado e doutorado, segundo os dados coletados na Plataforma de Currículos Lattes, é a Professora Claudia Lima Marques. Esta docente tem registrado no seu perfil da Plataforma Lattes publicações desde 1986. Sua produção bibliográfica consiste em 160 artigos de periódicos, 112 livros, 208 capítulos em livros, 265 participações em congressos e 4 resumos. A docente declara que suas publicações estão inseridas na grande área da Ciências Sociais Aplicadas e área do Direito.

Na segunda posição do *ranking* individual do PPGD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul encontra-se Sandra Regina Martini. Esta Professora está lotada no programa como colaboradora e suas publicações foram organizadas cronologicamente desde 1997. Desde então, foram publicados 108 artigos de periódicos, 43 livros, 105 capítulos em livros, 19 participações em congressos e 3 resumos, todos esses trabalhos contribuem com a grande área da Ciências Sociais Aplicadas e a área do Direito.

A Professora Luciane Cardoso Barzotto tem contribuído com a área do Direito desde 1996 e de acordo com os registros do currículo Lattes, ao todo foram 43 artigos de periódicos, 14 livros, 59 capítulos em livros, 9 participações em congressos e 2 resumos. Com vínculo permanente do programa, a Professora Luciane ocupa a terceira posição no ranking das docentes que fazem parte do PPGD da UFRGS.

A quarta docente mais produtiva do PPGD (UFRGS) publicou, até 2022, 50 artigos de periódicos, 12 livros, 47 capítulos em livros, teve 15 participações em congressos e 2 resumos. Esta posição está ocupada pela Professora Ana Paula Motta Costa que iniciou suas publicações em 2005 e deixou registrado na Plataforma de Currículos Lattes que seus trabalhos estão inseridos na grande área da Ciências Sociais Aplicadas e na área do Direito. A Professora Ana Paula faz parte do corpo permanente e docentes da pós-graduação em Direito da UFRGS.

Ocupando a quinta posição entre as dez docentes listadas no PPGD, está a Professora permanente Vanessa Chiari Gonçalves com 18 artigos de periódicos, 1 livro, 14 capítulos em livros e 19 atuações em congressos. A primeira publicação desta docente registrada na plataforma de Currículo Lattes, foi no ano de 2002 e suas publicações estão presentes na grande área das Ciências Sociais Aplicadas e área o Direito. No perfil do currículo Lattes da Professora Vanessa não foi identificado a publicação de resumos.

Seguida pela Professora Roberta Camineiro Baggio cujos trabalhos foram publicados na área do Direito desde 2001, totalizando 19 artigos de periódicos, 3 livros, 20 capítulos em livros e 8 participações em congressos, a docente ocupa a sexta posição entre as Professoras do PPGD da UFRGS. No perfil Lattes da Professora Roberta não foram reconhecidos publicações em resumos.

A Professora Tula Wesendonck com vinculação permanente no PPGD da UFRGS, possui trabalhos publicados na grande área da Ciências Sociais Aplicadas com foco na área do direito. Atuando desde 1996, esta Professora já publicou 21 artigos de periódicos, 5 livros, 15 capítulos em livros, participou de 3 congressos e tem 1 resumo de sua autoria. Até o momento da coleta de dados na plataforma de currículo Lattes, ela ocupa a sétima posição entre as suas parceiras institucionais.

A oitava posição no *ranking* de Professoras do gênero feminino lotada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, está vinculada ao programa de pós-graduação em Direito como Professora permanente. Na plataforma de currículo Lattes, estão registrados 20 artigos de periódicos, 7 livros e 16 capítulos publicados

em livros. Nesta posição, a Professora Simone Tassinari Cardoso Fleischmann tem contribuído com a Ciências Sociais Aplicadas, área do Direito, desde 2005 e nenhuma informação sobre a autoria e publicação de resumos.

Outra docente que faz parte do PPDG da UFRGS e está lotada como colaboradora do programa, é a Professora Lisiane Fieten Wingert Ody. Ela ocupa a posição de número nove, dentre as docentes que fazem parte do corpus desta pesquisa. Atuando desde 2007 foi possível extrair do currículo Lattes desta Professora as seguintes publicações: 12 artigos de periódicos, 10 livros, 10 capítulos em livros e 5 resumos. O levantamento de dados não apontou a participação em congressos.

Encerrando o levantamento da produção bibliográfica das docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi possível apontar que a Professora Martha Lucia Oliver Jimenez está na décima posição quando esmiuçado a sua participação e contribuição com a Ciências Sociais Aplicadas e área do Direito. A Professora Martha registrou em seu currículo Lattes que é do corpo permanente da instituição e que há 12 publicações de artigos de periódicos, 2 livros, 18 capítulos em livros e a participação em 4 congressos. Não foi apontado publicações em resumo.

O quadro de docentes vinculados ao programa de pós-graduação em Direito da UFRGS é composto por 34 professores e destes apenas dez são do gênero feminino. Todas as Professoras apontaram que as suas publicações estão inseridas nas Ciências Sociais Aplicadas e na área do Direito.

Quadro 15 - Ranking PPGD UFPel (2022)

**PPGD - UFPel**

	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Ana Clara Correa Henning	22	14	32	23	43	134
2	Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira	29	21	65	5	0	120
3	Marcia Rodrigues Bertoldi	36	8	34	18	22	118
4	Waldimeiry Correa da Silva	12	4	22	3	5	46
5	Jane Gombar	6	9	22	8	0	45
6	Karinne Emanoela Goettems dos Santos	17	2	10	4	9	42
7	Maria das Graças Pinto de Brito	8	5	6	1	0	20

Fonte: a autora (2023)

Com sete Professoras associadas ao programa de pós-graduação em Direito, onde é ofertado o curso de mestrado na Universidade Federal de Pelotas, foi possível analisar os dados referentes à sua produção bibliográfica dessas Professoras. Conforme o Quadro 15, as docentes foram dispostas por ordem decrescente de produção registrada no currículo Lattes. Esses registros abrangem à publicação de artigos, livros, capítulos de livros, participações em congressos e autorias de resumos. Esses dados foram fornecidos pelas Professoras em seus perfis pessoais, na plataforma de currículo Lattes.

A Professora que ocupa a primeira posição como a mais produtiva deste programa de pós-graduação é a docente Ana Clara Correa Henning. Suas produções tiveram início em 2009 e, até a extração dos dados de seu currículo somaram 22 artigos de periódicos, 14 livros, 32 capítulos em livros, 23 participações em congressos e a autoria de 43 resumos. Todas as publicações contribuíram com a Ciência Sociais Aplicadas e a área do Direito. A Professora está vinculada ao programa como permanente.

Ocupando a segunda posição no *ranking* de produções bibliográficas do PPGD da UFPel, como demonstra o Quadro 15, está a Professora Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira. Esta docente tem registrado no currículo Lattes produções bibliográficas

de 2010 até 2022, totalizando 29 artigos de periódicos, 21 livros, 65 capítulos em livros e a participação em 5 congressos, sendo esses trabalhos obras da área do Direito.

A Professora Marcia Rodrigues Bertoldi é a terceira docente mais produtiva deste PPGD. Em seu currículo Lattes, 36 artigos de periódicos, 8 livros, 34 capítulos de livros, 18 participações em congressos e 22 resumos. As publicações da Professora Marcia tiveram início em 2001 e, ela pertence ao quadro permanente de docentes na pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas.

O PPGD da UFPel tem apenas uma Professora membro colaboradora e que tem contribuído com o programa. A Professora Waldimeiry Correa da Silva tem suas publicações registradas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, área do Direito, desde 2007 e somam 12 artigos de periódicos, 4 livros publicados, 22 capítulos de livros, participação em 3 congressos e 5 resumos. Esta docente está na quarta posição do ranking de Professoras mais produtivas do PPGD da UFPel.

Na quinta posição do ranking em que se analisam as produções bibliográficas das Professoras do PPGD da UFPel, encontra-se a docente Jane Gombar. Esta Professora faz parte do quadro permanente dos docentes da pós-graduação em Direito (UFPel) e mantém em seus registros no currículo Lattes 6 artigos de periódicos, 9 livros, 22 capítulos de livros e 8 participações em congressos. Suas publicações iniciaram em 2004 e desde então, são colaborações com a Área da Ciências Sociais Aplicadas e o Direito. Não foi encontrada a publicação de resumos no perfil da Professora Jane Gombar.

A sexta Professora que mais tem cooperado com a Ciências Sociais Aplicadas e com a área do Direito, no PPGD da UFPel, é a docente Karinne Emanoela Goettems dos Santos. Essas contribuições iniciaram em 2008 e desde então somam 17 artigos de periódicos, 2 livros, 10 capítulos de livros, 4 participações em congressos e 9 resumos. A Professora também pertence ao corpo permanente de docentes da instituição.

Encerrando as análises do quadro de docentes do gênero feminino que atuam no programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, podemos observar a produção bibliográfica da Professora Maria das Graças Pinto de Brito. Esta Professora registrou no seu currículo Lattes a produção de 8 artigos de periódicos, 5 livros, 6 capítulos de livros e a participação em 1 congresso. Suas publicações datam de 2001 na área do Direito e ela também tem

vínculo permanente com o PPGD. A publicação de resumos não foi declarada pela Professora.

O Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas é composto por 15 professores em sua totalidade, dentre esses, 7 são do gênero feminino.

Quadro 16 – Ranking PPGD UFSM (2022)

PPGD - UFSM							
	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Rosane Leal da Silva	51	9	78	75	34	247
2	Angela Araújo da Silveira Espindola	46	10	32	14	101	203
3	Valeria Ribas do Nascimento	61	5	26	8	21	121
4	Isabel Christine Silva de Gregori	28	9	18	22	12	89
5	Giuliana Redin	15	9	28	7	7	66
6	Nina Trícia Disconzi Rodrigues	21	5	20	0	3	49

Fonte: a autora (2023)

O programa de pós-graduação em Direito da Universidade de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, possui 14 professores na sua totalidade, sendo 6 do gênero feminino e 8 masculinos. Os requisitos de organização da produção do conhecimento das Professoras da UFSM foi o mesmo utilizado nas amostras das outras instituições que fazem parte da amostra desta pesquisa. Foram considerados os dados obtidos pela ferramenta *scriptLattes* na coleta de informações sobre: artigos de periódicos, publicações de livros, resumos, capítulos de livros e participações em congressos.

Como Professora mais produtiva deste PPGD a docente Rosane Leal da Silva. A Professora Rosane registra 51 artigos de periódicos, 9 livros, 78 capítulos de livros, 75 participações em congressos e 34 resumos. Suas publicações têm origem no ano

de 2000 e estão incorporados ao Direito, ela está vinculada ao programa como Professora permanente.

Na segunda posição da classificação contida no Quadro 16, está a Professora Angela Araújo da Silveira Espíndola com a produção bibliográfica exposta entre 46 artigos de periódicos, 10 publicações de livros e 32 capítulos de livros, 14 participações em congressos e 101 resumos. O vínculo da Professora Angela com o PPGD da UFSM é o de colaboradora e os seus trabalhos estão incluídos na grande área da Ciências Sociais Aplicadas e do Direito desde 1997.

A Professora Valeria Ribas do Nascimento é a terceira docente mais produtiva do programa de pós-graduação em Direito da UFSM. Esta Professora tem publicado desde 1999 e os seus trabalhos estão todos integrados no campo do Direito, totalizando 61 artigos de periódicos, 5 livros, 26 capítulos de livros, participações em 8 congressos e a publicação de 21 resumos.

A quarta posição da listagem das Professoras que pertencem ao PPGD (UFSM), está ocupada pela docente Isabel Christine Silva de Gregori, cuja vinculação ao programa é a de permanente. Suas publicações estão integradas a área do Direito e foram registradas a partir de 1999, com isto, podemos avaliar que foram registrados 28 artigos de periódicos, 9 livros, 18 capítulos de livros, participações em 22 congressos e 12 resumos publicados.

Giuliana Redin é Professora permanente do PPGD da UFSM e foi listada no ranking de produção bibliográfica desta instituição, na quinta posição, com a publicação de 15 artigos de periódicos, 9 livros, 28 capítulos de livros e 7 resumos, juntamente, com a participação em 7 congressos. As colaborações da Professora Giuliana com as Ciências Sociais Aplicadas têm sido no campo do Direito e a publicação de seus trabalhos se iniciaram em 2003.

Finalizando a análise dos dados bibliográficos das Professoras do PPGD da UFSM, a docente de vínculo permanente Nina Trícia Disconzi Rodrigues vem contribuindo com o Direito desde 1995 e relaciona suas autorias em 21 artigos de periódicos, 5 livros e 20 capítulos de livros publicados, assim como, 3 resumos. A Professora Nina não registrou no currículo Lattes a sua presença em congressos.

Quadro 17 – Ranking PPGD UFSC (2022)

PPGD - UFSC							
	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Josiane Rose Petry Veronese	68	76	200	13	1	358
2	Joana Stelzer	86	27	95	103	31	342
3	Marília de Nardin Budó	57	10	28	48	38	181
4	Karine de Souza Silva	41	12	55	19	12	139
5	Cristiane Derani	39	17	47	16	4	123
6	Norma Sueli Padilha	27	26	37	25	5	120
7	Belinda Pereira da Cunha	35	27	29	4	1	96
8	Letícia Albuquerque	31	6	23	28	1	89
9	Grazielly Alessandra Baggenstoss	25	16	33	7	3	84
10	Chiavelli Facenda Falavigno	34	8	20	3	6	71
11	Doris Ghilardi	23	18	27	2	0	70
12	Aline Beltrame de Moura	27	14	17	9	0	67
13	Carolina Medeiros Bahia	16	2	30	16	0	64
14	Luana Renostro Heinen	21	3	15	16	5	60
15	Jeanine Nicolazzi Phillippi	18	11	27	2	1	59
16	Liz Beatriz Sass	8	3	15	12	1	39

Fonte: a autora (2023)

No programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina há um total de 41 docentes. As Professoras do gênero feminino foram listadas no Quadro 17. Foram analisadas as produções bibliográficas dessas 16 Professoras, contabilizando artigos de periódicos, publicações de livros e capítulos de livros, participações em congresso e resumos.

A Professora reconhecida como a mais produtiva deste programa é Josiane Rose Petry Veronese, que iniciou a sua contribuição com a área jurídica nos anos 1990, somando 68 artigos, 1 resumo, 76 livros e 200 capítulos de livros, participações em 13 congressos.

Em seguida pela Professora Joana Stelzer, também permanente no PPGD, publicou 86 artigos e 31 resumos, 27 livros, 95 capítulos de livros e participando de 103 congressos. A Professora Joana iniciou suas publicações em 2000, conforme dados disponíveis na plataforma Lattes, e a sua colaboração com a ciência está diretamente ligada ao Direito.

Na terceira posição do *ranking* está a Professora Marília de Nardin Budó. Ela é vinculada ao programa como docente permanente e desde 2003, já publicou 57 artigos de periódicos e 38 resumos, 10 livros e escreveu 28 capítulos de livros. Também a participou de 48 congressos.

Em seguida identificou-se a Professora Karine de Souza Silva como a quarta colocada na listagem que se refere à produção bibliográfica do PPGD da UFSC. A quarta posição da listagem de Professoras mais produtivas, está a Professora Karine também faz parte do corpo docente permanente do programa e tem colaborado com o Direito desde 1999. A partir de então, ela publicou 41 artigos de periódicos e 12 resumos, 12 livros e 55 capítulos de livros, assim como, participou de 19 eventos em congressos.

A Professora Cristiane Derani ocupa a quinta posição como a mais produtiva entre as 16 docentes do PPGD da UFSC. Desde 1991, ela produziu o equivalente a 39 artigos de periódicos e 4 resumos, a publicação de 17 livros e 47 capítulos de livros. Participou também de 16 congressos, contribuindo para a área da Ciências Sociais Aplicadas e o Direito.

Na sexta posição, está a Professora Norma Sueli Padilha, que possui vínculo permanente junto ao corpo docente do programa. Ao longo de sua carreira, produziu 27 artigos e 5 resumos, publicou 26 livros e 37 capítulos. Além disso, participou de 25 eventos em congressos. As publicações da Professora Norma Sueli estão diretamente ligadas ao Direito e tiveram início nos anos 2000.

Na sétima posição da listagem está a Professora Belinda Pereira da Cunha que tem cooperado com a área do Direito desde 1998 e já publicou 35 artigos, 1

resumo, 27 livros e 29 capítulos de livros de sua autoria, bem como, participou de 4 congressos. A Professora Belinda tem vínculo de visitante junto ao PPGD da UFSC.

A Professora que ocupa a oitava posição no *ranking* das docentes mais produtivas da UFSC é Letícia Albuquerque. A Professora Leticia está vinculada ao programa, como docente permanente e tem trabalhos publicados desde 2001. Dessas produções científicas, foram extraídas as informações referentes à sua produção bibliográfica: 31 artigos de periódicos e 1 resumo, 6 livros de sua autoria e 23 capítulos de livros, bem como, 28 participações em congressos. No perfil de currículos da plataforma Lattes, a Professora declara que tem cooperado com a área do Direito.

Na nona posição foi identificada através do quantitativo de produções bibliográficas de autoria da Professora Grazielly Alessandra Baggenstoss. Esta Professora tem vínculo permanente com o PPGD da UFSC e produziu desde 2003 o correspondente a 31 artigos, autoria de 6 livros, 23 capítulos de livros e 1 resumo. Também tem atuação em 28 congressos.

Na décima posição do *ranking* encontra-se a Professora Chiavelli Facenda Falavigno, que possui com vínculo permanente ao programa. Com publicações a partir de 2010, a Professora Chiavelli registrada em seu currículo Lattes a autoria de 34 artigos de periódicos, 6 resumos, 8 livros e 20 capítulos de livros, ela ainda participou de 3 congressos. Com base nos dados apresentados conclui-se que as colaborações da Professora Chiavelli são aderentes às Ciências Sociais Aplicadas e ao Direito.

Seguindo com a análise quantitativa de produção bibliográfica, observa-se na 11ª posição a Professora Doris Ghilardi com autoria de 23 artigos, a publicação de 18 livros e 27 capítulos de livros, participando ainda de 2 congressos. Os trabalhos da Professora Doris ocorrem desde 2006, e estão diretamente ligados à área do Direito. Não foram recuperadas as informações sobre autoria de resumos.

Na 12ª posição está a Professora Aline Beltrame de Moura cuja autoria se dá em 27 artigos, 14 livros, 17 capítulos de livros e a participação em 9 congressos. Esta Professora possui vínculo permanente junto ao programa e seus trabalhos publicados datam de 2009 e estão ligados às Ciências Sociais Aplicadas e à área do Direito.

Já na 13ª posição do *ranking* está a Professora Carolina Medeiros Bahia, que também possui vínculo permanente com o PPGD. Suas publicações estão relacionadas à Ciências Sociais Aplicada e a área do Direito, tendo início em 2003. Em resumo, seus trabalhos evoluíram para 16 artigos de periódicos, a autoria de 2 livros e 30 participações em capítulos de livros e a participação em 16 congressos.

A Professora Luana Renostro Heinen ocupa a 14ª posição na listagem de produção bibliográfica das docentes do gênero feminino no PPGD da UFSC. Ela é membro do quadro de docentes permanentes e registrou, no Lattes, a publicação de 21 artigos de periódicos, autoria de 3 livros, 15 capítulos de livros, 16 presenças em ações de congressos e 5 resumos. Estes trabalhos, que contribuiriam com a área do Direito, tiveram início em 2007.

Na 15ª colocação na lista deste PPGD, está a Professora colaboradora do programa, Jeanine Nicolazzi Phillippi. Há registros de 18 artigos de periódicos, autoria de 11 livros, publicação de 27 capítulos em livros e 1 resumo. A Professora Jeanine também participou de dois congressos. Seus trabalhos iniciaram em 1994 e remetem-se às Ciências Sociais Aplicadas e ao Direito.

Por fim, a lista de produção bibliográfica do PPGD da UFSC traz em sua composição a 16ª colocação ocupada pela Professora Liz Beatriz Sass com autoria de 3 livros, 8 artigos, 15 capítulos de livros e 1 resumo, ademais, a Professora Liz participou de 12 congressos. Sua vinculação com o PPGD é de docente permanente.

Quadro 18 – Ranking PPGD UFPR (2022)

### PPGD - UFPR

	Docente	Artigos	Livros	Cap. livros	Congressos	Resumo	Total
1	Marcia Carla Pereira Ribeiro	134	72	91	19	37	353
2	Malina Girardi Fachin	54	22	103	3	3	185
3	Liana Maria da Frota Carleial	39	13	61	43	19	175
4	Katya Kosicki	54	13	70	11	21	170
5	Tatyana Sheila Friedrich	35	18	78	11	3	145
6	Eneida Desiree Salgado	50	24	63	4	0	141
7	Betina Treiger Gruppenmacher	18	9	104	4	2	137
8	Vera Karam de Chueiri	41	16	59	9	10	135
9	Larissa Liz Odreski Ramina	23	26	59	3	1	112
10	Estefania Maria de Queiroz Barboza	44	12	41	4	6	110
11	Ana Carla Harmatiuk Matos	32	12	59	4	0	108
12	Katya Regina Isaguirre	24	7	42	17	17	107
13	Marilia Pedroso Xavier	18	8	43	8	10	87
14	Heloisa Fernandes Câmara	15	8	33	15	6	78
15	Katie Silene Cáceres Arguello	21	4	21	7	5	58
16	Angela Cássia Costaldello	21	5	19	6	2	53
17	Priscilla Placha Sá	14	4	26	1	0	45
18	Adriana Espindola Correa	11	1	25	3	1	41
19	Angela Couto Machado Fonseca	17	5	12	1	3	38
20	Clara Maria Roman Borges	21	1	9	1	2	34
21	Daniele Regina Pontes	10	2	13	3	1	29

Fonte: a autora (2023)

A Universidade Federal do Paraná tem 22 Professoras lotadas no Programa de Pós-Graduação em Direito. Entre elas, apenas uma não teve a sua construção acadêmica relatada nesta pesquisa. A ferramenta *scriptLattes*, responsável pela compilação dos dados da carreira acadêmica das Professoras da UFPR, não identificou o currículo Lattes da docente Taysa Schiocchet. Consequentemente, as informações que se referem à Professora, não puderam ser analisadas nem

mensuradas nesta pesquisa. Por este motivo, a mencionada docente não será representada neste estudo, a fim de evitar possíveis apontamentos imprecisos e injustos em relação às outras Professoras do programa de pós-graduação em Direito da UFPR.

A docente com maior produtividade bibliográfica na UFPR, ocupando a 1ª posição no ranking, é a Professora permanente do PPGD Marcia Carla Pereira Ribeiro. Ela tem um total de 134 artigos de periódicos já publicados, 72 autorias de livros, 91 capítulos em livros, 19 participações em eventos como congressos e 37 resumos publicados. Suas publicações estão inseridas na grande área da Ciências Sociais Aplicadas, com foco no Direito.

A docente permanente Melina Girardi Fachin ocupa na 2ª posição entre as 22 Professoras mais produtivas da UFPR, ela tem publicado 54 artigos em periódicos, é autora de 22 livros, 103 capítulos e 3 resumos publicados; assim como a participação em 3 eventos científicos (congressos). As publicações da Professora Melina tiveram início no ano de 2005 e estão relacionadas com a área do Direito.

Liana Maria da Frota Carleial, ocupa a 3ª posição no *ranking*. Esta Professora colaboradora com o PPGD produziu desde 1981, 39 artigos em periódicos científicos, publicou 13 livros, 61 capítulos de livros, participou de 43 eventos de científicos, como os congressos; além disso, publicou de 19 resumos. Suas contribuições estão inseridas na grade área da Ciências Sociais Aplicadas tendo como foco na Economia.

Na 4ª colocação está a docente permanente Katya Kozicki cuja produção bibliográfica inclui 54 artigos publicados em periódicos, 13 livros, 70 capítulos componentes de livros, a participação em 11 eventos como congresso; além disso publicou de 21 resumos. A Professora Katya registrou em seu currículo Lattes que suas publicações tiveram início em 1991 e desde então, tem contribuído com a Ciências Sociais Aplicada e a área do Direito.

A Professora permanente Tatyana Sheila Friedrich, tem contribuído com a área do Direito desde os anos 2000. Até a coleta de dados foi registrado 35 artigos em periódicos, a publicação de 18 títulos de livros, 78 capítulos em livros, participação em 11 congressos e 3 resumos em anais de congressos. Esta docente ocupa a 5ª posição no ranking de Professoras da UFPR.

Eneida Desiree Salgado tem registrado em seu currículo Lattes, 50 artigos de periódicos, 24 livros, 63 capítulos em livros e a participação em 4 congressos. As publicações da Professora Eneida contêm registros a partir de 1997 e estão integralmente voltadas para a área do Direito. Ela é a 6ª posição na lista da UFPR e tem vínculo permanente com o PPGD.

Na 7ª posição no *rancking* das docentes da UFPR, encontra-se a Professora permanente Betina Treiger Grupenmacher com 18 artigos de periódicos publicados, 9 livros, 104 capítulos em livros colaborativos, 4 participações em congressos e 2 resumos publicados em anais de congressos. As publicações da Professora Betina estão concentradas na área do Direito.

Vera Karam de Chueiri é Professora permanente do PPGD da UFPR e ocupa a 8ª posição entre as 21 Professoras relatadas nesta pesquisa. Com publicações inseridas na grande área da Ciências Sociais Aplicadas e a área do Direito, a Professora Vera produziu, desde 1990, o equivalente a 41 artigos de periódicos, 16 publicações de livros, 59 capítulos em livros, 9 participações em congressos e 10 publicações de resumos em anais de congressos.

Larissa Liz Odreski Ramina é a Professora permanente do PPGD da UFPR e ocupa a 9ª posição no *rancking*, conforme o Quadro 87. Larissa registra atividades na área do Direito desde 2002 e somam 23 artigos de periódicos, 26 livros, 59 capítulos em livros, 3 participações em congressos e 1 resumo publicados em anais de congressos.

A 10ª Professora da lista da UFPR, Estefânia Maria de Queiroz Barboza, já produziu, desde 2001, 44 artigos em periódicos científicos, 12 livros, 41 capítulos em livros. Além disso, participou de 4 congressos e publicou 6 resumos. Essas colaborações têm sido realizadas na grande área da Ciências Sociais Aplicadas e a área do Direito. Estefânia está vinculada permanentemente ao PPGD.

Ana Carla Harmatiuk Matos está vinculada ao programa de pós-graduação como docente permanente e, desde os anos 2000, ela já registrou a publicação de 32 artigos em periódicos, 12 livros, 59 autorias de capítulos em livros. Além disso, participou de 4 congressos. As informações sobre a publicação de resumos em anais de eventos, não foram encontradas, mesmo assim, Ana Carla ocupa a 11ª posição entre as Professoras da UFPR no quesito produção bibliográfica.

Katya Regina Isaguirre é Professora do quadro permanente do PPGD da UFPR e teve a sua produção bibliográfica extraída da plataforma de currículos Lattes a fim de compor esta pesquisa. Sua contribuição com as Ciências Sociais Aplicadas e a área do Direito teve início em 2004 e desde então registra 24 artigos publicados em revistas científicas, 7 livros lançados, 42 capítulos em livros, 17 participações em congressos, assim como, 17 resumos publicados em anais de congressos.

A Professora Marília Pedroso Xavier, lotada no quadro permanente de Professoras do PPGD da UFPR, listou em seu currículo Lattes diversos trabalhos, desde 2008, colaborando com a Ciência Sociais Aplicadas e a área do Direito. Dentre esses trabalhos, foram tratadas as informações que se referiam aos 18 artigos em publicações científicas, 8 livros, 43 capítulos de livros, 8 participações em congresso e a publicação e 10 resumos. A Professora Marília está na 13ª posição entre as 21 docentes analisadas nesta pesquisa.

Na 14ª posição do *ranking* destacado no Quadro 18, está a Professora Heloisa Fernandes Câmara com a publicação de 15 artigos em revistas científicas, 8 livros, 33 capítulos em livros, 15 participações em congressos e 6 resumos. A Professora Heloisa é do quadro permanente de docentes e tem colaborado com a área do Direito desde 2007.

Na 15ª posição, da lista de docentes onde foi analisada a produção bibliográfica das Professoras da UFPR, encontra-se Katie Silene Cáceres Arguello. A Professora Katie é autora de 21 artigos publicados em periódicos, 4 livros, 21 capítulos de livros, 7 participações em congressos e apresentou 5 resumos. Sua trajetória produtiva teve início em 1994 e, assim como as demais Professoras citadas, integra o quadro permanente do programa de pós-graduação em Direito da UFPR.

Outra Professora integrante do quadro permanente no PPGD da UFPR é a docente Angela Cássia Costaldello, ocupando a 16ª colocação no *ranking* elaborado para esta pesquisa, que analisou as publicações bibliográficas e as suas contribuições com a grande área da Ciências Sociais Aplicadas. A Professora Angela atuou em 21 artigos de periódicos, publicou 5 livros, 19 capítulos em livros, 6 participações em eventos e apresentou 2 resumos. Todas essas contribuições desenvolvidas pela Professora Angela iniciaram em 2000 e foram inseridas na área do Direito.

Na 17ª colocação desta mesma lista de produtividade docência, encontra-se a Professora Priscilla Placha Sá, com 14 publicações como artigos de revistas científicas, 4 livros, 26 capítulos de livros e a participação em 1 congresso. Priscilla iniciou suas publicações em 1997, e não foram recuperados dados sobre as colaborações em formato resumo. Todos os trabalhos identificados no currículo Lattes da Professora, é de origem da área do Direito. A Professora Priscilla atua como colaboradora no PPGD da UFPR.

A docente Adriana Espíndola Correa tem vínculo permanente com o programa de pós-graduação em Direito da UFPR, e tem atuado nesta área desde 2001. Suas contribuições podem ser observadas através de 11 artigos científicos, 1 livro, 25 capítulos em livros, 3 atividades congressistas e 1 resumo. Sua posição no ranking que analisa as produções de 21 docentes do PPGD da UFPR como parte desta pesquisa é a 18ª colocação.

Angela Couto Machado Fonseca, descrita na 19ª posição do Quadro 18, é Professora permanente do PPGD e teve analisados os trabalhos científicos na qual configura como autora. Desses dados, 17 foram artigos de periódicos, 5 publicações de livros, 12 capítulos em livros, 1 participação em congresso e 3 resumos. Essas publicações e trabalhos tiveram início em 2007 e abrangem a grande área da Ciências Humanas, com foco na área da Filosofia.

Finalizando a etapa de análise de currículo das docentes da Universidade Federal do Paraná, precisamente, no curso de pós em Direito, encontra-se a Professora Clara Maria Roman Borges na 20ª posição. Clara Maria, que é do corpo permanente da instituição, registrou 21 artigos de periódicos, 1 livro, 9 capítulos em livros, 1 participação em congresso e 2 resumos publicados em anais. Essas colaborações com a área do Direito tiveram início em 2005.

Daniele Regina Pontes é docente colaboradora do PPGD da UFPR. A Professora Daniele Regina Pontes, iniciou suas contribuições com a área do Direito em 2007. Com isso, foi possível extrair as informações do seu currículo Lattes, que incluem 10 artigos de publicação em revistas científicas, 2 livros, 13 capítulos de livros, 3 presenças em congresso e 1 resumo em anais de congresso. Todas as atividades da Professora Daniele estão voltadas para a grande área da Ciências Sociais Aplicadas, com foco na área do Direito.

### 5.1.3 Os periódicos mais representativos nas publicações dos PPGDs (UFSC, UFPR, UFRGS, UFPel, UFSM, FURG).

Aqui são elencamos os periódicos científicos nos quais houve maior registro de publicações dos trabalhos das Professoras dos programas de pós-graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil.

Destacam-se os dez periódicos mais evidentes em cada PPGD, reproduzindo a quantidade de publicações registradas nestas revistas. Neste levantamento, foram identificados os títulos dos periódicos, número ISSN, estrato Qualis e o número de artigos publicados. Foram consideradas as Classificações de Periódicos Quadriênio 2017-2020.

Gráfico 10 – UFSC x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

Os dez periódicos que mais propagaram pesquisas das docentes do PPGD/UFSC estão representados no Gráfico 10. As revistas que se destacam são: Revista de Direito Ambiental, Revista Brasileira de Ciências Criminais e Revista Eletrônica Direito e Política.

A primeira colocada no *ranking* do programa de pós-graduação em Direito da UFSC, é a Revista de Direito Ambiental (ISSN 1413-1439), é de publicação da Editora

Thomson Reuters e foi classificada com Qualis A1. A primeira edição desta revista foi publicada em 1995. É considerada como uma das mais importantes na área do Direito Ambiental, abrangendo publicações no Brasil e na América Latina.

A Revista Brasileira de Ciências Criminais (ISSN 1415-5400), classificada com estrato Qualis A2, tem sido produzida pela Thomson Reuters. Esta publicação é composta por pareceres e estudos dogmáticos jurídicos, integrando diversos campos do conhecimento como: criminologia, política criminal, antropologia, sociologia e psicologia. O periódico ocupa segunda posição no *ranking*.

Revista Eletrônica de Direito e Política (ISSN 1980-7791), classificada com estrato Qualis é o A2, é produzida pela Universidade do Vale do Itajaí e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências Jurídicas. Ela ocupa a terceira posição no *ranking*. A revista incentiva o debate crítico e ético dos assuntos relacionados aos temas: constitucionalismo e produção do Direito, Direito, Jurisdição e Inteligência Artificial, e Direito Ambiental, Transnacionalidade e Sustentabilidade.

Revista Jurídica UNICURITIBA (ISSN 2316-753x) é quarta revista mais evidente no PPGD/UFSC. Não foi encontrado estrato da revista no site da Plataforma Sucupira. No entanto, a UNICURITIBA divulga a informação de que o periódico possui Qualis A1.

Na quinta colocação do *ranking*, observa-se A Revista Jus Navigandi (ISSN 1518-4862), a Plataforma Sucupira não apresenta estrato Qualis para esta revista.

Revista Veredas do Direito -Belo Horizonte (ISSN 1806-3845) foi classificada com estrato Qualis A1, de acordo com dados divulgados pela Plataforma Sicupira, e está na sexta posição do *ranking*. Esta revista é mais um periódico vinculado à instituição de ensino superior, especialmente ao PPGD da Universidade Federal de Minas Gerais. O periódico disponibiliza dois eixos temáticos: direito, sustentabilidade e direitos humanos e direito, planejamento e desenvolvimento sustentável.

Na sétima posição está a Revista Seqüência de Estudos Jurídicos (ISSN 0101-9562), classificada com estrato Qualis A1. A revista é editada pelo PPGD/UFSC e tem como objetivo divulgar a produção acadêmica que reflete a linha de pesquisa do programa.

A Revista de Direito Internacional (ISSN 2237-1036) tem Qualis A4 e ocupa a oitava posição do *ranking*. É editada pelo PPGD do Centro Universitário de Brasília.

Trata-se de um periódico de âmbito internacional e que tem como objetivo promover pesquisas que refletem o Direito Internacional a partir da inserção no mundo contemporâneo.

Na nona posição do *ranking* da UFSC, encontra-se o Boletim IBCCRIM (ISSN 1676-3661). Com circulação desde 1993, a revista publica temas que abrangem o Direito Penal, Processual Penal, Criminologia e Direitos Humanos. Não foram encontrados dados sobre o estrato desta publicação na Plataforma Sucupira.

A última colocada no *ranking* de periódicos mais evidentes do PPGD/UFSC, a revista Cidade Nova, não foi encontrado na Plataforma Sucupira. Tampouco, foi identificado o ISSN do referido periódico.

O PPGD da UFSC apresenta publicações regulares em revistas brasileiras. Não foram identificadas, no *ranking*, publicações em revistas estrangeiras.

Gráfico 11 - UFPR x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

O Gráfico 11 representa os dez periódicos que mais publicam trabalhos das Professoras do PPGD/UFPR. Entre os periódicos que mais se destacam estão: Revista da Faculdade em Direito da UFPR, A&C Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Revista de Direito e Práxis e Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais – UNIBRASIL.

O Programa de Pós-Graduação em Direito na UFPR tem o seu próprio periódico como a revista com maior quantidade de publicações entre as docentes do gênero feminino. Isso evidencia a endogenia acadêmica, uma que prática consiste na interação entre docentes e discentes da própria organização, com pouca comunicação externa (Pelegriani; França, 2020). A Revista da Faculdade de Direito – UFPR (ISSN 0104-3315), teve seu primeiro exemplar publicado em 1953 e é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade. Esta revista possui estrato Qualis A1.

A segunda revista no *ranking* da UFPR é a A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional (ISSN 1516-3210). Com estrato Qualis A3, esta revista é vinculada ao Instituto Romeu Felipe Bacelar e foi fundada em 1999, sendo editada pela Editora Fórum.

Na terceira posição do *ranking* está a Revista de Direito e Práxis (ISSN2179-8966). Esta Revista é categorizada com Qualis A1 na Plataforma Sucupira e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Seu objetivo é a difusão de trabalhos acadêmicos voltados para a Teoria e Filosofia do Direito.

O periódico Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais – UNIBRASIL (ISSN 1678-1993), está na quarta colocação do *ranking*. Está vinculado ao curso de Direito do Centro Universitário Autônomo do Brasil. Este caderno apresenta Qualis A2. Suas publicações iniciaram em 1993, porém foram descontinuadas em 2018.

Na quinta posição observa-se a Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (ISSN 2675-6765). No entanto, esta revista não está listada na Plataforma Sucupira.

Em seguida, na sexta posição do *ranking* está a Revista de Direito Empresarial (ISSN 2238-667X). A publicação deste periódico é de responsabilidade da Editora Fórum, cujas publicações são comercializadas em plataforma digital. Não foi encontrado estrato Qualis deste periódico.

A Revista de Direitos Fundamentais e Democracia – UNIBRASIL (ISSN 1982-0496) é de responsabilidade do Programa de Doutorado e Mestrado do UNIBRASIL. Com abrangência internacional, este periódico tem enfoque em Direitos

Fundamentais, Democracia e Direitos Humanos. Seu estrato Qualis era A1 e foi rebaixado para A3. No entanto, a UNIBRASIL recorreu da decisão e, portanto, está indefinido. Este periódico ocupa a sétima posição no *ranking* da UFPR.

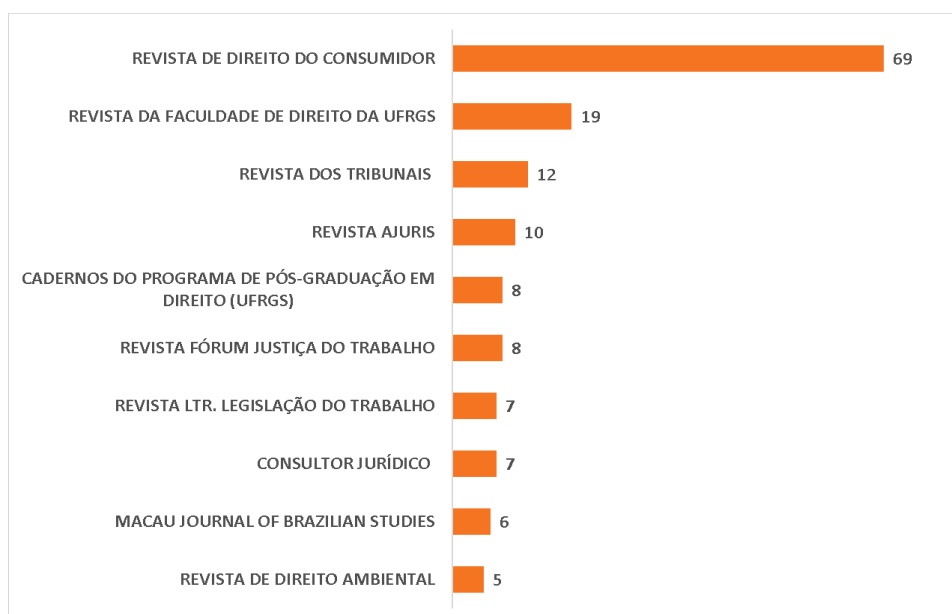
Na oitava classificação está a Revista Direito GV (ISSN 2317-6172). Esta revista está vinculada ao curso de Direito da FGV São Paulo. A revista publica pesquisas empíricas e teóricas que dialogam com o direito e desenvolvimento, direito e sociedade e direito e economia.

A Revista de Informação Legislativa (ISSN 0034-835x), tem vínculo com o Senado Federal Brasileiro. Sua primeira publicação ocorreu em 1964 e seus conteúdos abordam as temáticas de direito, ciência política e relações internacionais. No registro de estrato Qualis para este periódico consta o A2. No entanto, está na posição de número nove.

Por fim, na décima posição do *ranking* dos periódicos com maior evidência no PPGD/UFPR, está a Revista Brasileira de Políticas Públicas (ISSN 2236-1677). Ela é vinculada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília. Com publicações iniciadas em 2012, a revista tem alcance internacional. O estrato Qualis desta revista é o A2.

O Programa de pós-graduação em Direito da UFPR não apresentou publicações em periódicos estrangeiros, conforme o Gráfico 11. Observa-se as publicações são realizadas em periódicos do território nacional.

Gráfico 12 - UFRGS x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

O Gráfico 12 refere-se ao *ranking* de periódicos que concentram a maior quantidade de publicações das Professoras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Destacam-se os seguintes periódicos: Revista de Direito do Consumidor, Revista da Faculdade de Direito da UFRGS e Revista dos Tribunais.

Revista de Direito do Consumidor (ISSN 1415-7705), é a primeira colocada no *ranking* da UFRGS. O periódico é de responsabilidade da Editora Thomsom Reuters e a veiculação ocorre em plataforma de periódicos privada. Os temas abordados nesta Revista referem-se às questões de responsabilidade civil, comportamento do consumidor e processo civil. O estrato Qualis desta Revista é A1.

A segunda revista mais evidente no PPGD/UFRGS é a Revista da Faculdade de Direito da UFRGS (ISSN 0104-6594). Neste programa de pós-graduação, fica evidente a endogenia acadêmica, uma vez que é constatado que a própria revista do programa, está entre as primeiras colocadas no *ranking*. A CAPES classifica esta revista com Qualis A3.

A Revista dos Tribunais (ISSN 0034-9275), terceira no *ranking*, é de responsabilidade da Editora Thomsom Reuters e a sua circulação acontece por plataforma digital privada. O Qualis desta revista é A2.

Na quarta posição está a Revista Ajuris (ISSN0101-8027). O site da revista não apresenta informações de circulação e responsabilidade pelo periódico. A classificação Qualis, concedida à revista pela CAPES, é C.

Na quinta posição se destaca os Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS (2317-8558). No PPGD/UFRGS grande parte das informações científicas, veiculam em periódicos da própria instituição, o que evidencia, mais uma vez, a endogenia acadêmica. O Qualis deste periódico é o B1.

Na sexta posição deste *ranking* está o periódico Revista Fórum Justiça do Trabalho (0103-5487). Este periódico tem circulação em plataforma digital, comercializada pela Editora Fórum. A CAPES classifica o estrato deste periódico como C.

Seguindo na classificação, na sétima posição, foi identificada a Revista LTR.Legislação e Trabalho (ISSN1516-9154). Esta revista é de responsabilidade do

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. A CAPES classifica seu estrato como B4.

A Revista Consultor Jurídico (ISSN 1809-2829) é o oitavo periódico em que o PPGD/UFRGS mais publica. Criada em 1997, é editada por jornalistas. Não há registro de estrato Qualis para esta revista na Plataforma Sucupira.

O Macau Journal of Brazilian Studies (ISSN2523-661x) ocupa a nona posição no *ranking* dos periódicos listados, com maior evidência no PPGD/UFRGS. Trata-se de uma publicação internacional e o estrato Qualis não foi listado na Plataforma Sucupira.

Na décima posição do *ranking* da UFRGS, encontra-se a Revista de Direito Ambiental (1413-1439). É de responsabilidade da Thomsom Reuters e tem circulação em plataforma digital de periódicos privados. A CAPES qualifica este periódico com Qualis A1.

O PPGD/UFRGS tem continuamente realizado publicações em periódicos de circulação nacional, com exceção do periódico Macau Journal Brazilian Studies, que tem origem na China.

Gráfico 13 – FURG x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

As revistas que mais publicam trabalhos das Professoras do PPGD/FURG estão listadas na Gráfico 13. Destaca-se com ênfase as revistas: RJLB – Revista Jurídica Luso Brasileira, Diritto & Diritti e Trabalho e Ambiente.

Na primeira posição do *ranking* está RJLB – Revista Jurídica Luso-Brasileira (ISSN 2183-539x), de responsabilidade da Faculdade de Direito de Lisboa, em Portugal. Essa revista, de reconhecimento internacional, teve estrato avaliado pela CAPES como A4.

Na segunda posição está a Revista Diritto e Diritti (ISSN 1127-8579). Este periódico é internacional e tem veiculação na Itália. A CAPES não qualificou o seu estrato.

A Revista Trabalho & Ambiente (ISSN 1677-2911) ocupa a terceira posição no ranking do PPGD/FURG. A CAPES não listou estrato para este periódico.

Na quarta posição está a Revista Juris (ISSN 1413-3571). Esta revista é de responsabilidade do curso de Direito da FURG e também está vinculada, ao PPGD. A CAPES qualifica seu estrato como A4.

A Revista Jurídica UNICURITIBA (ISSN 2316-753x) é editada pela Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Empresarial e Cidadania da UNICURITIBA. A CAPES não qualifica esta revista, no entanto, o site da UNICURITIBA, menciona Qualis A1. No PPGD/FURG, esta revista ocupa a quinta posição.

Na sexta posição está a Revista Direitos Fundamentais e Democracia – UNIBRASIL (ISSN 1982-0496). Esta revista está sob responsabilidade do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do UNIBRASIL, com enfoque no direito constitucional, direito internacional, direito da integração e direitos fundamentais. A revista foi avaliada pela CAPES com Qualis A3.

A Revista Jus Navigandi (ISSN 1518-4862), tem circulação online e não teve vinculação institucional identificada. A CAPES também não atribuiu estrato para esta revista. Ela ocupa a sétima posição no ranking do PPGD/FURG.

Na oitava qualificação está a Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales (ISSN 1988-7833), uma publicação internacional, originária na Espanha. A CAPES avalia este periódico com Qualis A4.

Na nona posição do ranking está a Revista Âmbito Jurídico (ISSN 1518-0360), não qualificada pela CAPES, e não foi encontrado o seu vínculo institucional.

E, por fim, na décima posição do ranking do PPGD/FURG, observa-se a Revista Direito em Debate (ISSN 0103-9040). Esta revista está vinculada ao curso de

graduação em Direito da UNIJUÍ. A Universidade cobra a editoração dos textos aprovados para publicação. Não foi encontrado o Qualis deste periódico na Plataforma Sucupira.

O programa de pós-graduação em Direito da FURG, apresenta uma linearidade nas suas publicações, voltando-se às revistas de circulação nacional. No entanto, foi identificadas publicações em periódico espanhol.

Gráfico 14 – UFSM x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

No PPGD da UFSM foram analisados os 10 periódicos que mais contabilizaram os trabalhos das docentes, dispostos no Gráfico 14. Os periódicos que mais se destacam são: Revista de Informação Legislativa, Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM e Revista de Direito Constitucional e Internacional.

A primeira colocada no *ranking* é a Revista de Informação Legislativa (ISSN 0034-835x). Este periódico não está vinculado às instituições de ensino, mas sim ao Senado Federal Brasileiro. Sua primeira publicação ocorreu em 1964 e seus conteúdos abordam as temáticas do direito, ciência política e relações internacionais. A CAPES o qualifica com Qualis A2.

O segundo periódico mais destacado no PPGD/UFSM é a Revista Eletrônica do Curso de Direito da USFM (ISSN 1981-3694). A revista tem vínculo direto com a

Universidade de Santa Maria e, portanto, é identificado mais um caso de endogenia acadêmica. A CAPES classifica este periódico com Qualis A3.

Na terceira posição do *ranking*, está a Revista de Direito Constitucional e Internacional (ISSN 1518-272x). Esta revista é editada e comercializada pela Thomsom Reuters, desde 1992. A CAPES concedeu estrato Qualis A3 para este periódico.

A Revista de Direito Brasileira (ISSN 2358-1352) é editada pelo CONPEDI desde 2011. A versão declarada pelas docentes é na modalidade online. Para esta versão, a CAPES não apontou qualificação Qualis. Esta revista ocupa a quarta posição no *ranking* do PPGD/UFSM.

Na quinta posição, destaca-se a Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico (ISSN 2175-9391, com vínculo institucional à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)). A CAPES não atribuiu qualificação Qualis para este periódico.

Já na sexta posição, encontra-se a Revista de Direitos Fundamentais e Garantias (ISSN 2175-6058), vinculada à Faculdade de Direito de Vitória. A Capes a qualifica com Qualis A1.

Na sétima posição está a Revista de Processo (ISSN 0100-1981). Esta revista é editada e comercializada pela Thomsom Reuters, desde 1976. A Thomsom é uma empresa privada e o acesso às suas revistas se dá por pagamento de assinatura. A CAPES qualifica este periódico com Qualis A1.

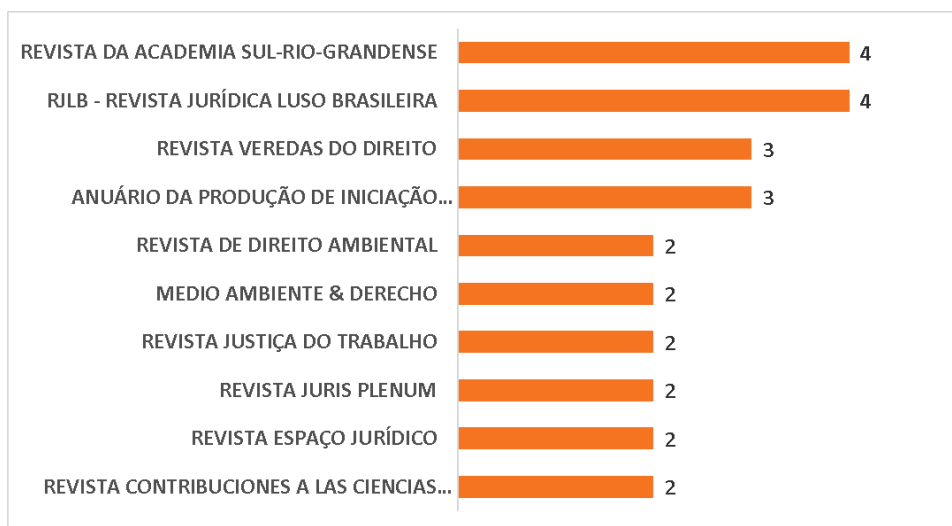
A Revista Pensar – UNIFOR (ISSN 1519-8464) está vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. A revista é de circulação nacional desde 1992. O estrato Qualis para este periódico é o A3. Esta revista ocupa a oitava posição no *ranking* do PPGD/UFSM.

Na nona posição observa-se a Revista Argumenta (ISSN 2317-3882). Esta revista possui vínculo institucional com a Universidade Estadual do Norte Pioneiro. Foi fundada em 2001 e destina-se a publicações da Ciência Jurídica, Sociais Aplicadas e Humanas. A CAPES a qualifica com Qualis A4.

E por fim, o periódico Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura (ISSN 2446-8088). Esta revista é vinculada à Rede Brasileira Direito e Literatura (RDL), que busca a divulgação de artigos brasileiros e estrangeiros. A CAPES não atribuiu Qualis para este periódico.

O PPGD/UFSM tem contribuído com a literatura jurídica nacional, publicando seus trabalhos em periódicos de reconhecimento local. Até o momento não foram identificados periódicos estrangeiros entre as publicações das docentes da Universidade Federal de Santa Maria.

Gráfico 15 – UFPel x periódicos (2023)



Fonte: a autora (2023)

Os dez periódicos que mais têm realizado publicações científicas das Professoras da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, foram identificados no Gráfico 15. Destacando as seguintes revistas: Revista da Academia Sul Rio-Grandense, RJLB – Revista Jurídica Luso Brasileira e Revista Veredas do Direito.

Na primeira posição do *ranking* está a Revista Academia Sul Rio-Grandense (ISSN 2674-9939). A revista tem vínculo institucional com a Academia Sul Rio-Grandense de Direito do Trabalho (ASRDT). Não foi identificado Qualis para esta revista na Plataforma Sucupira.

A segunda revista identificada no PPGD/UFPel é a RJLB- Revista Jurídica Luso Brasileira (ISSN 2183-539x). Esta revista tem vínculo institucional com a Faculdade de Direito de Lisboa. A CAPES aplicou estrato A4 para o periódico.

Na terceira posição está a Revista Veredas do Direito (ISSN 2179-8699). Este periódico tem vínculo institucional com a Escola Superior Dom Helder. A CAPES o qualificou com Qualis A1.

O Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente (ISSN 2178-6879). Tem vínculo institucional com a Faculdade Anhanguera. A CAPES não atribuiu estrato Qualis para este periódico, que ocupa a quarta posição no *ranking* do PPGD/UFPel.

A Revista de Direito Ambiental (ISSN 1413-1439) é editada e comercializada pela Editora Thonsom Reuters. Com circulação desde 1995, o acesso à revista ocorre mediante assinatura digital paga. A CAPES não classificou estrato para esta publicação. Ela ocupa a quinta posição na lista do PPGD/UFPel.

Na sexta posição do *ranking* está a Revista Medio Ambiente e Derecho (ISSN 1576-3196). Esta publicação tem vínculo institucional com a Universidad de Sevilla, Espanha. A CAPES atribuiu Qualis A4 para esta publicação.

Na sétima posição está a Revista Justiça do Trabalho (ISSN 0103-5487). Este periódico é editado e comercializado pela Editora Fórum. A CAPES qualifica este periódico com Qualis C.

Na oitava posição está a Revista Juris Plenum (ISSN 1807-6017). Esta revista tem vínculo institucional com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Qualis B2.

Na penúltima posição do *ranking* está a Revista Espaço Jurídico (ISSN 1519-5899). Com vínculo institucional com a Universidade do Oeste de Santa Catarina, este periódico tem Qualis A2.

Na décima posição do *ranking* do PPGD/UFPel, está a Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales (ISSN 1988-7833). É uma publicação internacional, originária na Espanha. A CAPES avalia este periódico com Qualis A4.

As docentes do programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas têm publicado continuamente em revistas nacionais e publicações em espanhol.

## 5.2 A PERCEPÇÃO DAS DOCENTES DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES DO SUL DO BRASIL SOBRE AS PRÁTICAS DE COAUTORIA

Com o propósito de alcançar o objetivo específico delineado para a quarta etapa da pesquisa ‘descrever a percepção das docentes estudadas nesta pesquisa sobre as práticas de colaboração científica’, foi desenvolvido um roteiro de entrevista semiestruturada composto por 11 perguntas. Inicialmente, as entrevistas seriam conduzidas com duas docentes de maior tempo de vínculo junto a cada um dos Programas de Pós-Graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil, seguindo como critério o tempo de vínculo no programa. Contudo, devido a possibilidade de escassez de participação por parte das docentes, foi encaminhado um convite por e-mail para todas as 68 professoras dos programas de pós-graduação e que fazem parte deste estudo. Estas instituições compreendem a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

É importante destacar que, juntamente com o convite, as convidadas receberam a autorização dos Coordenadores dos PPGD's, na qual eles declaram estar cientes do propósito desta pesquisa, e concordaram com a realização das entrevistas. Essas autorizações foram submetidas à aprovação do Comitê de Ética em Ciências Humanas e Sociais (UFPR), e estão registradas na Plataforma Brasil sob o nº de protocolo CAAE 68986323.0.0000.0214.

Durante a etapa de envio dos convites, não foram obtidas as respostas esperadas. O Quadro 19 permite a visão geral das informações das participantes.

Quadro 19 – Caracterização das entrevistas

<b>Universidade</b>	<b>Participante</b>
PPGD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	0
PPGD da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG)	0
PPGD da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	0
PPGD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1
PPGD da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1

PPGD da Universidade Federal do Paraná (UFPR)	3
---	---

Fonte: a autora (2023)

As docentes da UFRGS (10), FURG (7) e UFPel (7) não responderam nossas tentativas de contato. Entre as Professoras da UFSM (6) apenas 1 docente se colocou à disposição como entrevistada. Na UFSC (16), somente uma docente contribuiu com a entrevista e na UFPR (22), foram realizadas três entrevistas.

As entrevistas foram elaboradas conforme descrito na metodologia desta pesquisa. Os nomes das entrevistadas e os dados identificáveis, foram descaracterizados em prol do anonimato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)<sup>13</sup>. Elas são referidas como Docente 1, Docente 2, Docente 3, Docente 4 e Docente 5, com a numeração atribuída conforme a ordem cronológica das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas de forma remota, utilizando a ferramenta *Google Meet*, no período de 12/06/2023 a 04/08/2023. As respostas das entrevistadas foram gravadas e posteriormente transcritas, mantendo a sequência das perguntas no roteiro original. As perguntas que envolviam dados pessoais, como nome da docente e identificação da lotação institucional, foram descaracterizadas para evitar identificação posterior.

### 5.2.1 Categoria das análises

Para esta pesquisa, adotou-se a interpretação dos dados, na qual a coleta de dados foi inferida e interpretada pelo autor à luz da literatura pertinente. A perguntas de n.º 1 a 3, não fazem parte da análise, porque elas apresentam dados pessoais das entrevistadas.

Quadro 20 – Questão nº 4 da Entrevista

4- Para você o que é colaboração científica?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
“eu sempre procuro escrever com colegas que atuam em áreas diferentes da minha [...]”	“[...] Eu vejo a colaboração tanto entre a graduação e pós-graduação, professores e estudantes.	“Eu acho que eu a perceberia [...] primeiro nas relações que a gente tem com os graduandos e graduandas nas	“Bom, eu acredito que o conhecimento, você não constrói o conhecimento sozinha (né?) [...] Você sempre produz	“A colaboração científica pode ser, eu creio, no sentido de a gente compartilhar disciplina com professores de outros

<sup>13</sup> Lei 13.709/2018 - [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)

		atividades do início de pesquisa, então os programas de iniciação científica, tentando preservar a perspectiva de que a aderência, vamos dizer assim, dos planos de trabalhos estariam vinculadas a projetos de pesquisa que nós desenvolvemos [...]"	conhecimento coletivamente, acredito que principalmente, conhecimento que se diz científico (né?) o conhecimento acadêmico que faz mais sentido nesta fala [...]. Então a meu ver a produção científica ela é sempre coletiva, (né?) [...]"	PPG's que a gente efetivamente faz [...], A colaboração pode ser em núcleos, projetos também mais amplos de pesquisa [...] E também a realização de eventos em conjunto, congressos e (daí) intercambio de professores [...]"
--	--	---	---	---

Fonte: a autora (2023)

Ao questionar as docentes sobre 'o que é a colaboração científica', as respostas corroboram com a literatura apresentada nesta pesquisa. Grácio (2018), identifica que a colaboração científica pode ocorrer entre professores, alunos.

**Docente 1** *“Eu sempre procuro escrever com colegas que atuam em áreas diferentes da minha [...]”*

**Docente 2:** *“[...], Eu vejo a colaboração tanto entre a graduação e pós-graduação, professores e estudantes.*

**Docente 3** *“Eu acho que eu a perceberia em três momentos, primeiro nas relações que a gente tem com os graduandos e graduandas nas atividades do início de pesquisa [...]”.*

Segundo Sonnenwald (2008) a colaboração científica pode ser definida como uma interação social de dois ou mais cientistas no compartilhamento de ideias. Neste contexto a **Docente 4** proferiu:

*“Bom, eu acredito que o conhecimento, você não constrói o conhecimento sozinha (né?) [...] Você sempre produz conhecimento coletivamente, acredito que principalmente, conhecimento que se diz científico (né?) o conhecimento acadêmico que faz mais sentido nesta fala [...]. Então a meu ver a produção científica ela é sempre coletiva, (né?) [...]”.*

De acordo com Hilário; Grácio; Guimarães (2018), na atividade de colaboração científica pode envolver a contribuição de recursos intelectuais e de conteúdo. Neste sentido, a **Docente 5** relatou:

**"A colaboração científica pode ser, eu creio, no sentido de a gente compartilhar disciplina com professores de outros PPG's que a gente efetivamente faz [...], A colaboração pode ser em núcleos, projetos também mais amplos de pesquisa [...] E também a realização de eventos em conjunto, congressos e (daí) intercambio de professores [...]"**

E neste contexto, Le Codic (1996), afirmou que a colaboração científica é uma forma de comunicação entre os pares, e essa comunicação reproduz redes organizacionais.

Quadro 21 – Questão n.º 5 da Entrevista

5- Com quem você costuma estabelecer relações de colaboração científica?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
"Alunos da pós-graduação, alunos da iniciação científica e professores que atuam nas áreas diversas à minha."	"A gente consegue resultados excelentes de alunos de graduação que estão engajados e com nível de profundidade nas leituras e nos debates [...]"	"Com o pessoal que eu desenvolvo as orientações de iniciação científica e que estão no nosso projeto maior, com graduandos e graduandas, com orientações de mestrados e com colegas docentes ou egressas [...]"	"Então, as minhas produções hoje, elas estão muito vinculadas (né?) aos debates que eu tenho feito da pós-graduação (né?) [...], então estaria aí a produção do conhecimento coletivo e todos esses debates [...]"	"Aham. No campo do Direito nós temos vínculos com professor da universidade da UERJ, da estadual do Rio de Janeiro com PPGD lá deles também e com aqui o Rio Grande do Sul, a PUC Rio Grande do Sul, temos também bastante troca e os mais comuns são essas duas instituições e no estrangeiro com a universidade de Lisboa também com a Universidade de Évora. E quando não é do Direito, porque eu trabalho bastante a interface com a Economia, nós temos vínculos com a Unioeste aqui Estado do Paraná e (daí) com o PPG em desenvolvimento regional e agronegócios."

Fonte: a autora (2023)

Com base no Quadro 21 – Tipos de Colaboração Científica, o qual se fundamentou em Subramanyan (1983), identificou-se que as colaborações científicas ocorrem entre professores e alunos, entre colegas de departamento e entre organizações nacionais e internacionais. Neste sentido, o Quadro 21, mostra que as

docentes corroboram com a teoria ao se envolverem em atividades de colaboração com alunos da graduação e pós-graduação.

**Docente 1. “Alunos da pós-graduação, alunos da iniciação científica e professores que atuam nas áreas diversas à minha [...]”**

**Docente 2. “A gente consegue resultados excelentes de alunos de graduação que estão engajados e com nível de profundidade nas leituras e nos debates [...]”**

**Docente 3. “A gente consegue resultados excelentes de alunos de graduação que estão engajados e com nível de profundidade nas leituras e nos debates [...]”**

**Docente 4. “Então, as minhas produções hoje, elas estão muito vinculadas (né?) aos debates que eu tenho feito da pós-graduação (né?) [...], então estaria aí a produção do conhecimento coletivo e todos esses debates [...]”**

**Docente 5 “Aham. No campo do Direito nós temos vínculos com professor da universidade da UERJ, da estadual do Rio de Janeiro com PPGD lá deles também e com aqui o Rio Grande do Sul, a PUC Rio Grande do Sul, temos também bastante troca e os mais comuns são essas duas instituições e no estrangeiro com a universidade de Lisboa também com a Universidade de Évora. E quando não é do Direito, porque eu trabalho bastante a interface com a Economia, nós temos vínculos com a Unioeste aqui Estado do Paraná e (daí) com o PPG em desenvolvimento regional e agronegócios”.**

Nesta perspectiva, Grácio (2018), descreveu que o trabalho científico coletivo pode aproximar instituições e países que buscam reconhecer as semelhanças e avançar na produção do conhecimento.

Quadro 22 – Questão nº 6 da Entrevista

6- As suas parcerias em coautorias resultam em trabalhos publicados em quais tipos de fontes de informação? Quais são as mais frequentes?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
“Tenho trabalho com uma colega do PPGD publicado em uma revista com Qualis A.	“[...] Muitas delas resultam em publicações tanto nos Anais do COMPEDI,	“Artigos com orientandos e graduandos e as	“As coautorias com orientandos publicamos como artigos [...]. acho, que	“O que nós mais temos são artigos em revistas jurídicas ou interdisciplinares [...],

Outro trabalho desta mesma parceria foi num congresso e posteriormente teve publicação internacional com Qualis B. Publicação em capítulos de livros, com os meus orientandos.	que a gente participa bastante do Encontro do Conselho Nacional de Pesquisas na Pós-Graduaçãoe também tanto eventos da casa, quanto em outras instituições.	parcerias internas e externas ao PPGD.”	dois ou três textos em revista A1. Então assim, a gente manda pra essas revistas qualificadas (né?) e acaba tendo aí essa oportunidade.”	também apresentação de trabalhos e trabalhos em anais de congressos [...]”
--	---	---	--	--

Fonte: a autora (2023)

Katz e Martin (1997) esclarecem que a colaboração científica pode ser representada pela coautoria. Neste trecho da entrevista, que corresponde à questão de nº 6 no Quadro 22, torna-se evidente que as docentes estão engajadas nessa prática ao colaborar cientificamente com docentes e discentes, resultando em contribuições significativas para a ciência jurídica.

**Docente 1. “Tenho trabalho com uma colega do PPGD publicado em uma revista com Qualis A [...]”**

**Docente 2. “Muitas delas resultam em publicações tanto nos Anais do COMPEDI [...]”**

**Docente 3. “Artigos com orientandos e graduandos e as parcerias internas e externas ao PPGD [...]”**

**Docente 4. “As coautorias com orientandos publicamos como artigos [...]. acho, que dois ou três textos em revista A1. Então assim, a gente manda pra essas revistas qualificadas (né?) e acaba tendo aí essa oportunidade.”**

**Docente 5 - “O que nós mais temos são artigos em revistas jurídicas ou interdisciplinares [...], também apresentação de trabalhos e trabalhos em anais de congressos [...]”**

Quadro 23 – Questão nº 7 da Entrevista

7- Em sua experiência como pesquisadora em grupo de pesquisa, houve autoria conjunta dos trabalhos que resultaram dessa colaboração?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5

“Sim, artigos de periódicos e capítulos de livros.”	“A gente tenta equilibrar, porque precisa tanto encaminhar para eventos, quanto atender à convites de parceiros de redes de atuação colaborativa que organizam livros [...]”	“Teve uma publicação que a gente apresentou em um evento e foi uma publicação premiada, mas já faz até um tempinho. Nos últimos três anos, resultou deste projeto 6 publicações de capítulos de livros entre 6 e 7 artigos em periódicos A1 ou A2 [...]”	“Sim. Várias participações em seminários e simpósios e até congressos.”	“Ah, sim, muitos artigos publicados em periódicos e trabalhos apresentados em eventos também [...]”
---	--	--	---	---

Fonte: a autora (2023)

Segundo Farias e Batista (2020), a produção do conhecimento científico disseminada no Brasil tem ocorrido com maior frequência nas Universidades públicas. Onde o espaço acadêmico é considerado um propagador e o detentor do saber científico, evidenciando através de artigos, dissertações e teses (Palleta; Silva; Santos, 2014). Neste contexto, as respostas das docentes à pergunta do Quadro 23 demonstram que as alegações dos autores são genuínas. Perguntado para as entrevistadas se as coautorias em grupos de pesquisas resultaram em trabalhos colaborativos, as docentes afirmaram:

**Docente 1. “Sim, artigos de periódicos e capítulos de livros.”**

**Docente 2. “A gente tenta equilibrar, porque precisa tanto encaminhar para eventos, quanto atender à convites de parceiros de redes de atuação colaborativa que organizam livros [...]”**

**Docente 3. “Teve uma publicação que a gente apresentou em um evento e foi uma publicação premiada, mas já faz até um tempinho. Nos últimos três anos, resultou deste projeto 6 publicações de capítulos de livros entre 6 e 7 artigos em periódicos A1 ou A2 [...]”**

**Docente 4. “Sim. Várias participações em seminários e simpósios e até congressos.”**

**Docente 5. “Ah, sim, muitos artigos publicados em periódicos e trabalhos apresentados em eventos também [...]”**

Quadro 24 – Questão nº 8 da Entrevista

8- Quais oportunidades são decorrentes da colaboração científica?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
“[...] quando não era Professora ainda, me ajudou publicar trabalhos com pessoas que eram mais consolidadas do que eu. E hoje eu publico com os orientandos e vejo que é uma oportunidade de viabilizar o trabalho deles [...]”	“A colaboração científica proporciona convites para eventos, publicações em livros, participações em congressos [...]”	“[...] Nas relações de oportunidade penso isso numa troca qualificada atendendo a questões de interesse recíproco [...] isso gera uma circulação que eu penso ser positiva, no debate de ideias e gerar publicações (né?) de artigos e capítulos de livros.”	“Eu acho que contribui tanto com eles, quanto contribui pra mim (né?) eu acho que pra eles vem justa essa oportunidade de publicar em revistas qualificadas(né?) em periódicos qualificados, também abre espaços para participação de eventos [...] eles têm (aí) uma abertura maior de portas no mundo acadêmico [...]”	“Eu acho que essas colaborações, elas abrem portas para outros professores também (né?) [...], assim, um professor abre portas para vários outros professores eu vejo assim na experiência [...]”

Fonte: a autora (2023)

No que tange às oportunidades decorrentes da colaboração científica, Vanz e Stump (2010) listaram diversas razões derivadas desta atividade, incluindo a expansão e visibilidade científica do pesquisador e da ciência, bem como a oportunidade de pesquisadores e alunos trabalharem juntos. As entrevistadas expressaram as seguintes ideias:

**Docente 2. “A colaboração científica proporciona convites para eventos, publicações em livros, participações em congressos [...]”,**

**Docente 3. “[...] Nas relações de oportunidade penso isso numa troca qualificada atendendo a questões de interesse recíproco [...] isso gera uma circulação que eu penso ser positiva, no debate de ideias e gerar publicações (né?) de artigos e capítulos de livros”**

**Docente 5. “Eu acho que essas colaborações, elas abrem portas para outros professores também (né?) [...], assim, um professor abre portas para vários outros professores eu vejo assim na experiência [...]”.**

**Docente 1. “[...] quando não era Professora ainda, me ajudou publicar trabalhos com pessoas que eram mais consolidadas do que eu. E hoje eu publico com os orientandos e vejo que é uma oportunidade de viabilizar o trabalho deles [...]”**

**Docente 4. “Eu acho que contribui tanto com eles, quanto contribui pra mim (né?) eu acho que pra eles vem justa essa**

***oportunidade de publicar em revistas qualificadas(né?) em periódicos qualificados, também abre espaços para participação de eventos [...] eles têm (aí) uma abertura maior de portas no mundo acadêmico [...]***”

A expressão desses entendimentos corrobora com os apontamentos de Grácio (2018), que destacou que a colaboração científica potencializa o crescimento profissional e do desenvolvimento da ciência.

Quadro 25 – Questão nº 9 da Entrevista

9- Na sua opinião quando a coautoria é caracterizada?				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
“com os meus colegas da pós e com os meus orientandos, com quem eu frequentemente tenho realizado publicações.”	“...Ele (aluno) me oferece uma primeira versão e aí depois eu coloco todas as minhas contribuições [...] e envio pra ele, para saber a opinião dele ou dela sobre as minhas contribuições, até para que ele possa ver as minhas inserções no texto, eu acho que isso é essencial. A gente precisa demarcar a autoria (né?) [...]”	“Onde a gente decidiu comumente escrever determinado tema ou porque fizemos métrica de análise interna do trabalho, [...]”	“E participei diretamente da pesquisa de uma orientanda minha de doutorado, ela fez uma pesquisa empírica sobre as denúncias do feminicídio [...]muitos dos textos que eu publico são germes de dissertações e teses dos meus orientandos.”	“Ah, sim. O que nós costumamos fazer é que o mais normal, um de nós propõe um tema, escreve um artigo sobre aquele tema, manda pra um outro professor, outro professor inclui tópicos, revisa discorda (né?) e escreve também. Mas o que eu mais gosto é quando a coautoria é desde o sumário, quando a gente escolhe o tema e estabelece o sumario e diz: você faz o ponto 1, 2, 3 e eu faço o 4, 5 (risos) [...]”

Fonte: a autora (2023)

As professoras entrevistadas identificaram, em suas parcerias colaborativas, o momento em que acontece a coautoria. Nos depoimentos, é perceptível que as coautorias são caracterizadas pelo contado de duas ou mais pessoas (Katz; Martin, 1997); revelam aproximações entre pesquisadores e instituições, interesses temáticos e proximidade geográfica (Bufrem; Gabriel Junior; Gonçalves, 2010). Essa caracterização de coautoria, defendida pelos pesquisadores quando se trata da construção de trabalhos com mais de duas pessoas e a proximidade que têm em comum, é reafirmada pelas entrevistadas.

**Docente 1. “com os meus colegas da pós e com os meus orientandos, com quem eu frequentemente tenho realizado publicações.”**

**Docente 2. “...Ele (aluno) me oferece uma primeira versão e aí depois eu coloco todas as minhas contribuições [...] e envio pra ele, para saber a opinião dele ou dela sobre as minhas contribuições, até para que ele possa ver as minhas inserções no texto, eu acho que isso é essencial. A gente precisa demarcar a autoria (né?) [...]”**

E ainda, as entrevistadas corroboram com (Abbasi; Wigang; Hossain, 2014) ao confirmarem que ações coletivas e interações ocorrem nas diferentes etapas da realização de uma pesquisa.

**Docente 3. “Onde a gente decidiu comumente escrever determinado tema ou porque fizemos métrica de análise interna do trabalho, [...].”**

**Docente 4. “E participei diretamente da pesquisa de uma orientanda minha de doutorado, ela fez uma pesquisa empírica sobre as denúncias do feminicídio [...] muitos dos textos que eu publico são germes de dissertações e teses dos meus orientandos.”**

**Docente 5. “Ah, sim. O que nós costumamos fazer é que o mais normal, um de nós propõe um tema, escreve um artigo sobre aquele tema, manda pra um outro professor, outro professor inclui tópicos, revisa discorda (né?) e escreve também. Mas o que eu mais gosto é quando a coautoria é desde o sumário, quando a gente escolhe o tema e estabelece o sumario e diz: você faz o ponto 1, 2, 3 e eu faço o 4, 5 (risos) [...]”**

Quadro 26 – Questão nº 10 da Entrevista

10- As questões de gêneros influenciam nas relações de colaboração científica? Se sim (de que modo?)				
Docente 1	Docente 2	Docente 3	Docente 4	Docente 5
“Ah, eu acho que não tem como você pensar em nada científico sem atravessamento das questões de gênero [...] a maior parte das pessoas que são DE (dedicação exclusiva) são mulheres e que dependem só da fonte de renda da universidade [...] e ao mesmo tempo que você olha para os órgãos deliberativos dentro do centro, essas mulheres não estão lá. Ou seja,	“[...] Elas têm encargos maiores em casa, independente de serem casadas ou terem filhos, há uma demanda que é maior. Há uma exigência da sociedade com relação às mulheres desde a questão estética, à questões que são observadas e a gente sabe que as críticas quando pra um homem, elas são	“Ah, eu acho que sim. Eu percebo que naquilo que eu tenho pensado e vivenciado (né?) a partilha parece ficar mais favorecida com vivências pessoais e profissionais, especialmente onde a gente viu aí que os caras publicaram não sei quanto artigos e aumentou no geral seus repertórios de publicações.	“O que eu noto é assim, quando o assunto é orientandos eu acho que não [...], mas, as parcerias com os professores homens, elas não acontecem [...] Eu já escutei por exemplo, em uma aula de pós-graduação [...] e eu era a única mulher da turma e o professor olhou pra mim e falou: ‘será que você pode	“Na minha área, não [...]. A estrutura social mudou muito nesses 30 anos (né?) minha área, que era um campo considerado masculino. Então, foram muito e muitos congressos que eu ia, simpósios e que eu era a única mulher [...] sempre fui muito bem acolhida e nunca

<p>elas não estão no centro de poder [...]. Eu nunca tive, entre outras, o "prazer" de ser convidada a capitanear alguma coisa ou de realmente contribuir de forma igualitária. Minha área é o direito (né?) O Direito tem concepções críticas construídas, por natureza, às duras penas e muito em função de resistências de movimentos da sociedade civil, porque a tendência do Direito é muito masculina, muito racista, muito machista, muito classista em geral. Então, se você olhar os planos das disciplinas e mesmo as citações, existem grupos ali de poder. São amigos que circulam em determinadas instituições, como a maçonaria e outras, que eles se citam mutuamente e se convidam para eventos [...]"</p>	<p>diferentes. Por exemplo, ninguém chama o homem que ficou pesquisando e só lendo e tá de gordinho de "baranga" (né?) Mas as mulheres, as pesquisadoras, quando num momento muito tenso da sua pesquisa isso reverbera e não tem tempo para uma atividade física, porque está envolvida com a atividade acadêmica, elas acabam sofrendo ainda este tipo de crítica (né?) ... de cobrança, de parecer um corpo sempre em evidência."</p>	<p>Embora eu tenha estabelecido bases sólidas com o meu professor de pós-doutorado, na minha experiência e no meu sentir, me parece que as relações são favorecidas por esta perspectiva.</p>	<p>servir um café pra mim?' (silêncio) [...].</p>	<p>prestei muita atenção assim [...], eu sei que é uma experiência muito pessoal, talvez outras não tenham passado por isso, mas foi como foi pra mim eu nunca encontrei nenhuma barreira [...]"</p>
---	--	---	---	--

Fonte: a autora (2023)

De um modo geral, os movimentos feministas iniciados no século XIX e o crescente processo de industrialização no Brasil nos anos 1980 propiciaram a escolarização das mulheres, bem como o ingresso feminino nas cadeiras docentes das universidades (Araújo, 2016). No entanto, algumas áreas da ciência ainda carecem de representação feminina, principalmente as cadeiras de pós-graduação e cargos de gestão que não se alteram diante desse crescimento feminino universitário. A academia é frequentemente descrita como um campo de disputas simbólicas em uma sociedade patriarcal que perpetua os padrões masculinos (Andrade, 2019), o que é corroborado pelo depoimento da **Docente 1**.

**Docente 1.** “[...] *a maior parte das pessoas que são DE (dedicação exclusiva) são mulheres e que dependem só da fonte de renda da universidade [...] e ao mesmo tempo que você olha para os órgãos deliberativos dentro do centro, essas mulheres não estão lá [...]*”.

Santos e Fittipaldi (2013) ainda reforçam a ideia de disputas profissionais na área jurídica, identificando que existe a manutenção e proteção interna de hierarquias,

formando pequenos grupos com interesses comuns e singulares para preservar o campo de atuação e o domínio, como bem expressado pela **Docente 1**.

**Docente 1.** “[...] então, se você olhar os planos das disciplinas e mesmo as citações, existem grupos ali de poder. São amigos que circulam em determinadas instituições, como a maçonaria e outras, que eles se citam mutuamente e se convidam para eventos [...]”

E pela entrevistada **Docente 2**:

**Docente 2.** *Ah, eu acho que sim. Eu percebo que naquilo que eu tenho pensado e vivenciado (né?) a partilha parece ficar mais favorecida com vivências pessoais e profissionais [...].*

Comprovou-se por meio desta pesquisa que os homens constituem a maioria nos cursos de pós-graduação em Direito do Sul do Brasil. Eles são predominantes nos cargos de professores, autores de livros e palestrantes, o que resulta em uma representação feminina limitada em algumas áreas desta ciência. Com base em estatísticas que refletem a atuação do gênero feminino na área do Direito Processual Civil, foi criado um congresso exclusivo para mulheres, visando promover seus trabalhos e disseminar as suas ideias (Salgado, 2016). Apesar de a Docente 5 ter manifestado em seu depoimento uma convivência cordial entre os homens que atuam na mesma área do Direito em que ela vem desenvolvendo seu trabalho durante 30 anos, percebe-se que ainda há um distanciamento das mulheres em determinadas áreas do direito. A fim de reafirmar o posicionamento da autora, a Docente 5 reflete sobre o campo do Direito ser predominantemente masculino.

**Docente 5.** “[...] a estrutura social mudou muito nesses 30 anos (né?) minha área, que era um campo considerado masculino. Então, foram muito e muitos congressos que eu ia, simpósios e que eu era a única mulher [...]”.

Salgado (2016) destaca que as situações profissionais enfrentadas pelas mulheres na carreira jurídica, não são exclusivamente o reflexo de uma sociedade machista. A violência contra a mulher está presente em diversas situações, desde festas da faculdade até na sala de aula e os trotes, proporcionando um ambiente propício para a execução de práticas machistas, muitas vezes são presenciadas por

professores e diretores condescendentes com tais condutas. Neste sentido a **Docente 4** testemunhou:

**Docente 4.** *“[...] eu já escutei por exemplo, em uma aula de pós-graduação [...] e eu era a única mulher da turma e o professor olhou pra mim e falou: ‘será que você pode servir um café pra mim?’ (silêncio) [...]”*

No trabalho publicado por Salgado (2016), a autora reflete sobre as condições em que os estudos sobre as mulheres têm se apresentado na área do Direito. Embora, esses estudos tenham um foco principal na violência física, é importante ressaltar que o machismo engendra violências que vão além do contato físico. Bourdieu (2012) descreveu estas violências veladas como violências simbólicas, nas quais o efeito da dominação masculina se dá pela etnia, gênero, cultura e dialeto; uma força simbólica exerce poder por meio da opressão física.

Dadas as diversas percepções de desigualdades que persistem no ambiente jurídico, é pertinente abordar a problemática social de opressão sobre o corpo feminino. Essa questão foi levantada no depoimento da **Docente 2**:

**Docente 2.** *“[...] Elas têm encargos maiores em casa, independente de serem casadas ou terem filhos, há uma demanda que é maior. Há uma exigência da sociedade com relação às mulheres desde a questão estética, a questões que são observadas e a gente sabe que as críticas quando pra um homem, elas são diferentes. Por exemplo, ninguém chama o homem que ficou pesquisando e só lendo e tá de gordinho de “baranga” (né?) Mas as mulheres, as pesquisadoras, quando num momento muito tenso da sua pesquisa isso reverbera e não tem tempo para uma atividade física, porque está envolvida com a atividade acadêmica, elas acabam sofrendo ainda este tipo de crítica (né?) de cobrança, de parecer um corpo sempre em evidência.”*

No que se refere às atribuições das mulheres fora da academia e relatadas pela **Docente 2**, Fachin (2020), publicou um artigo relatando as situações adversas que as mulheres vêm enfrentando com a crise da Covid-19. A carga de atividades domésticas não se igualou entre homens e mulheres, resultando, por vezes, em sobrecarga para as mulheres com afazeres que deveriam ser compartilhados. Além disso, a crise evidenciou um ‘novo normal’ no qual preconceitos antigos e latentes se tornaram mais visíveis, especialmente no ambiente acadêmico. Isso resultou em uma

redução na produção científica das mulheres, já que em contrapartida, houve um aumento nas atividades domésticas e nos cuidados com filhos e filhas.

Sobre a perspectiva da aparência física das pesquisadoras, conforme relatado pela **Docente 2**; Leite (2021) também reflete sobre as imposições da sociedade para que a mulher esteja sempre alinhada com as tendências da moda. Existe uma cobrança para que as mulheres sejam magras e tenham cabelos impecáveis, nutrindo padrões de beleza em relação ao corpo feminino. A autora ainda complementa suas reflexões apontando que os tempos de pandemia da COVID-19<sup>14</sup> e as redes sociais são portas de acesso a essa temática. Inclusive, há muitos conteúdos pressionando as mulheres a dedicarem tempo e esforço ao cuidado físico, voltado para a estética, enquanto os homens, companheiros, colegas ou chefes não enfrentam a mesma pressão em relação à sua aparência física.

---

<sup>14</sup> <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar as práticas de colaboração científica entre as docentes dos programas de pós-graduação (*stricto sensu*) em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil. Para isso, foram delimitados quatro objetivos específicos que contribuiriam com a revisão de literatura e a análise de dados.

O primeiro objetivo específico foi “reconhecer as práticas de colaboração científica por meio da literatura da área”. Para este reconhecimento foi realizada pesquisa nas bases de dados BRAPCI, Periódico Scientometrics, Scopus e Web of Science. Foram identificadas as seguintes práticas de colaboração científica: coautoria entre professores e alunos, colegas de departamento e entre instituições de ensino.

O segundo objetivo específico consistiu em “contextualizar a configuração do corpo docente dos cursos de pós-graduação em Direito das Universidades Federais do Sul do Brasil”. Em correspondência a este objetivo, buscou-se nos sites dos programas de pós-graduação das Universidades a descrição dos professores que fazem parte do corpo docente e ainda, para tornar as informações fidedignas foram consultados os sites da CAPES em busca de informações complementares sobre o tipo de vinculação que as docentes mantêm com a instituição pesquisada. Tal levantamento está descrito na seção 2.2.

Para atender ao terceiro objetivo específico “identificar as práticas de colaboração científica por meio de coautoria das docentes dos cursos de pós-graduação em direito das universidades do sul do Brasil”, foi realizada extração de informações disponíveis na plataforma de currículo Lattes em que se observou e tratou os dados que importavam a este respeito.

Em atendimento ao quarto objetivo específico de “descrever a percepção das docentes estudadas nesta pesquisa sobre as práticas de colaboração científica” realizaram-se entrevistas semiestruturadas com as docentes dos PPGDs.

Quanto aos objetivos gerais e objetivos específicos considera-se que eles foram alcançados. Desta forma, identifica-se que a colaboração científica está presente na área do Direito entre as docentes, e o entendimento que as docentes têm com relação à esta prática estão em consonância com a literatura encontrada. As

Professoras foram escolhidas como parte desta pesquisa por representarem a minoria dentro dos PPGDs e ainda que assim seja, é necessário que sejam ouvidas.

As coletas de informações contidas nos *sites* ou *homepages* das universidades são limitadas e desajustadas. Cada universidade faz o uso de suas informações de maneira individualizada o que dificultou a coleta de *e-mails*, vínculos com a instituição e a identificação de docentes bolsistas. Do mesmo modo, houve obstáculos, na coleta de dados da plataforma de currículo Lattes. Muitas docentes têm preenchido equivocadamente muitos metadados importantes, o que levou à necessidade de ajustes e padronizações.

No desenvolvimento desta pesquisa, especialmente, na coleta de dados por meio das entrevistas, ficou notório que a área do Direito tem se distanciado das pesquisas empíricas. Muitas tentativas de acesso às Professoras foram recusadas, mesmo sendo realizadas de forma individualizada, inviabilizando um maior volume de dados que poderiam ser trabalhados e adicionados à esta pesquisa, contribuindo ainda mais com a ciência da informação, gestão da informação científica e continuamente com a área do Direito. O desenvolvimento da ciência como um todo, necessita de acesso à informação, práticas de utilização e disseminação do uso da informação, investigações comportamentais e assim como, necessita de aproximação entre uma área e outra, uma ciência e outra.

Ainda no que se refere aos dados coletados para esta pesquisa, foram enviados ao Comitê de Ética em Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. A delonga nos apontamentos foram entraves para o desenvolvimento prático desta pesquisa, impossibilitando que as demais coletas de dados fossem reunidas em tempo hábil, causando morosidade e dependência despropositada, fortalecendo o stress emocional que o pesquisador já se submete diariamente pela subordinação exigida. Estas formas de tratamento conduzem pesquisadores a realizar pesquisas que fogem ao tratamento estabelecido pelos comitês de éticas, ocasionando enfoques regulares pela adversidade que ocorre.

Sugere-se para pesquisas futuras, que mais estudos envolvendo a CI e o Direito possam colaborar com dados sobre gêneros no intuito de promover a equiparação profissional de docentes, homens e mulheres, desnaturalizando as violências ocorridas nos meios em que não há equidade de gêneros. Esta mesma

pesquisa pode ser ampliada para os PPGDs de outras regiões do país. Também podem ser enfocadas outras práticas de colaboração científica além da coautoria.

Ao final desta pesquisa, constata-se que as docentes são a minoria no corpo docente dos PPGDs, sua atuação é importante para a diversidade e equilíbrio no que diz respeito à produção de conhecimento. Também ficou evidente que as questões de gênero influenciam diretamente as práticas de colaboração científica.

Os depoimentos das docentes provocam reflexões de gênero que precisam ser exercitadas; estudos que refletem a posição das mulheres na área jurídica ainda estão na incubadora; o Direito como área, precisa se tornar mais democrático e inclusivo, além das temáticas racista, machista, meritocrata presentes na sociedade brasileira e que se reverbera na área jurídica têm de ser combatidos e discutidos, a fim de que a longo prazo, o Direito possa se tornar uma área mais igualitária em todos os aspectos que se apresenta e para que as mulheres juristas possam atuar com agentes de destaques, assim como os homens vêm protagonizando sua visão jurídica.

## 7 REFERÊNCIAS

- ABBASI, Alireza; WIGANG, Rolf T; HOSSAIN, Liaquad. Measuring social capital through network analysis and its influence on individual performance. **Library & Information Science Research**, vol.36, n.1, p. 66-73.
- AGUIAR, R.A.R., de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnósticos e perspectivas. 3 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1999.
- ALVAREZ, Gonzalo Ruben; VANZ, Samile Andrea de Souza. Indicadores bibliométricos de colaboração científica institucional na física de altas energias brasileiras (1983-2013). **Rev. Guillermo Ockham**, Cali , v. 15, n. 2, p. 121-131, dez. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-192X2017001200121&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-192X2017001200121&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 16 jul. 2022. <https://doi.org/10.21500/22563202.3275>
- ALMEIDA, M. F. I.; BIAGGI, C.; VITORIANO, M. C. C. P. Identificação dos fluxos informacionais: contribuições para a gestão do conhecimento. *Ágora*, v. 31, n. 63, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/161448> . Acesso em: 29 mar. 2023.
- ANDRADE, Denise Almeida de; BIERMANN, Lais Sales. Desafios do ensino jurídico no Brasil no século XXI: metodologia tradicional *versus* metodologia participativa. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, e-ISSN 2525-9636. Encontro Virtual, v. 7, n.1, p. 35-52, jan./jul.2021. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/7824/pdf> . Acesso em 12 abril. 2022.
- ANDRADE, Thaís Machado de. **Uma análise Bourdieusiana a respeito da docente na pós-graduação *stricto sensu* em Direito no Brasil frente aos paradigmas da emancipação estrutural e concessão social**. 2019, 188 f. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito de Vitória, 2019. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/601?locale=en> . Acesso em 15 mar. 2022.
- ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; SILVA, Eduardo Graziosi; RAMOS, Renan Carvalho. Aproximações sobre produção, produtividade e colaboração científica entre os departamentos de ciência da informação do Estado de São Paulo. **Revista Digital Biblioteconomia Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 49-63, 2012. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1910/pdf\\_19](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1910/pdf_19) . Acesso em 15 mar. 2022.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pgc/article/view/19120> . Acesso em 13 mar. 2022.

ARAÚJO, Paula Carina; SCHIOCCHET, Taysa. O resumo e a mobilização dos recursos metodológicos em teses de direito. **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v. 31, n.1, p. 1-25, jan./marc. 2021. Disponível em: [https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57984#:~:text=Os%20objetivos%20espec%C3%ADficos%20s%C3%A3o%3A%20a,UFPR%3B%20d\)%20categorizar%20as%20teses](https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57984#:~:text=Os%20objetivos%20espec%C3%ADficos%20s%C3%A3o%3A%20a,UFPR%3B%20d)%20categorizar%20as%20teses) . Acesso em: 15 maio. 2022. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2021v31n1.57984>

ARAÚJO, Sabrina Sales. A presença de docentes femininas no ensino superior no Brasil de 1990 a 2005. **XIII Encontro Regional de História**. 08 a 11 de nov.2016. Acesso em 27 março 2022. Disponível em: [http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479604881\\_ARQUIVO\\_Docenciafemininanoensinosuperior.pdf](http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479604881_ARQUIVO_Docenciafemininanoensinosuperior.pdf)

BARBOSA NETO, João Estevão. **Construção do conhecimento científico nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis sob a ótica das redes sociais**. Dissertação (mestrado). Universidade de Minas Gerais. 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8SLHD8> . Acesso em 15 jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, São Paulo: Edições 70, 2016.

BEAVER, Donald Deb; ROSEN, R. Studies in scientific collaboration: part II. scientific co-authorship, research productivity and visibility in the french scientific elite, 1799-1830. **Scientometrics**, Vol. 1, n. 2 (1979) p. 133-149. Disponível em: <https://link-springer-com.ez22.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/BF02016966>. Acesso em 10 mar. 2022.

BEDÊ, Fayga Silveira; SOUSA, Robson Sabino de. Por que a área do direito não tem a cultura de pesquisa de campo no Brasil? **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 8, n.1, ISSN 2236-1677. 2010. Disponível em: [https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2022/03/Proj4\\_texto4.pdf](https://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2022/03/Proj4_texto4.pdf) . Acesso em 10 mar. 2022.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Estáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n. 136, p. 125-156, jan./abr.2009

BENTO, Janyelle Mayara; BITTENCOURT, Ibsen Mateus. Redes de colaboração científica: avaliação sobre o impacto da produção científica dos docentes de ciência da informação no Nordeste. **Pesq. Bras.em Ci.da Inf.e Bib.**, João Pessoa, v. 16, p. 001-011, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158317> . Acesso em 10 mar. 2022.

BORKO, H. **Information science: what is it?**. American documentations. January 1968. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/mri-01---information-science---what-is-it.pdf> . Acesso em 10 mar. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOTELHO, R. G.; OLIVEIRA, C. C. Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. **Ciência da Informação**, v. 44, n. 3, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/19945> . DOI: 10.18225/ci.inf.v44i3.1804 Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal – CAPES. **Documento de área: área 26 Direito**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/direito-pdf> . Acesso em 25 de jul.2022.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira – INEP. Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED. **Resumo Técnico: censo escolar da educação básica**. 2021. Acesso em 27 março 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf)

BROFMAN, Paulo Roberto. A importância das publicações científicas. **Cogitare Enfermagem**, [S.l.], v. 17, n. 3, set. 2012. ISSN 2176-9133. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29281> . DOI:<http://dx.doi.org/10.5380/ce.v17i3.29281>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BUFREM, Leilah Santiago. Complementaridade qualitativo-quantitativo na pesquisa em informação. **Transinformação**, v, 13, n. 1, p. 49-55, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115296> . DOI: [10.1590/S0103-37862001000100004](https://doi.org/10.1590/S0103-37862001000100004) . Acesso em 05 nov.2022.

BUFREM, Leilah Santiago. Colaboração científica: revisando vertentes da literatura em ciência da informação no Brasil. **Pesq.bras.ci.inf., Brasília**, v.3, n.1, p. 127-151, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119348> . Acesso em 12 mar. 2022.

BUFREM, Leilah Santiago. **Metodologia em debate**: possibilidades analíticas [apresentação de slide].2020.

BUFREM, Leilah Santiago; GABRIEL JUNIOR, Renê Faustino; GONÇALVES, Viviane. Práticas de co-autoria no processo de comunicação científica na pós-graduação em ciência da informação no Brasil. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1esp, p. 111-130, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1espp111 Acesso em: 06 set. 2023.

CALDAS, Morgana Bada. **O ensino jurídico e os limites que desafiam a formação profissional crítica**: um estudo no curso de direito da UNESC. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5965> . Acesso em 10 mar. 2022.

CAMBOIM, L. G.; PAIVA, S. B.; TARGINO, M. D. G. Gestão estratégica da informação em coordenações de cursos de graduação de universidades públicas federais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 6, n. 1, p. 223-237, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50249>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito.

**Informação & Sociedade**: João Pessoa, v. 25, n.3, p.89-104, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/23109>. Acesso em 05 mar. 2022.

CARVALHO, Nathallie de Paula. Uma análise do ensino jurídico no Brasil.

**ReviJuFar7**, Fortaleza, v. VIII, n. 1, p. 249-260, abril/2011. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/125> . Acesso em 12 abr. 2022. <https://doi.org/10.24067/rjfa7;8.1:125>

CASSOTA, Maria Luiza Jurema; LUCAS, Alexandre; BLATTMANN, Ursula; VIERA, Angel Freddy Godoy. Recursos do conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 17-34, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/29469> . Acesso em 05 abr.2022.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. São Paulo. Editora Penso, 2011. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848411/pageid/0>. Acesso em 06 ago. 2022.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. Informação e informações. **CL Inf.**, Brasília, 14(1): 47:50, jan./jun., 1985. Disponível em: <https://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/226>. Acesso em 03 jun. 2022. <https://doi.org/10.18225/ci.inf..v14i1.226>.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DENARDI, Eveline Gonçalves; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio. A metodologia da pesquisa nos cursos de Direito: uma análise crítica. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**. Minas Gerais, v. 20, n. 40, p. 91-117, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/17979#:~:text=Resumo,d a%20conjuntura%20em%20que%20vivem>. Acesso em 06 ago. 2022. <https://doi.org/10.5752/P.2318-7999.2017v20n40p91-117> .

DUARTE, K. A. P. B.; RODRIGUES, R. S. **Periódicos em acesso aberto na área do direito**. , p. 89-109, . DOI: [10.20396/rdbci.v9i2.1913](https://doi.org/10.20396/rdbci.v9i2.1913) Acesso em: 10 nov. 2023.

DURANTE, Daniela Giareta; MAURER, Silvia Augusta Schissi. Gestão do conhecimento e da informação: revisão da produção científica do período 2000-2005. **XXXI Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em? <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:3NhSm3rblwgJ:https://pu>

[blicasoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/13617/12299&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://blicasoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/13617/12299&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br). Acesso em 07 jun. 2022.

FACHIN, Melina Girardi. **O novo normal e os velhos preconceitos**. 28 maio 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-novo-normal-e-os-velhos-preconceitos-28052020>

FARIA, Rodrigo Justulin de. **Produção de conhecimento interdisciplinar: um mapeamento da colaboração científica no programa de pós-graduação em ciência, tecnologia e sociedade da UFSCar**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12405> . Acesso em 12 ago. 2022.

FARIAS, Gabriella Belmont de.; BATISTA, Andreza Pereira. Gestão da informação científica e tecnológica: relações temáticas dos projetos de iniciação científica da universidade federal do Ceará. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13 No. 2, n. 2, p. 592-602, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141307> . Com acesso em 22 jul. 2022. [10.26512/rici.v13.n2.2020.31095](https://doi.org/10.26512/rici.v13.n2.2020.31095)

FERES, Marcos Vinício Chein; OLIVEIRA, Jordan Vinícius de. Periódicos da área de Direito: uma abordagem empírica / Journals in the Field of Law: an empirical approach. **Revista Direito e Práxis**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 335–362, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/30439> . Acesso em: 10 nov. 2023.

FERREIRA, A. A.; NEUBHAHER, B.; REIS, E.; GOMES, M. S. **Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito**. , . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/9414>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FERRETTI, J. R. P.; ALVARES, L. M. A. R. Gestão da informação e do conhecimento judiciais: perspectivas e desafios. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 2, p. 28, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93024>. Acesso em: 15 ago. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa (recurso eletrônico)**. 3. ed. - dados eletrônicos - Porto Alegre: Artmed, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318523/pageid/1> . Com acesso em 6 out. 2023.

FRAGALHE FILHO, R.; VERONESE, A. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 1, n. 2, p.53-70, nov. 2004. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/40>. Acesso em 15 ago. 2022. <https://doi.org/10.21713/2358-2332.2004.v1.40>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALDO, Alessandra Maria Ruiz. **Web 2.0 e colaboração científica: análise do uso científico-acadêmico por docentes de pós-graduação *stricto sensu* em ciência da informação no Brasil**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de

Santa Catarina – UFSC, 2012. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93616>. Acesso em 15 jul.2022.

GHIRARDI, José Garcez. **O instante do encontro**: questões fundamentais para o ensino jurídico. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. E-book. Disponível em:  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10303/O%20instante%20do%20encontro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em:  
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597020991/pages/recent>  
 . Acesso em 06 ago. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 1. ed. Barueri (SP): Atlas, 2021. Disponível em:  
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4!\]/4/58](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml4!]/4/58) .Acesso em 06 out. 2023.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. **Análises relacionais de citação para a identificação de domínios científicos**: uma aplicação no campo dos estudos métricos da informação no Brasil. 1. ed. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020. 254 p. E-book. Disponível em:  
<https://books.scielo.org/id/tx83k>. Acesso em 12 mar. 2022.

GRÁCIO, Maria Claudia Cabrini. Colaboração científica: indicadores relacionais de coautoria. **Brazilian Journal Information Studies: Research trends**. 12:2(2018), p. 24-32. ISSN 1981-1640. Disponível em:  
<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7976> . Acesso em 12 mar. 2022. <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2018.v12n2.04.p24>

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doweslei Bernardes; LOPES, Aline Moares; ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. As mulheres praticando ciência no Brasil. **Rev. Estud. Fem.** 24 (1), jan-apr 2016, <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>

HAYASHI, Carlos Roberto Massao. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação** (online), ISSN 1984-9605, vol. 5, n. 2, out. 2013. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635396>. Acesso em 12 abr. 2022. <https://doi.org/10.20396/rfe.v5i2.8635396>

HILÁRIO, Carla Mara; GRÁCIO, Maria Claudia Cabrini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Aspectos éticos da coautoria em publicações científicas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 12-36, maio/ago. 2018. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/76312>. Acesso em: 12 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245242.12-36>

JORDAN, K. Academics and their online networks: Exploring the role of academic social networking sites. **First Monday**, [S. l.], v. 19, n. 11, 2014. DOI:

10.5210/fm.v19i11.4937. Disponível em:  
<https://firstmonday.org/article/view/4937/4159>

JOVANOVICH, Eliane Maria da Silva; NOGUEIRA, Eurides Costa Tavares; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. As redes de colaboração científica e a relação de coautoria no programa de pós-graduação em Direito Negocial e Direito Internacional da UEL. **XX ENANCIB, 2019, GT-7** produção e comunicação da informação em ciência, tecnologia & inovação. Out. 2019. Disponível em:  
<https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/917>. Acesso em 12 abr. 2022.

JUSTINO, Thais da Silva. **Análise da colaboração científica dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação brasileiros**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de São Carlos. 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12058?show=full> . Acesso em 15 ago. 2022.

KATZ, J. Sylvan; MARTIN, Bem R. What is research collaboration? **Research policy** 26 (1997) p. 1-18. Disponível em:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733396009171>. Acesso em 12 mar. 2022. [https://doi.org/10.1016/S0048-7333\(96\)00917-1](https://doi.org/10.1016/S0048-7333(96)00917-1)

LAUFER, Miguel. (2007). O que fazer com a literatura cinza?. **Interciencia**, 32(1), 07. Acesso em 10 de maio 2023. Disponível em:  
[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0378-18442007000100003&lng=es&tlng=es](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442007000100003&lng=es&tlng=es)

LE COADIC, Yves-François; FILGUEIRAS, Maria Yêda F. S. (trad.). **A ciência da informação**. Biquet de Lemos, Brasília. 1996.

LEITE, M. L. dos S. . O ideal de beleza numa sociedade desigual: notas sobre a opressão ao corpo feminino em tempos de pandemia. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 62, p. e216226, 2021. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667141> . Acesso em: 7 jul. 2023.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Publicar e perecer. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 7-8, maio/ago. 2005. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ci/a/6jmRGpv8sWxQ3fVbG3Ysmkn/?lang=pt> . Acesso em 12 abr. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652005000200001>

LETA, J. Mulheres na Ciência Brasileira: desempenho inferior?. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2014. Disponível em:  
<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30039> Acesso em: 6 jul. 2023.:

LIMA, Maycke Young. **Redes de co-autoria científica no Programa de Pós-Graduação em Geociências da UFRGS**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18450> . Acesso em 05 ago. 2022.

MAIA, Maria de Fátima S.; CAREGNATO, Sônia Elisa. Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.2, p. 18-31, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3qFqxqtsY5xyrwykDLfNMGDd/?format=pdf> . Acesso em 12 mar. 2022.

MACEDO, Perycles. Feminismo e educação das mulheres no Brasil: o despertar da consciência política. **Revista Debates Insubmissos**.v.5, n.16, 2022. DOI:<https://doi.org/10.32359/debin2021.v4.n16.p248-266>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0!\]/4/2/2%4051:89](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0!]/4/2/2%4051:89) . Acesso em 06 ago. 2022.

MEADOWS, A. J. LEMOS, Antonio Agenor Briquet de (trad.). **A comunicação científica**. Brasília. Briquet de Lemos/ Livros, 1999.

MELO, Hildete Pereira; OLIVEIRA, André Barbosa. A produção científica brasileira no feminino. **Cadernos Pagu** n. 27, jul./dez., 2006, p. 301-331. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644777> . Acesso em 15 jul. 2022.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.58, n.3, 2015, p.749-789. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/LgVhs5k7bhQNgnRyCvKBTRs/?lang=pt#:~:text=feminino%20na%20academia,-.DIFEREN%C3%87AS%20NA%20CARREIRA%20ACAD%C3%8AMICA%20SEGUENDO%20O%20SEXO,em%20pelo%20menos%20dois%20sentidos> . Acesso em 28 março 2022.

NUNES, Danilo Henrique; PINA, Selma Tomé; SILVA, Juvêncio Borges. A representação feminina nas universidades e a concreção da cidadania. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 88-104, 2020. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1655> . Acesso em: 27 mar. 2023.

OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. **Estudos métricos da informação no Brasil**: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2018, p.184: il.

OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. **A formação dos professores dos cursos de direito no Brasil**: a pós-graduação *stricto sensu*. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10236> . Acesso em 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, Walison Aparecido de. **Colaboração científica nos programas de pós-graduação em educação**: uma análise de redes de coautoria. Dissertação

(mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9172> . Acesso em 10 ago. 2022.

ORTEGA, Fabio Silva.; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. A história da pós-graduação no Brasil e a construção do espaço acadêmico científico da educação. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 23, n. 39, p. 249–269, 2020. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/3577>. Acesso em: 22 jul. 2022. <https://doi.org/10.24934/eef.v23i39.3577>

OSORIO, Hevelyn de Paula. **A produção científica docente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil: um estudo bibliométrico**. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/122063> . Acesso em 10 ago. 2022.

PALETTA, F. C.; SILVA, L. G.; SANTOS, T. V. A universidade como agente de geração e difusão de informação, ciência e tecnologia. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/24378>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PELEGRINI, Tatiane; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. Endogenia acadêmica: insights sobre a pesquisa brasileira. **Revis Estud. Econ.**, São Paulo, vol. 50, n. 4, p. 573-610, out.-dez.2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/165272> . Acesso em 06 out.2023.

PINHEIRO, C. C.; LISBOA, R. S. DE C.; INOMATA, D. O. Presença das mulheres na ciência regional. **Informação em Pauta**, Fortaleza, CE, v. 6, n. 00, p. 1-19, 10 ago. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/61038/197179>. Acesso em 12 jul. 2022.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, s.l., v.8, n.2, 2014, jun., 8(2) - p. 153-165. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/629/0>. Acesso em, 05 ago. 2022.

PLATAFORMA SUCUPIRA. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/docente/listaDocente.jsf>. Acesso em 25 jul.2022.

PRADO, Edna Cristina do; SANTOS, Clecia Maria dos. ; PEREIRA JUNIOR, Antonio. Miguel. Pós-graduação *stricto sensu* em Direito: onde e como se forma o docente dos cursos de graduação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, 7 dez. 2015. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/814> . Acesso em 05 ago. 2022.

QUEIROZ, D. G. C.; MOURA, A. M. M. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, n. 3, p. 26-42, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516> Acesso em 26 jul. 2022. [10.19132/1808-5245213.26-42](https://doi.org/10.19132/1808-5245213.26-42).

RESENDE, Akta Silva Oliveira; OLIVEIRA, Gabrielle Ferreira de.; OLIVEIRA, Pâmela Corrêa de.; ALMEIDA, Lígia Paulino; BONFIM, Mariana Fiorim Bózoli. Mulheres e sua atuação no campo do direito: desconstruindo o machismo enraizado no patriarcado brasileiro. **Anais do VI Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar, IV Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar e III Feira de Empreendedorismo da UNIFIMES**. 2021. Acesso em 27 março 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/1018>.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017, 424 p.

ROCHA, D. V. da; LEAL, F.; RIBEIRO, L. M. A expansão da pós-graduação em direito no Brasil (1998-2017): avanço quantitativo e persistências metodológicas. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e47110, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/47110>. Acesso em: 22 jul. 2022. <https://doi.org/10.5902/1981369447110>

RUAS, Wilimar Junio; BAX, Marcello Peixoto. Fluxo de informação na ciência da informação: tendências e direções na pesquisa brasileira. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, vol.9, n. 2, ano 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19134> . Acesso em 16 jul. 2002.

SALGADO, G. M. As Mulheres no Campo do Direito: Retratos de um Machismo à Brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, [S. l.], v. 44, n. 2, 2017. DOI: 10.14393/RFADIR-v44n2a2016-40411. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/40411> . Acesso em: 28 mar. 2023.

SANTOS, Filipi Pereira Reid dos; FITTIPALDI, Paula Ferraço. Análises sociológicas das profissões jurídicas e da judicialização da política no Brasil contemporâneo. In: **Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídicas**. [recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI/UNICURITIBA. Florianópolis : FUNJAB, 2013.

SANTOS, Larissa Dias Puerta dos; PUGA, Bruna Azzari. A pesquisa jurídica brasileira e suas peculiaridades no século XXI: os atuais mecanismos de apuração da qualidade e desvirtuamentos de seus objetivos. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 36-52, jan./jun.2019. ISSN2525-9636. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/5543> . Acesso em 26 jul. 2022.

SANTOS, Ramon Rocha; ASSIS JUNIOR, Carlos Pinna de. A crise do ensino jurídico e o papel do docente no processo de transformação da realidade social. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, e-ISSN 2525-9636, v.2, n.1, p. 277-293, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rpej/article/view/209/pdf> . Acesso em 26 jul. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência a formação da comunidade científica no Brasil**. In: Capítulo 3 – A Ciência no Império. Brasília: MCT, 2001. 276 p. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm> . Acesso em 22 jul. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência a formação da comunidade científica no Brasil**. In: Capítulo 7 - profissionalização da ciência. Brasília: MCT, 2001. 276 p. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm> . Acesso em 22 jul. 2022.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência a formação da comunidade científica no Brasil**. In: capítulo 9 – o grande salto à frente. Brasília: MCT, 2001. 276 p. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm> . Acesso em 22 jul. 2022.

SCOCHI, C. G. S.; MUNARI, D. B.; PEDREIRA, M. L. G.; MARZIALE, M. H. A importância da qualificação dos periódicos para o avanço da produção e visibilidade da pesquisa em enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 251–253, abr. 2012. Acesso em 07 nov.2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nQ3zBKrb6Z9Dx68V4jmmTYM/?lang=pt#ModalHowcite>

SERRA, Fernando Ribeiro; FERREIRA, Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos. A importância da coautoria e a escolha dos coautores. **Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE**, vol.14, n.4, out./dez./2015. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/15603> . Acesso em 12 jun. 2022.

SILVA, Danielle Yurie Moura; GIORGI, Cristiano Amaral G. di. Docência jurídica. **Colloquium Humanarum**, vol.15, n. especial 2, jul-dez. 2018, p. 230-235. ISSN:1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2018.v15.nesp2.001102, vol.15, n. especial 2, jul-dez. 2018, p. 230-235. ISSN:1809-8207. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Cristiano-Giorgi/publication/331766942\\_DOCENCIA\\_JURIDICA/links/5e3ad16c92851c7f7f1fd679/DOCENCIA-JURIDICA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Cristiano-Giorgi/publication/331766942_DOCENCIA_JURIDICA/links/5e3ad16c92851c7f7f1fd679/DOCENCIA-JURIDICA.pdf) . Acesso em: 20 jul.2022.

SILVA, Elza Maria Tavares. **Compreensão de leitura em estudantes de direito**. 1998. 211 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em: <https://catalogolvmen.puc-campinas.edu.br/acervo/13317/referencia> . Acesso em 29 março 2023.

SILVA, Fernanda Ferreira da. **Redes de colaboração científica nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Estado de São Paulo: interseções entre graduação e pós-graduação**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo – USP, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27022019-150805/pt-br.php> . Acesso em 05 ago. 2022.

SOARES, Fernanda Heloisa Macedo; SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni. Docência jurídica: construção da identidade docente. **Anais do XIX Encontro Nacional COMPEDI**, Fortaleza, jun.2010. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/3337.pdf> . Acesso em 05 ago. 2022.

SOBRAL, Natanael Vitor; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; BARROS, Susane Santo; RIBEIRO, Brenda Bárbara Costa; FARIAS, Jussara de Souza. Ramos de pesquisa e redes de colaboração na produção científica do programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/54759> . Acesso em 10 jul. 2022.

SOLLA PRICE, Derek de. Society's need in scientific and technical information. **Ciência da Informação**., Rio de Janeiro, 3(2): 97-103, 1974.

SONNENWALD, Diane H. Scientific collaboration. **Annual review of information science and technology**. New York, v. 42, n.1, p. 643-681, 2008.

SOUZA, Marcos de. Produção científica brasileira: caminhos norteadores para instituições de fomento a pesquisa. **Brazilian Journal of Information Studies: research trends** 12:1 (2018) p. 46-60, ISSN 1981-1640. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7187> . Acesso em 05 jul. 2022.

SPERA, Henrique Baraldi; MUGNAINI, Rogerio. Características da produção científica em Direito: desafios para a avaliação. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XX ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123068> . Acesso em 05 jul. 2022.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cientometricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998.

SPINAK, Ing. Ernesto. **Diccionario Enciclopédico de Bibliometría, Cienciometría e Informetría**. Unesco, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/LXSkMHSNcxDcMsBVC53TkLf/abstract/?lang=pt> . Acesso em 12 jun. 2022.

SUBRAMANYAM, K. Bibliometrics studies of research collaboration: a review. **Jornal Information Science** 6:1 (1983), p. 33-38.

TABOSA, Hamilton Rodrigues; SOUZA, Maria Naires Alves de; PAES, Denyse Maria Borges. Reflexões sobre o acesso à informação científica. **RACIN**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 50-66, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/13134>. Acesso em 05 ago. 2022.

TARGINO, Maria das Graças. O óbvio da informação científica: acesso e uso. **Transinformação**, Campinas, 19(2):95-105, maio/ago., 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/115894>. Acesso em 05 ago. 2022.

TOSI, L. Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 10, p. 369–397, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4786705> . Acesso em: 27 mar. 2023.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE (FURG). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://ppgdjs.furg.br/> . Acesso em 19 abril. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://wp.UFPel.edu.br/ppgd/> . Acesso em 20 abril. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://ppgd.ufsc.br/> . Acesso em 20 abril. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgd/> . Acesso em 19 abril. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://ppgd.ufpr.br/> . Acesso em 20 abril. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Programa de Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgd/> . Acesso em 19 abril. 2022.

VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação e gestão do conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119521> . Acesso em: 17 ago. 2022.

VANZ, Samile Andrea de Souza. **As redes de colaboração científicas no Brasil (2004-2006)**. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande de Sul (UFRGS). Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/17169> . Acesso em 05 maio. 2022.

VANZ, Samile Andrea de Souza; STUMP, Ida Regina Chittó. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38885> . Acesso em 05 maio. 2022.

VASCONCELOS, M. C. N.; FARIAS, G. B. Autoria feminina em ciência e tecnologia: cenário sobre a produção científica na ciência da informação. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 3 n. 2, n. 2, p. 5-21, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/view/13467> . Acesso em: 17 jul. 2022. <https://doi.org/10.33467/conci.v3i2.13467>

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 17-18, p. 81–103, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644555>

Acesso em: 27 mar. 2023.

VILAN FILHO, J. L.; SOUZA, H. B.; MUELLER, S. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no brasil: evolução da produção e da autoria múltipla.

**Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 2-17, 2008. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36679>. Acesso em: 16 jul. 2022.

XAVIER, C.M. Rodolfo; COSTA, Rubenildo O. A ciência como mercadoria. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 12, n. 1, jan./abril 2010. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/155123> . Acesso em 16 jul. 2022.

ZAMBERLAN, Luciano. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí. Editora Ijuí, 2019, p. 208. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541902748/pageid/3> .

Acesso em 06 ago. 2022.

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Eu sou Patricia Souza Santos de Rezende, discente do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGGI/UFPR) e estudo a colaboração científica no âmbito do PPGD das Universidades Federais do Sul do Brasil.

Através da sua participação, levantaremos dados sobre a percepção **das docentes** do PPGD das Universidades, quanto à Colaboração Científica.

Este questionário possui fins acadêmicos. Todas as informações de identificação serão sigilosas, em consonância com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e os resultados serão descaracterizados na sua publicação.

**1) Nome**

**2) Você é docente do PPGD de qual instituição?**

- A) UFSC
- B) UFPR
- C) UFRGS
- D) FURG
- E) UFPel
- F) UFSM

**3) Qual é o tempo e vínculo com o PPGD**

**4) Para você o que é "colaboração científica": - (poderia exemplificar?)**

**5) Com quem você costuma estabelecer relações de colaboração científica:**

**6) As suas parcerias em coautorias resultam em trabalhos publicados em quais tipos de fontes de informação? (- Quais são as mais frequentes?)**

**7) Em sua experiência como pesquisadora em grupo de pesquisa, houve autoria conjunta dos trabalhos que resultaram dessa colaboração:**

**8) Quais oportunidades são decorrentes da colaboração científica:**

**9) Na sua opinião quando a coautoria é caracterizada:**

**10) As questões de gêneros influenciam nas relações de colaboração científica? Se sim (de que modo?)**

**11) Você possui interesse em receber os resultados desta pesquisa?**

## APÊNDICE B

### Modelo de Termo de Consentimento

Título do Projeto: “título da pesquisa”

Pesquisador/a responsável: orientador

Pesquisador/a assistente: orientando

Local da Pesquisa: Universidade Federal do Paraná

Endereço: endereço do PPG

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto a equipe de pesquisadores. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada “xxxxxxx” , tem como objetivo xxxxxxxxxxxxxxx.

Participando do estudo você está sendo convidada a:

Uma única entrevista com duração de aproximadamente 30 (trinta) minutos.

Entrevista      semiestruturada.

#### **Desconfortos e riscos:**

i) Desconfortos e riscos: cansaço; dor de cabeça; irritabilidade;

ii) Providências e cautelas: a entrevista será reproduzida em menor tempo possível para não gerar os desconfortos relacionados no item (i).

iii) Forma de assistência e acompanhamento: ao manifestar qualquer desconforto o entrevistado poderá optar por suspender a entrevista.

iv) Benefícios: os benefícios desta coleta de dados implicam diretamente no desenvolvimento das ciências, em especial, a Ciências Sociais Aplicadas tendo como subárea a Ciência da Informação e Gestão da Informação. Havendo para estas subáreas resultados de dados que possam corroborar com o desenvolvimento desta ciência em específico.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o término da pesquisa, sob responsabilidade do (s) pesquisador (es) responsável (is) (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: armazenados em até 45 dias no formato digital.

**Sigilo e privacidade:** Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

( ) Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

( ) Não permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

**Ressarcimento e Indenização:** O presente projeto de pesquisa não imputa riscos físicos, mentais e espirituais aos participantes para participar da coleta de dados, via entrevistas. Entretanto, em conformidade com as diretrizes das Resoluções CNS n. 466/12 e Resolução n. 510/16, garante aos participantes/entrevistados que poderão interromper ou suspender a sua participação em qualquer momento que julgar necessário, sem prejuízos a dignidade da pessoa humana, assim como, lhe é assegurado o direito à privacidade e proteção de imagem. Sendo prestado ao participante/entrevistado, assistência necessária para validação de sua participação. O armazenamento da coleta de dados será em local seguro não havendo compartilhamento de dispositivos que farão a salvaguarda dos conjuntos de dados coletados.

Diante de eventual despesa, você será ressarcido pelo (s) pesquisador (es). Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

**Resultados da pesquisa:** Você terá garantia de acesso aos resultados da pesquisa, caso tenha interesse.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(s) pesquisador(es):

Pesquisador responsável: Orientador

Endereço: endereço do Programa de Pós-Graduação

Telefone: telefone do PPG

E-mail: [orientador@ufpr.br](mailto:orientador@ufpr.br) / [orientando@ufpr.br](mailto:orientando@ufpr.br)

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail [cep\\_chs@ufpr.br](mailto:cep_chs@ufpr.br).

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar através de contato de e-mail: [discente@ufpr.br](mailto:discente@ufpr.br)

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE n° xxxxxx e aprovada com o Parecer número xxxxxx emitido em 18 de maio de 2023.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que \_\_\_\_\_ aceito \_\_\_\_\_ participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data